

Revista /

# MÚLTIPLA

NÚMERO 16 – ANO IX – JUNHO 2004

## EDITORA

Mercedes G. Kothe

## CONSELHO

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

João Alfredo Leite Miranda

Manoel Moacir C. Macêdo

Michitoshi Oishi



Faculdades Integradas

**Diretor-Presidente**

**Diretor Administrativo**

**Diretor Financeiro**

**Diretor de Relações Públicas**

**Diretor de Ensino**

**Diretor de Pós-Graduação**

**Diretor de Avaliação**

**Diretor de Ensino a Distância**

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ivonel Krebs Montenegro

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Isac José Lopes

William Freitas da Silva e Silva

Benito Nino Bisio

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

---

**Revista Múltipla** – Ano IX - vol. 10 – nº 16, Junho de 2004.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

156 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

**CDU**

**301(05)**

Internet: <http://www.upis.br>

---

### **Revisão dos Originais**

Franisco de Paula e Oliveira Filho

### **Capa**

Cleyton Ayres Vieira

### **Diagramação, editoração eletrônica e impressão**

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

# SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
- ENSAIOS*
- 9** **A História da África em perspectiva**  
Anderson Ribeiro Oliva
- 41** **A política metropolitana e a elite das Minas às vésperas do ensaio de sedição de 1788-9**  
Roberta Giannubilo Stumpf
- 57** **A questão do método na psicologia do desenvolvimento humano**  
Denise Maria Maciel Leão
- 71** **Lugares, olhares e imagens: uma breve discussão sobre o planejamento turístico**  
Fernando Luiz Araújo Sobrinho
- 93** **Gestão baseada nas competências: um fator de vantagem competitiva**  
Jeferson Girardi
- 115** **Marketing – ações mercadológicas na conquista do relacionamento com o cliente**  
Edmar Melo Junior
- 131** **O arquivo do Itamaraty e os estudos de história da América**  
Dinair Andrade da Silva
- 145** **No olho da águia: unilateralismo e relações internacionais (resenha)**  
Albene Miriam F. Menezes
- 149** **Uma história da justiça: do pluralismo dos tribunais ao moderno dualismo entre a consciência e o direito (resenha)**  
Maria Filomena Coelho Nascimento

# SUMMARY

## **5 Foreword**

### *ESSAYS*

## **9 Africa's history in perspective**

Anderson Ribeiro Oliva

## **41 The metropolitan politic's and the elite of Minas before the attempt of sedition of 1788-9**

Roberta Giannubilo Stumpf

## **57 The question of method in psychology of human development**

Denise Maria Maciel Leão

## **71 Places, visions and images: a short discussion over turistic planning**

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

## **93 Management based in competences: on element of competitive advantage**

Jeferson Girardi

## **115 Marketing – market actions for the client conquest**

Edmar Melo Junior

## **131 The arvhiv of Itamaraty and the studies of Américas history**

Dinair Andrade da Silva

## **145 In the eagle's eyes: unilateralism and international relations (review)**

Albene Miriam F. Menezes

## **149 One history of justice: from pluralism of tribunals to the modern dualism between conscience and law (review)**

Maria Filomena Coelho Nascimento

# APRESENTAÇÃO

A edição da **Revista Múltipla**, ora entregue ao público leitor, contempla artigos de várias áreas do conhecimento, em sua maioria com um aspecto em comum: oferecem conhecimentos e informações de referência de valor conceitual e metodológico para suas respectivas áreas. Nesse sentido, merece destaque, inicialmente, o artigo de Anderson Ribeiro Oliva, que traça a trajetória da historiografia africana ao mesmo tempo em que oferece referências importantes para estudos sobre África, os quais têm se proliferado nos últimos anos em virtude da revalorização das relações com o continente no contexto da atual política externa brasileira. Com a mesma preocupação de oferecer referências para a pesquisa histórica sobre política exterior e política internacional, apresentamos o artigo de Dinair Andrade Silva sobre os arquivos do Itamaraty. Complementa o conjunto de contribuições no campo da história a análise de Roberta Giannubilo Stumpf sobre aspectos da política das relações entre a administração colonial e as elites mineiras no final do século XVIII.

São igualmente importantes as contribuições em outras áreas das ciências humanas e sociais que compõem a presente edição. De particular interesse para os que trabalham com os recursos humanos são as contribuições de Denise Maria Maciel Leão, que discute as metodologias de pesquisa utilizadas na atualidade, na psicologia do desenvolvimento humano, e o texto de autoria de Jeferson Girardi, que focaliza a gestão baseada nas competências, abordagem que tem sido crescentemente utilizada pelas organizações com vistas a otimizar o aproveitamento de seu quadro pessoal. Complementa esse conjunto o artigo de Edmar Melo Junior sobre ações mercadológicas e análise de Fernando Luiz Araújo Sobrinho sobre o impacto local de empreendimentos turísticos.

Culmina essa edição a resenha de Albene Miriam F. Menezes sobre *Unilateralismo e Relações Internacionais*, obra do professor Argemiro Procópio, da Universidade de Brasília, em que são analisadas, com uma perspectiva crítica, a política externa dos Estados Unidos, suas ações no contexto ao enfrentamento ao terrorismo e as relações com a América Latina. Também é objeto de resenha, por Maria Filomena Coelho Nascimento, a obra *História da Justiça*, de autoria de Paolo Prodi, tema de particular relevância no contexto da reforma do sistema judiciário que se encontra na pauta da política brasileira.

Uma vez mais, esperamos ter oferecido aos nossos leitores contribuições de interesse e relevância, segundo a proposta multidisciplinar que orienta nossa revista.

A Editora.



# ENSAIOS





### **Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista**

*Não é preciso ser historiador para observar que não se passa mês nenhum no mundo sem que sejam publicados vários livros sobre a história da África. A valorização do passado deste continente é um sinal dos tempos. O motivo subjetivo é evidente. Para os africanos trata-se da procura de uma identidade por meio da reunião dos elementos dispersos de uma memória coletiva.*

Joseph Ki-Zerbo

## **INTRODUÇÃO**

Há alguns dias, em visita a uma livraria de Brasília, deparei-me com a exposição de quatro importantes obras sobre a história da África recentemente produzidas ou publicadas no Brasil. Para os observadores desatentos, esse dado não teria significado maior. Porém, para os interessados pelas temáticas africanas, é um reflexo dos “novos tempos”.

Podemos perceber, percorrendo os bancos de teses e dissertações de algumas universidades brasileiras e, principalmente, fazendo um balanço da produção historiográfica internacional sobre a África, que, nos últimos anos, ocorreu marcante aumento das pesquisas realizadas sobre sua história. Em contrapartida, o pequeno número de obras publicadas no país revela que o interesse de nossas editoras e dos nossos leitores não seguiu o mesmo ritmo. Tais elementos são ainda mais reveladores quando se sabe que, por aqui, há 30 anos, existia quase absoluta ausência de estudos acerca do continente que nos toca pelo Atlântico Sul. Por isso, pensar que hoje podemos encontrar quatro livros sobre a história da África em uma livraria não especializada é um avanço inquestionável. É claro que, se compararmos com outras áreas de investigação ou da produção editorial ou acadêmica, o espaço concedido às questões africanas é quase irrisório.

Em certa medida, essa recente atenção dedicada à África tem, além das explicações anteriormente citadas, outros motivos apontados por caminhos já percorridos por alguns trabalhos: a formação de pesquisadores a partir de alguns núcleos de pesquisas em história da África existentes no país; a fusão cada vez maior de investigações acerca do tráfico de escravos com o chamado Mundo Atlântico e conseqüentemente com a África; o crescimento do número de publicações internacionais sobre a história do continente; por fim, a maior visibilidade de nossa ignorância sobre a África, evidenciada em momentos como o vivido há um ano, quando o governo sancionou uma lei tornando obrigatório o ensino da história da África nas escolas brasileiras<sup>1</sup>.

Mas tudo isso é resultado de ações não muito distantes do presente, pois, não faz muito tempo, a África transitava no esquecimento daqueles que têm por ofício lembrar o que todos esqueceram: os historiadores.

No cenário internacional, sabemos que, há 50 anos, investigar o passado do continente negro ainda era uma tarefa marcada por certo isolamento e pelo desca-so. Mesmo que percebida como inovadora por alguns, a maioria dos historiadores a julgava desnecessária ou inviável.

A tentativa de revelar os motivos desses silêncios profundos e, ao mesmo tempo, identificar e mapear as diversas trajetórias dos estudos sobre a África a partir de 1960 será a proposta maior deste artigo. Dessa forma, procuraremos visualizar as tendências ou os possíveis grupos nos quais se associaram ou relacionaram os escritos acerca das temáticas africanas, em um recorte que vai do início dos tempos modernos, na perspectiva européia, até os dias atuais. Apesar de darmos ênfase ao período envolvido pelos paradigmas da “ciência” histórica, a partir do século XIX, vislumbraremos outros relatos ou fontes que reservaram espaço ou se dedicaram aos estudos e descrições acerca do continente negro. Acreditamos que um mapeamento não deve deixar de fazer algumas inserções reflexivas ou críticas sobre as suas partes, porém seria desgastante aprofundar demais essas discussões. Por isso, nosso objetivo aqui será, percorrendo os textos sobre a África, tentar identificar e caracterizar os momentos-chave na construção da História africana como um campo do conhecimento histórico e as principais contribuições de sua historiografia para o entendimento de outras regiões.

Começemos essa trajetória no momento em que aparecem os primeiros relatos escritos sobre os africanos, percorrendo desde daí, de forma tangencial, os diversos registros e fontes para o estudo da África até o século XIX. Desse ponto em diante, daremos vez às interpretações e abordagens da historiografia sobre a África, inclusive com o nascimento de um cada vez mais qualificado corpo de

historiadores africanos e africanistas. Por fim, enfocaremos como se encontram os novos estudos e pesquisas realizadas sobre a história da África. Os dias atuais são sintomáticos da integração e da expansão dos estudos históricos sobre a região. Perceber como a historiografia acerca da África é atualizada e inovadora servirá como um contraste e como um referencial dos avanços percorridos pela mesma.

### **Sobre a Etiópia, o Sudão, a Guiné e a África**

Se a África deu origem ao homem como uma espécie animal e à história entendida como fenômeno da vida humana na Terra, parece que foi nela que, em parte, também nasceu o gênero história, aqui percebido como o esforço de registrar a passagem dos homens ao longo dos tempos. Porém, seria precipitado pensar que sempre existiu uma África. Não falamos do continente ou de suas complexas e diversas sociedades, falamos da categoria: África. Sempre que escutamos o termo, fazemos referência a uma série de idéias, imagens, preconceitos, conhecimentos e ignorâncias sobre aquela parte do mundo. Para os próprios “africanos”, o termo e a identidade são propriedades muito recentes. Podemos afirmar que só a partir do final do século XIX e meados do XX que passou a existir uma identidade africana e a África passou a ser vista pelos seus habitantes como uma região em comum.

O psiquiatra negro Frantz Fanon, ao investigar os impactos psicológicos do processo de dominação européia na África, afirmava que “o negro nunca foi tão negro quanto a partir do momento em que foi dominado pelos brancos”<sup>2</sup>. O filósofo africano Kwame Appiah confirma a idéia de que “a própria categoria do negro é, no fundo, um produto europeu, pois os ‘brancos’ inventaram os negros a fim de dominá-los”<sup>3</sup>. Ao pensar, por exemplo, a relação que existia até o século XIX entre os habitantes do continente e a citada identidade, Appiah reforça a idéia de uma aceitação/incorporação recente da mesma.

*Se nos fosse possível viajar pelas muitas culturas da África naqueles anos – desde os pequenos grupos de caçadores-coletores bosquímanos, com seus instrumentos da Idade da Pedra, até os reinos haussás, ricos em metais trabalhados –, teríamos sentido, em cada lugar, impulsos, idéias e formas de vida profundamente diferentes. Falar de uma identidade africana no século XIX – se identidade é uma coalescência de estilos de conduta, hábitos de pensamento e padrões de avaliação mutuamente correspondentes (ainda que às vezes conflitantes), em suma, um tipo coerente de psicologia social humana –, equivalia a dar a um nada etéreo um local de habitação e um nome<sup>4</sup>.*

Pode-se afirmar, portanto, que a África e os africanos foram antes de tudo invenções estrangeiras. É claro que hoje essa identidade foi apropriada e modificada pela ação autônoma dos homens e mulheres de suas diversas regiões. Porém, os nomes que ao longo de séculos surgiram para fazer referência à terra e aos seus habitantes foram criações de fora, quase sempre de europeus ou muçulmanos. Antes de tudo é preciso enfatizar que, durante milênios, a África limitou-se geograficamente à região acima do Equador. A fronteira abaixo do Saara só seria cruzada por muçulmanos e europeus no segundo milênio da Era Cristã.

A elaboração de nomes para designar a África por diversas sociedades e em diversas temporalidades revela, acima de tudo, que o que marcou a relação entre os “africanos” e os estrangeiros foi o distanciamento, as diferenças, o estranhamento e a comparação negativa. Na Antigüidade, a África era chamada de Etiópia, e os africanos, de etíopes. Para os muçulmanos, eram o Sudão e seus homens. Para os viajantes dos séculos XV e XVII, eram a Guiné e seus estranhos moradores. O próprio termo África foi, muito provavelmente, uma elaboração externa. O que de comum eles guardam é o significado. Com pequenas variáveis, todas essas formas de tratar a África faziam menção à cor da pele de suas populações. A cor negra, o cabelo crespo e as feições físicas foram, antes de quaisquer outros elementos, os que, em um primeiro contato, causaram maior impacto aos que passavam pela África. Ela seria, portanto, uma terra habitada por homens de pele negra e seres inferiores. A cor da pele, a diferença, a crença na superioridade, a dificuldade em entender o outro são o significado impresso nesses termos.

Seria, na Antigüidade, que um escritor e viajante chamado Heródoto de Halicarnasso (século V a.C.) escreveria a primeira obra conhecida como a mãe da história, fazendo várias referências acerca de suas impressões sobre os etíopes “de pele negra”. Heródoto, em sua lógica descritiva, afirmava que “os homens daquelas regiões” eram “negros por causa do calor” e que os “etíopes da Líbia” eram “entre todos os homens os de cabelos mais crespos”<sup>5</sup>. Afirmava ainda que “o semem por eles ejaculado quando se unem às mulheres também não é branco (...), e sim negro como a sua tez (acontece o mesmo com o sêmem dos etíopes)”. Para o historiador grego, a Etiópia seria “a mais remota das regiões habitadas (...)”<sup>6</sup>. Além disso, se comparados a outros povos, como os gregos e egípcios, os etíopes seriam inferiores, bárbaros – sem civilização – e identificados como trogloditas<sup>7</sup>. Fica evidente que os filtros culturais do autor condicionaram sua leitura acerca dos etíopes e acabaram por enfatizar os aspectos físicos tão distantes dos gregos.

As características geográficas da Etiópia também serviriam nos séculos seguintes para estabelecer as fronteiras entre o mundo europeu e aquela região e seriam utilizadas, muitas vezes, como elemento explicativo das diferenças físicas e culturais entre europeus e africanos<sup>8</sup>. No século II d.C., o geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu, baseando-se em estudos anteriores, inclusive de Heródoto, conseguiu “com sua *Geografia* a evolução máxima dos conhecimentos relativos aos contornos da África”<sup>9</sup>. Sua obra teria uma influência decisiva na forma de se pensarem os africanos durante o medievo. Idéias como o calor intenso e insuportável, as deformações e incapacidades físicas causadas pelo clima e a crença de que abaixo do Equador somente criaturas com sérias deformações poderiam sobreviver teriam participação-chave nas explicações dos teólogos e geógrafos medievais sobre o continente.

No ano mil, as imagens sobre os africanos já estavam completamente tangidas pelo imaginário da cristandade. A teoria camita e a fusão da cartografia de Cláudio Ptolomeu com a cosmologia cristã relegaram a África e os africanos às piores regiões da Terra. Segundo os textos bíblicos, Cam, um dos filhos de Noé, foi punido por flagrar seu pai nu e embriagado. Como punição, seus descendentes deveriam se tornar escravos dos descendentes de seus irmãos, teriam uma pele mais escura que a dos outros homens e habitariam parte dos territórios da Arábia, do Egito e da Etiópia. Essas referências do povoamento da Terra pós-dilúvio também seriam um elemento integrante das visões de mundo do período.

Seria na cartografia medieval que as impressões pejorativas sobre os africanos ficariam explícitas. Reunindo os olhares da Antigüidade com as crenças acerca da distribuição da humanidade relatada na Bíblia, os mapas seguiam um padrão: as terras conhecidas – Europa, Ásia e África – estariam distribuídas em forma de um T e cercadas pelos oceanos. Na representação dos três mares – o Mediterrâneo, o Helesponto e o *mare indicum*<sup>10</sup> – e das três regiões, o paraíso terrestre aparecia sempre ao norte, no topo, distante dos homens, e Jerusalém, local da ascensão do filho de Deus aos céus, no centro. A Europa, cuja população descendia de Jafet, primogênito de Noé, ficava à direita de Jerusalém, e a Ásia, local dos filhos de Sem, netos de Noé, à esquerda. Ao sul aparece “o continente negro e monstruoso, a África. Suas gentes eram descendentes de Cam, o mais moreno dos filhos de Noé”<sup>11</sup>. Nesse caso mais uma vez o desprestígio recobriria a África.

Com as Grandes Navegações, o imaginário dos navegantes iria, de forma intensa, acentuar as leituras fantásticas e depreciativas acerca da África. Os temores sobre o Mar Oceano e acerca da região abaixo do Equador iriam alimentar as elaborações e representações dos europeus sobre os africanos. Monstros, terras

inóspitas, seres humanos deformados, imoralidades, regiões e hábitos demoníacos iriam ser elementos constantes nas descrições de viajantes, aventureiros e missionários. Em obra introdutória à história da África, Mary Del Priore e Renato Venâncio chamam a atenção para essas construções mentais.

*Acreditava-se, também, que a parte habitável da Etiópia era moradia de seres monstruosos: 'os homens de faces queimadas'. (...) A cor negra, associada à escuridão e ao mal, remetia no inconsciente europeu, ao inferno e às criaturas das sombras. O Diabo, nos tratados de demonologia, nos contos moralistas e nas visões das feiticeiras perseguidas pela Inquisição, era, coincidentemente, quase sempre negro<sup>12</sup> (...) Para a maior parte dos autores, a descrição física da zona meridional africana se associava à idéia de intolerância climática. No século XI, Vicente de Beauvais, dominicano e leitor da real família de França, opunha o norte e o sul para explicar que o primeiro era seco e frio e o segundo, quente e úmido. Ao norte, os homens seriam sadios e belos, ao sul, frágeis, doentes e feios. Por culpa do clima tórrido, seus corpos negros e moles eram sujeitos a males como a gangrena, a epilepsia, as diarréias. Ao norte, os corpos, isentos de doenças, teriam uma coloração rosada<sup>13</sup>.*

Porém, um elemento novo se acrescenta a essa fórmula de enxergar o outro: os contatos ocorrem agora ao sul do Equador, na região da África subsaariana, banhada pelo Atlântico e Índico. Os africanos de pele negra, antes chamados de etíopes, seriam por um certo espaço de tempo conhecidos como homens da Guiné. Pelo menos até os contatos se estenderem por áreas além do trecho separado pela foz do rio Senegal e do rio Níger. Os diários, memórias e crônicas de viagens ou ainda os relatórios oficiais escritos pelos inúmeros marinheiros, enviados diplomáticos, comerciantes, militares, missionários e exploradores que percorreram a costa e o interior africano, dos séculos XV ao XVIII, seriam umas das principais fontes para a tentativa de se conhecer um pouco melhor as sociedades africanas anteriores aos europeus. Mesmo com todas as restrições que se acercam de tais relatos, esses textos constituem material suficiente para ocupar, por um bom tempo, grande número de historiadores.

Percebe-se que a preocupação maior desses escritos estava centrada no conhecimento dos aspectos geográficos, dos grupos humanos, dos recursos naturais e das descrições de alguns costumes africanos. Desse grupo, destacaram-se os trabalhos de viajantes e missionários. Influenciados pelas visões e concepções euro-

péias, os trabalhos desses homens foram marcados pela convicção de que a Europa era a uma civilização infinitamente superior. Isso se evidenciava pela ausência da fé cristã, trocada em África por “cultos pagãos e fetichistas”, e de Estados organizados aos moldes dos europeus. O convívio com padrões urbanísticos, estéticos, artísticos e religiosos diversos fez com que as leituras europeias pouco mudassem. Entre estes homens, podemos destacar as obras de Antônio Cadornega, João Cavazzi, Duarte Pacheco Pereira, Luis de Cadamosto e Gomes Eanes Zurara.

Em seus relatos, um desses viajantes, o português Gomes Eanes Zurara, revelava que o estranhamento com relação à cor da pele e à feição física dos homens e mulheres do continente não diminuiu com os passar dos séculos. Ele comentava, em sua *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, que os habitantes da Guiné eram “(...) tão negros como [e]tiópios, desafeiçoados nas caras como nos corpos (...)”<sup>14</sup>. Ou ainda que tinham a pele “toda negra (gente desta terra verde – Terra dos Negros ou Guiné)”<sup>15</sup>. Eram também bastante feios para seu olhar, já que a “fealdade era extrema (...) não se podia pintar coisa mais feia”<sup>16</sup>.

Já o italiano Luis de Cadamosto parecia compartilhar todas as idéias anteriormente citadas. Em *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, afirmou que os homens abaixo do Saara eram “terríveis de aspecto” e que “todos são negríssimos (para lá do rio Senegal)”<sup>17</sup>.

E ambos atribuíam ao clima a condição física daqueles seres. Zurara dizia que eram “negros em color porque jazem sob o opósito do Sol”<sup>18</sup>, e Cadamosto afirmava que, “por causa do excessivo calor, apodrece-lhes o sangue em certo tempo do ano; morreriam, se não fosse o remédio do sal”<sup>19</sup>.

Percebe-se, portanto, que, apesar dos contatos mais intensos com a África abaixo do Saara – ou mesmo por causa disso –, os estranhamentos e os olhares preconceituosos continuaram. No século XV, duas encíclicas papais – a *Dum Diversas* e a *Romanus Pontifex* – “deram direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os Maometanos, pagãos e povos pretos em geral”<sup>20</sup>. A condição de cativos somente potencializaria os preconceitos e representações negativas sobre os africanos. Os relatos elaborados nos três séculos seguintes – até o final do XVIII – seguiriam um ritmo parecido, com algumas exceções. Os africanos e a África permaneceram sendo percebidos como inferiores, apesar de ganharem uma posição-chave nas relações econômicas estabelecidas pelos europeus com o Mundo Atlântico. A temática que dividiria o espaço com as descrições de populações e lugares, à época, seria a escravidão.

No entanto, esse imaginário que inferiorizava aos africanos não se limitou aos olhares europeus. Em vários relatos deixados pelos viajantes árabes ou muçulmanos sobre as terras do Sudão, encontram-se idéias e descrições parecidas. Influenciados por pensadores da Antigüidade, eles acreditavam que o calor seria responsável pelas “deformações” físicas – cabelos e barbas crespos – dos africanos. O próprio termo Sudão, de origem árabe, significava a “terra dos homens negros”. O autor árabe Al Kindi relatava que, “sendo quente o país, os corpos celestes exercem sua influência e atraem os humores para as partes superiores do corpo. Daí os lábios pendentes, o nariz achatado e grosso (...) a ausência de inteligência”<sup>21</sup>.

Para além desses olhares limitados, sabemos que, desde o século XII, os árabes já haviam estabelecido relações comerciais intensas com a parte norte e oriental da África. No século XV, quando aumentam os contatos europeus com o mundo africano, alguns impérios ou reinos da região há muito tinham se islamizado e, por que não falar, haviam africanizado o islã. Apesar de alguns problemas, como os acima descritos, desses encontros nos chegam vários relatos escritos que poderiam servir como importantes fontes para pensar o mundo norte-africano daquele período. Os textos chamados *Tarikh el-Fettach* e *Tarikh el-Sudan* são os mais conhecidos e citados.

Além desses escritos, temos várias descrições de viagens elaboradas por árabes ou africanos islamizados que transitaram pelas regiões tocadas pelas rotas de comércio como o Sudão, o Mali e Zanzibar. Viajantes como Al-Mas’udi e Ibn Hawkal (século X), Al Bakri (XI), Al-Idrisi e Yakult (XII e XIII), Abu’l-Fida, Al-Umari e Ibn Batuta (XIV), Ibn Khaldun (XIV-XV), Al-Hasan, conhecido por Leo Africano (XV-XVI), e Mahmud Kati (XVI) e Es Saadi (XVII) são os mais citados autores<sup>22</sup>. Muitos deles foram secretários, ministros, embaixadores, conselheiros ou geógrafos dos reinos que se montaram na África muçulmana. Segundo John Fage, merece destaque especial pelas suas formulações de pesquisa e reflexões históricas, o tunisiano Ibn Khaldun. Para John Fage, ele “poderia legitimamente roubar de Heródoto o título de pai da história”. Seu grande destaque foi ter elaborado uma teoria explicativa crítica para história, com uma espécie de perspectiva cíclica dos eventos e uma profunda crítica aos documentos e fontes<sup>23</sup>. À grande parte dessas fontes, limitou-se, porém, a descrever as regiões e as relações comerciais estabelecidas, muitas vezes coletando dados de forma indireta.

Já a partir do final do século XVIII e em todo século XIX, as relações entre os europeus e africanos ganharam nova dimensão. Inicialmente, porque as viagens e expedições no continente passaram a ser marcadas por outros objetivos. Elas, que anteriormente limitavam-se a explorar o litoral, esforçaram-se para devassar o



interior da África. A descoberta do quinino, remédio usado contra malária, e o espírito científico iriam ditar os ritmos dessas expedições. Soma-se a esse elemento o interesse imperialista de algumas nações européias nas últimas décadas do século XIX. As ações de conquista sobre o continente permitiriam aos europeus o controle territorial de grande parte da África. Os administradores e missionários faziam relatos importantes – apesar de eurocêntricos – para a compreensão da realidade de parcela das populações africanas. Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália e Portugal seriam os países que participariam mais ativamente da chamada “partilha africana”, e, por isso, grande parte dos escritos deixados seria produzida por militares, administradores ou pesquisadores desses locais.

Aos preconceitos anteriores, articulam-se, no século XIX, as crenças científicas, oriundas das concepções do darwinismo social e do determinismo racial, que alocaram os africanos nos últimos degraus da evolução das “raças” humanas. Infantis, primitivos, tribais, incapazes de aprender ou evoluir, os africanos deveriam receber a benfazeja ajuda européia por meio das intervenções imperialistas no continente. Os escritos dos viajantes e aventureiros se impregnam desse viés. Dentre os mais famosos podemos citar os de Richard Burton, Hugh Clapperton, Gustav Nachtigal, John Speke, John e Richard Lander e Noel Baudin.

Desses, os textos de Richard Burton são os mais conhecidos e se tornam reveladores das influências das teorias científicas no já embaçado olhar europeu sobre as sociedades e regiões da África. Em sua famosa expedição pela busca da nascente do rio Nilo, na segunda metade do século XIX, o aventureiro relata suas impressões sobre algumas populações africanas. Suas palavras revelam seus filtros de observação.

*O estudo da psicologia na África Oriental é o estudo da mente do homem rudimentar(...) Ele pareceria mais uma degenerescência do homem civilizado do que um selvagem(...) não fosse sua incapacidade para o aperfeiçoamento<sup>24</sup> (...)*

*Na estrada uma multidão de preguiçosos (...) seguirá a caravana por horas; isto é um espetáculo verdadeiramente ofensivo (...); essas figuras grosseiras (...) e seus gritos lembravam uivos de bestas mais do que qualquer esforço de articulação humana<sup>25</sup>.*

No mesmo período, o pensamento histórico passava por (re)adequações, surgindo uma espécie de história científica. Sobre esse momento e os que se seguem, faremos uma retrospectiva mais minuciosa, na tentativa de elaborar uma

síntese das reflexões realizadas acerca da questão. Dessa primeira parte do texto, deve surgir também outra evidência que não é tão nova assim. Apesar de o destaque, em primeiro momento, ficar com as representações feitas dos africanos, algo deve ser lembrado: todos os conjuntos de fontes citados servem como importantes referências para o estudo da história da África.

### **Trajetórias da historiografia africana**

Ao partirmos da idéia de que a história é o campo das ações humanas no tempo, a África é a região do mundo de mais longa historicidade. Berço da humanidade, esse continente foi palco de diversificadas experiências sociais e múltiplos fenômenos culturais. No entanto, o aparecimento da “ciência histórica”, na Europa dos oitocentos, desconsiderou, por meio de seus pressupostos, a história vivenciada naquele continente.

Nas leituras dos autores que abordaram a trajetória da historiografia africana, encontramos alguns elementos em comum na identificação de como a África aparece nos escritos historiográficos ocidentais e nos dos próprios africanos. A divisão/classificação desses escritos, realizada pelo cientista social guineense Carlos Lopes, servirá como guia de nossa incursão. Segundo Lopes, existiriam três grupos nos quais poderiam ser localizadas, por afinidades maiores, as diversas investigações ou “falas” realizadas sobre a África a partir do século XIX: a Corrente da Inferioridade Africana (1840-1950), a Corrente da Superioridade Africana (1950-1970) e uma Nova Escola de Estudos Africanos (de 1970 em diante). Para melhor apreensão dessas interpretações, é preciso lembrar que elas são herdeiras diretas de um imaginário<sup>26</sup> já bastante distorcido acerca dos africanos e que não se sucederam de forma monolítica. Pelo contrário, conviveram, permearam-se e se influenciaram mutuamente. Da mesma forma, os trabalhos elencados em cada um desses grupos nem sempre se encaixam perfeitamente nos pressupostos que caracterizariam cada uma dessas fases, que, por sua vez, não foram homogêneas.

O primeiro grupo de estudos seria identificado pela negação da historicidade dos africanos. De acordo com suas leituras, os homens e mulheres do continente seriam incapazes de fazer e contar suas histórias. Somam-se a esse ingrediente as teorias raciais que classificavam os africanos como primitivos e inferiores.

A Corrente seguinte foi articulada no período das independências africanas e composta basicamente por intelectuais e pesquisadores do continente. Utilizava como “bandeira” maior a retórica de que os africanos possuiriam todas as qualidades apresentadas pelas populações de outros continentes e de que a África, de região

periférica, passaria a ser pensada como região central da humanidade. Não que esses argumentos estivessem equivocados, mas o sentido ideológico e passional dos estudos comprometeu parte das pesquisas e teorias elaboradas.

Por fim, nos últimos 30 anos, ocorreu grande profissionalização e expansão dos investigadores das temáticas africanas. O número cada vez maior de historiadores africanos e africanistas é também reflexo da especialização de estudos por áreas e temas, como epidemias, escravidão, gênero e religião, e do uso de fontes específicas, como a tradição oral e os vestígios arqueológicos. Começamos, portanto, pelo período em que os historiadores negavam a história africana.

### **Quando a África não possuía uma história**

Segundo os pensadores do século XIX, os povos africanos subsaarianos encontravam-se imersos em um estado de quase absoluta imobilidade, seriam sociedades sem história. No caso, é preciso que se frise que a história, naquele momento, passara a se confundir com dois elementos centrais: as trajetórias nacionais – entendidas como inventários cronológicos dos principais fatos políticos dos Estados europeus, quase sempre protagonizados por figuras ilustres ou heróis – e o movimento retilíneo e natural rumo ao progresso tecnológico e civilizacional. Dessa forma, a idéia da transformação, da busca constante pelo novo, pelo moderno, tornaria-se uma obsessão. Além disso, devido aos rigores metodológicos, o passado somente poderia ser acessado com o uso dos documentos escritos oficiais.

Observados de dentro dessa perspectiva histórica, os povos africanos não possuíam papel de destaque na história da humanidade. Primeiro, pela ausência, em grande parte das sociedades abaixo do Saara, de códigos escritos – havia a predominância da tradição oral. Segundo, por serem classificadas como sociedades tradicionais<sup>27</sup> – quando a tradição aparecia no sentido de preservar, como em uma bolha do tempo, o passado –, estando fadados a um eterno imobilismo.

Os pesquisadores que abordam a construção da historiografia africana utilizam exemplos que hoje poderíamos chamar de “clássicos” para descrever esse estado de *coisas*. O mais citado é a categórica afirmação do filósofo Friedrich Hegel, ainda na primeira metade do século XIX, acerca da inexistência da história em África, ou de sua insignificância para a humanidade.

*A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aqui-*

*lo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo*<sup>28</sup>.

Apesar de Hegel não ter uma influência tão significativa assim nos historiadores do período seguinte, parece que essa idéia não ficou limitada aos oitocentos, influenciando trabalhos posteriores. Manuel Difuila lembra que um dos primeiros estudiosos das temáticas africanas, H. Schurz, comparou a “história das raças da Europa à vitalidade de um belo dia de sol, e a das raças da África a um pesadelo que logo se esquece ao acordar”<sup>29</sup>. Ainda nessa direção, um renomado professor da Universidade de Oxford, Sir Hugh Trevor-Hoper, demonstrou, em 1963, compartilhar das idéias de seus companheiros anteriores.

*Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas (...), e as trevas não constituem tema de história (...) divertirmo-nos com o movimento sem interesse de tribos bárbaras nos confins pitorescos do mundo, mas que não exercem nenhuma influência em outras regiões*<sup>30</sup>.

Para os historiadores do século XIX ou da virada para o XX, a história da África – vivenciada ou contada – teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do continente. Não só pela ação de registrar e relatar, feita por viajantes, administradores, missionários e comerciantes do século XV ao XIX, mas principalmente pelas mudanças introduzidas pelos europeus na África. Os africanos seriam incapazes, portanto, de qualquer criação maior, fosse no campo da agricultura, das tecnologias, das construções. Mesmo com a “descoberta” em África de elaborações complexas na arte estatuária, na produção agrícola, na arquitetura, nas organizações sociais e do pensamento, a afirmativa deveria ser mantida. Nesse sentido, os europeus se esforçaram para encontrar explicações sobre o que passaram a encontrar no continente.

O filósofo africano Valentin Mudimbe chamou a atenção, por exemplo, sobre as argumentações utilizadas pelos europeus para explicar as origens da técnica estatuária usada pelos iorubás, da arte do Benin e da arquitetura do Zimbábwe. Todos esses elementos de destaque da cultura africana seriam frutos de interferências de outras civilizações na África negra, e não criação africana<sup>31</sup>. Carlos Lopes apresenta outras pesquisas nesse estilo. A tendência seria, de alguma forma, pre-

servar as afirmações de que a África não possuiria história e de que tudo lá encontrado não passaria de uma cópia inferior ao produzido em outros lugares.

*Ao estudar os conhecimentos astronômicos dos Dogon nos anos 40, M. Griaule e os seus discípulos ficaram fascinados com o nível de conhecimentos existente. Recentemente, o conhecido astrônomo Carl Sagan, da Universidade Cornell de Nova Iorque, decidiu avaliar esses mesmos conhecimentos Dogon, e concluiu que os 'Dogon, em contraste com todas as sociedades pré-científicas, sabiam que os planetas, incluindo a terra, giram sobre si próprios e à volta do Sol'(...) Como é que se pode explicar este extraordinário conhecimento científico? Sagan não duvidou um segundo que deve ter sido devido a um gaulês que atravessou aquelas paragens, e que provavelmente estava mais avançado que a ciência da época<sup>32</sup>.*

É certo que, com a ação imperialista e com o domínio efetivo dos europeus sobre parte considerável do continente, ocorreu uma pequena mudança desse quadro, com o aparecimento da história colonial na África. As principais marcas desses estudos e o ritmo seguido por eles foram determinados pelo surgimento de uma espécie de história dos europeus no continente, inclusive com a criação de institutos de pesquisa localizados em vários países metropolitanos, como a Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica. Surgiam os primeiros trabalhos sobre a história da África, pelo menos da história das ações coloniais escrita pelos colonizadores. De acordo com Bill Freund, essa história colonial oficial quase sempre buscava evidenciar as atividades européias no continente, ignorando as contribuições das sociedades africanas, que continuavam a ser percebidas como primitivas ou bárbaras.

*O que mais interessava aos europeus na África eram eles mesmos: a história do comércio e da diplomacia, da invasão e da conquista, fortemente infundidos com suposições sobre a superioridade racial que sustentou a dominação colonial<sup>33</sup>.*

Para Phillip Curtin, em alguns casos, procurava-se também descobrir na África algumas estruturas, como a existência de Estados ou Impérios, que possibilitassem traçar alguns pontos de semelhança com a Europa<sup>34</sup>.

Nesse mesmo instante, alguns africanos que haviam dominado o idioma dos colonizadores também começaram a registrar por escrito parte da história de seus

povos. De acordo com John Fage, três grupos de escritores se destacaram nessa tarefa, antes de surgir um bom número de historiadores profissionais no continente.

O primeiro deles esteve ligado às religiões estrangeiras implantadas na África, ou seja, eram pastores, padres ou membros africanos dessas religiões. Dentre os trabalhos elaborados nesse gênero, podemos citar *A History of the Gold Coast and Asante*, de Carl Christian Reindorf (1895), e *History of the Yorubas*, de Samuel Johnson (1897). Para Fage, “trata-se de duas obras de história bastante sérias; e até hoje ninguém pode empreender um trabalho sobre a história dos Iorubás sem consultar Johnson”.

O segundo grupo de autores, entre os quais se encontravam J. B. Danquah, J. E. Casely-Hayford e J. M. Sarbah, foi chamado de protonacionalista e passou a abordar uma série de questões históricas com o objetivo de realizar uma tímida divulgação de idéias sobre a autonomia da região.

O último grupo procurou, próximo ao momento final do período colonial, enaltecer os pontos positivos do passado africano, com vistas a diminuir os efeitos dos pressupostos que defendiam a idéia de superioridade da cultura européia. Encaixam-se nesse segmento os trabalhos de J. O. Lucas, *The Religion of Yoruba* (1949), e de J. W. de Graft-Johnson, *African Glory* (1954). Ao mesmo tempo, outros africanos continuavam o esforço de realizar registros das tradições locais. O estudo de maior destaque entre esses foi o de J. U. Egharevba, *A Short History of Benin* (1934)<sup>35</sup>. Nos escritos dos historiadores colonialistas, a África aparecia sempre como um pequeno apêndice, em um número reduzido de páginas, de extensas obras que tratavam da construção das histórias dos impérios europeus. Mesmo assim, as informações vinculadas ao continente negro não passavam de notícias acerca das ações dos homens brancos em seu “fardo” na África. Vigorava, em muitos casos, a idéia de que os africanos eram incapazes de fazer história. Para John Fage:

*Tal concepção foi exposta de forma muito precisa pelo professor A. P. Newton, em 1923, numa conferência diante da Royal African Society de Londres sobre ‘A África e a pesquisa histórica’. Segundo ele, a África não possuía ‘nenhuma história antes da chegada dos europeus. A história começa quando o homem se põe a escrever’. Assim, o passado da África antes do início do imperialismo europeu só podia ser reconstituído ‘a partir de testemunhos dos restos materiais, da linguagem e dos costumes primitivos’, coisas que não diziam respeito aos historiadores, e sim aos arqueólogos, aos lingüistas e aos antropólogos*<sup>36</sup>.

A mudança dessa perspectiva começou a ocorrer um pouco antes das lutas pelas independências, nos anos 1950 e 1960, e se estenderia até o final da década de 1970. De uma forma geral, pode-se afirmar que, na segunda metade do século XX, aconteceu uma espécie de revolução nos estudos sobre a África. As investigações se diversificaram e ampliaram suas abordagens.

## **A África no centro do mundo**

No período que se estende de 1940 a 1970, ocorreram mudanças substanciais em alguns estudos desenvolvidos sobre o continente. Mesmo que ainda permanecessem alguns modelos e estereótipos com relação aos africanos, como ficou claro no lançamento das coleções de livros sobre os impérios coloniais, como *The Cambridge History of the British Empire*, em 1957, as visões historiográficas sobre a África se transformaram e um número significativo de elementos pode ser levantado na confirmação dessa idéia. Procuremos elucidar alguns deles.

Próximo ao fim da década de 1940, ainda durante o período colonial, a historiografia sobre o continente foi influenciada pela criação de alguns centros de estudo e universidades na própria África

*Em 1948, a Grã-Bretanha empreendeu um programa de criação de Centros Universitários no Sudão, Uganda, Costa do Ouro, Nigéria e, ao mesmo tempo, instaurava a categoria de leitor de História de África na Universidade de Londres, [confiada ao Dr. Roland Oliver]. Nas Colônias francesas e belgas, desenvolveu-se um processo idêntico, que culminou com a criação, em 1950, da Escola Superior de Letras de Dakar, que sete anos depois adquire o estatuto de Universidade francesa (...)<sup>37</sup>.*

Mesmo com a maioria dos professores de origem europeia, seria, em parte, nesses locais que nasceria parcela dos pensadores africanos da independência. Philip Curtin afirmou que, por meio da ação de historiadores de fora do continente e de africanos – formados em universidades europeias –, teve início um movimento que procurou inverter o papel concedido à África na história da humanidade. Nesse período, também ocorreu o retorno dos administradores de algumas ex-colônias africanas para as antigas metrópoles. De acordo com Curtin, essa volta foi acompanhada pelo ingresso de alguns desses homens nos corpos docentes de diversas universidades na Europa, quase sempre “como professores de línguas africanas ou de administração colonial, e não como historiadores clássicos”<sup>38</sup>.

Em muitos casos, a criação das universidades na África sinalizava uma possibilidade frutífera de início da carreira para vários jovens historiadores europeus. Dessa forma, os temas e as pesquisas sobre a história da África passaram a ser mais recorrentes, assim como muitos recém-formados europeus se dirigiam para os centros universitários nas antigas colônias para dar aulas<sup>39</sup>.

A fragmentação política do continente forçava a construção de histórias nacionais para cada região “inventada” pelos europeus e reinventada pelos africanos. De uma forma geral, a independência criou, por parte de uma nova elite política e intelectual, a necessidade da elaboração das identidades africanas dentro do continente e desse perante o mundo. Para isso, era imprescindível retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade e encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países africanos e da própria África. Por essa visão, o continente possuiria uma história tão rica e diversificada quanto a européia.

Segundo o filósofo africano Kwame Appiah, era preciso ter qualidades e forças em um mundo competitivo e em uma África submersa em problemas dos mais diversos tipos. Para ele, entre esses primeiros pensares pós-independência, estaria o aparecimento de ideologias que defendiam e (re)significavam a identidade africana: o pan-africanismo e a negritude. Ambas, com intensidades e objetivos diferentes, buscavam enfatizar a existência de uma identidade comum africana, que serviria como sinal distintivo e de qualificação, muitas vezes apaixonada, dos africanos com relação ao resto da humanidade<sup>40</sup>. Essas correntes tiveram grande influência nos estudos ali organizados até o final dos anos 1970 e na própria articulação e crescimento dos movimentos negros do outro lado do Atlântico.

Uma das principais gerações de pensadores desse grupo foi a dos intelectuais liderados pelos africanos Joseph Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop. A maior parte dos historiadores ligados a esse movimento supervalorizou o argumento de que “a África também tinha sua história”. Tal iniciativa fez com que Carlos Lopes chamasse esse grupo de “Pirâmide Invertida”, ou Corrente da Superioridade Africana. Para Lopes, não seria difícil entender ou justificar esse nome, já que eles estavam ligados à iniciativa de modificar as leituras e visões sobre a África, procurando redimensionar sua história, inclusive colocando-a como o ponto de partida para explicar a história ocidental<sup>41</sup>.

As investigações deveriam, portanto, focar a África em sua própria trajetória. As histórias dos reinos e civilizações africanas foram utilizadas como exemplo da capacidade de organização, transformação e produção africanas, que em nada ficavam a dever para os padrões europeus. Além disso, os vestígios materiais deixados do passado – técnicas de cultivo, padrões de estética da arte estatutária, ruínas dos mais diversos matizes – foram usados para evidenciar as qualidades do



continente. Desse grupo, saíram importantes estudos, como a coletiva obra *História Geral da África* (oito volumes publicados pela Unesco) e um dos primeiros trabalhos individuais contemporâneos sobre a história da África subsaariana, escrito pelo próprio Ki-Zerbo – *história da África Negra* –, além das teorias afrocêntricas, como a do Egito faraônico negro.

No entanto, os autores que abordam o período são unânimes em afirmar que os esforços dessa vertente<sup>42</sup> resvalaram em erros anteriormente cometidos. Um dos mais evidentes era a ação desproporcional de enaltecer as características histórico-culturais da África. A imprecisão, no caso, foi cometer o mesmo erro dos estudos europeus, só que agora não utilizando o eurocentrismo, mas sim o afrocêntrismo. Em alguns estudos, os africanos passaram a ser percebidos como meras vítimas das ações externas, perdendo novamente o papel de agentes históricos.

De acordo com Lopes, outro elemento a ser apontado nesse sentido foi o de pensar nas conseqüências futuras do processo de independência. Se a África havia sido até então subjugada e explorada, a libertação do domínio político europeu lançaria o continente em uma era de prosperidade, e caberia nessa era, pelo menos como uma sinalização de que ela de fato poderia existir, uma mudança na metodologia e perspectivas dos trabalhos históricos. Lopes destacou que “a própria historicidade proposta por Ki-Zerbo anunciava (...) um futuro novo para a alteridade continental”. Dessa forma, “a heresia de fazer a História do amanhã passou a fazer parte do imaginário dessa corrente. Na busca incessante dos factos produtores de uma projeção da historicidade reconhecida, compararam-se os feitos históricos africanos ao que de melhor se considerava ter sido produzido por outras regiões do mundo”. Porém, muitos historiadores não viam com bons olhos essa tentativa de se fazer a História do amanhã<sup>43</sup>.

Conquistadas as independências, pelo menos em um bom número de países, os historiadores africanos e africanistas passaram a buscar as “origens” das regiões, da história da África e da integração dessa à história mundial. Porém, durante alguns anos, de forma compreensível, tanto as universidades quando as escolas africanas continuaram a seguir as cartilhas criadas pelos europeus e seus professores e pesquisadores – quando não eram formados no exterior, mantinham as perspectivas analíticas lá definidas.

Nesse momento, anos 1960-1970, ocorria também uma busca pelo entendimento dos complexos quadros socioculturais, políticos e econômicos que se montariam e se desenvolveriam nas décadas seguintes à independência, o que fez os pesquisadores redobram seus esforços para desvendar e explicar as características e a trajetória da história da África.

Nesse esforço, os levantamentos etnográficos já não tinham muito espaço, e os estudos funcionalistas e estruturalistas da antropologia começaram a compartilhar seu lugar de liderança nos estudos sobre o continente, com a compreensão dos fatores que levaram ao desmantelamento dos impérios europeus na África, da caótica situação que começava a se formar e da construção do passado dos recém-formados países.

Percebe-se, portanto, que foi preciso chegar às décadas de 1960 e 1970 para que ocorresse significativa expansão dos estudos e pesquisas realizadas no continente africano e fora dele. Na África, tal fato esteve relacionado à expansão das universidades, à maciça presença de professores africanos e europeus lecionando em suas salas de aula, à busca de identidades e à tentativa de encontrar soluções para os problemas que assolavam suas regiões. No mundo, possíveis causas explicativas para esse interesse seriam as atenções que o continente despertava, fruto de suas especificidades, ou ainda de sua problemática história recente. Mais do que isso, os pressupostos e metodologias utilizadas nas investigações históricas passaram a ser mais bem elaborados, chegando a um nível de sofisticação que, em alguns sentidos, superava ao resto da historiografia mundial. Fage afirmou que, na verdade, de uma forma em geral, “a historiografia da África vai progressivamente se assemelhando a de qualquer outra parte do mundo”<sup>44</sup>.

É nesse momento, mais precisamente em 1960, que também surge o primeiro jornal internacional especializado nos estudos da história africana, o *Journal of African History*, editado pela Cambridge University Press. Dois anos depois, seria publicado o livro *History of East Africa*, patrocinado pela alta Comissão da África do Leste. São também organizados os primeiros congressos sobre o estudo do passado na África, dentre os quais se destacam o Primeiro Congresso Internacional de Africanistas, ocorrido em Acra, 1962, e o Congresso Internacional sobre a história da África, organizado pelo Governo da República Unida da Tanzânia, em 1965<sup>45</sup>. No começo da década de 70, duas séries de publicações – *História Geral da África* e *The Cambridge History of Africa* –, uma patrocinada pela Unesco, já citada anteriormente, e outra pela Universidade de Cambridge, sob a supervisão de Roland Oliver e John Fage, realizaram uma primeira síntese sobre a história da África negra. Percebe-se que o interesse pelo continente tenderia a ser mais intenso. O aumento das pesquisas e publicações seria um reflexo dessa constatação.

Outro elemento importante que aparece nos debates desse período foi a falta de fontes escritas e a tradição marcadamente oral dos povos africanos, que forçavam os historiadores a buscar metodologias e teorias de pesquisa alternativas às tradicionalmente utilizadas.

Nesse caso, de acordo com o Ki-Zerbo, um dos pontos mais polêmicos e frutíferos foi a utilização da história oral<sup>46</sup> como instrumento de reconstrução da história dos povos da região. Sem sombra de dúvidas, o acesso dos historiadores especializados em estudos africanos às fontes históricas era no mínimo incomum, pelo menos se tivéssemos a historiografia tradicional como referencial. Nesse caso, o trabalho do historiador da África se aproximou em diversos instantes do desenvolvido pelos historiadores sociais, ou por aqueles vinculados aos Annales. Em muitos momentos, esses historiadores tiveram de descobrir novas técnicas de pesquisa e aceitar maior número de elementos como canais de informação sobre o passado africano. Na África, isso ocorreu inicialmente pelo fato de os documentos escritos produzidos pelos próprios africanos serem escassos. Mesmo levando em consideração a grande produção de autoria árabe ou européia, esse dado é inquestionável.

Dessa forma, como afirmou Henk Wesseling, se os historiadores africanos quisessem recorrer às fontes escritas, quase sempre teriam de ir à Europa, onde se encontravam os principais arquivos e acervos documentais sobre a história da África. Para contornar a falta de fontes escritas, a história da África passou a cada vez mais se associar a outras disciplinas e ciências. A arqueologia, a cartografia, a antropologia, a onomástica e a lingüística passaram a ser constantemente utilizadas pelos historiadores da África. Os resultados, quase sempre, foram extremamente positivos<sup>47</sup>. Em contrapartida, afirmar que o continente era desprovido de história pelo fato de suas populações serem iletradas seria algo incoerente, se comparássemos a África e a Europa no período medieval. Tal idéia, proposta por Ki-Zerbo, partia do princípio de que, em ambos os locais, a maioria das pessoas não sabia ler ou escrever. Mesmo assim, a Europa ganhou o direito de ter uma história medieval, enquanto a África não. Sem falar nas mudanças nas estruturas vigentes, percebidas em ambos os contextos. Para Ki-Zerbo,

*(...) por necessidade e por convicção, rejeitamos a concepção estreita e ultrapassada da história só pelas provas escritas, teoria segundo a qual certas zonas da África mal acabariam agora de sair da pré-história. Por definição, dizemos onde quer que exista o homem existe invenção, existe mudança, existe uma problemática e uma dinâmica do progresso, existe, portanto, história no sentido real do termo. Recusamos a teoria que nega a possibilidade de escrever a história da África Negra, deixando a este continente o direito apenas a uma etno-história. Somos por uma história de múltiplas fontes e polivalente, que tome em conta absolutamente todos os vestígios humanos deixados pelos antepassados, desde os restos de comida até aos desenhos e aos cantos que traduzem as suas emoções mais íntimas ou mais elevadas<sup>48</sup>.*

De acordo com Bill Freund, na década de 1960 e 1970, com a independência das colônias portuguesas e com as influências da Guerra Fria, ganhou força em algumas análises históricas o viés marxista, conduzindo não só alguns governos, mas também inserindo os mecanismos da dialética marxista na interpretação da história do continente<sup>49</sup>.

No início dos anos 1980, passada a euforia de se pensar a África por ela mesma, surgiu, nas palavras de Lopes, uma “nova escola de historiadores africanos”, livres das análises emocionais dos seus colegas e também envolvidos na preocupação de dar seqüência às pesquisas. Porém, no caso desses novos historiadores, competia a trabalhosa tarefa de ampliar os estudos sobre o continente e integrar suas pesquisas às constantes inovações da historiografia mundial.

### **Os novos estudos africanos**

No final da década de 1970, ficou claro que as fontes escritas não eram tão escassas para África. Arquivos ultramarinos europeus, na própria África, além das diversas fontes em árabe, facilitavam a investigação sobre certos sistemas vigentes durante séculos nas histórias africanas. Houve também a sofisticação do uso de metodologias no caso da tradição oral, assim como a aproximação com a antropologia, a lingüística e a arqueologia, que já ocorria há algum tempo, acentuou-se. E se, nos últimos anos, as historiografias européia ou americana passaram a ser caracterizadas por estudos ligados aos mais diversos temas, o mesmo ocorreu com a África. Investigações sobre as epidemias, o cotidiano, o imaginário, as novas tendências da economia e da ciência política, a importância do regional, do gênero, da escravidão, da cultura política, das influências da literatura e de uma quase incontável diversidade de temáticas têm varrido o continente.

O fato é que as pesquisas realizadas por africanos e africanistas têm procurado desvendar e explicar o continente pelas óticas sempre diversificadas das reflexões históricas. Estudos sobre o passado remoto ou recente das regiões e do processo de formação da África atual, o entendimento da diversidade de suas culturas e povos, as releituras sobre a colonização e os anseios sobre o desvendar das origens de tantos e complexos problemas a que submerge hoje o continente foram alvo de uma quantidade avassaladora de investigações. Soma-se a isso a utilização das novas metodologias de pesquisa que tornaram a África, conjuntamente aos outros elementos apontados, um fruto cobiçado por muitos.

Encontros e publicações têm ditado um ritmo estimulante àqueles que se interessam pelo passado da África. Apesar dos problemas, alguns inerentes à

própria situação socioeconômica da região, e às heranças e ranços historiográficos que ainda insistem em destratar ou minimizar a relevância dos estudos históricos ali desenvolvidos, as investigações aumentaram em termos quantitativos e qualitativos. Desde os anos 1960, acontecem congressos sobre as mais diversas temáticas e investigações sobre o continente. Porém, nos últimos 15 anos, esses eventos atingiram uma dimensão significativa, contando com grande número de participantes e de pesquisas divulgadas. Podemos citar alguns de maior relevância, como as Reuniões Internacionais de História de África, os Congressos Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, os Seminários Internacionais sobre a História de Angola – que ocorrem com alguma periodicidade em diversos locais do Atlântico, como as cidades de Luanda, da Praia, de Lisboa, do Rio de Janeiro, entre outras –, o African Studies Association (ASA), nos Estados Unidos, o West African Research Association (Wara), no Senegal e nos Estados Unidos, o Women in Africa and African Diaspora (Ward), nos Estados Unidos, e o Association Canadienne des Études Africaines (Acea/CAAS), em Toronto.

O já citado uso da tradição oral, iniciado por J. Vansina e, posteriormente, requalificado por Joseph Miller<sup>50</sup>, e a redescoberta dos arquivos inquisitoriais e ultramarinos, em Portugal, em outros países da Europa ou ainda na própria África, deram um impulso considerável nas pesquisas ali realizadas. Articula-se a essas, como grande contribuição, no sentido de fomentar e incentivar novas análises, o aumento das devassas, abordagens e releituras feitas por historiadores africanos oriundos da Europa, dos Estados Unidos e, mais timidamente, da América Latina e Ásia. Nesse caso, destacam-se as investigações sob a tutela da história cultural, do cotidiano, das idéias e do social, assim como as análises iconográficas, os estudos sobre o papel das mulheres, das mudanças econômicas e sociais, da arte, da música, das religiões e da literatura africanas, a revisão sobre a colonização e a independência, as investigações sobre a pré-história ou os estudos sobre o Islã, a compreensão dos sistemas socioeconômicos africanos e a história recente do continente.

Dentre essas novidades que permitiram aprofundamento do conhecimento sobre as características e complexidades da África, uma das principais foi a forma como os estudiosos começaram a entender a história do continente, inserindo-o dentro de um contexto maior que o da própria África isolada. Esse contexto foi chamado de “Mundo Atlântico”.

Uma das idéias centrais desses estudos é a de que os diversos povos e culturas que habitaram as duas margens do Atlântico, a partir do século XV, não permaneceram apartados. Pelo contrário, eles sempre tiveram formas diferentes de comunicação, ocorrendo uma espécie de integração ou vínculo constante entre os

diversos mundos ligados pelo oceano. Outra mudança sentida foi na importância concedida às relações entre metrópoles e colônias, sendo que estas deixaram de ser visualizadas como um ponto periférico das mais diferentes investigações, tornando-se essencial começar a explicar a África ou América por elas mesmas. Assim, a história da África não teria começado somente após a chegada dos europeus, no século XV, e muito menos com a colonização do XIX, mas há milhares de anos. Era preciso reconstruí-la e desvincular a história moderna africana da história européia, relacionado-a não somente a esta, mas também ao contexto Atlântico e às suas próprias especificidades. A história do oceano permite a elaboração de um eixo explicativo que possibilita, entre outros instrumentos, estudar a África sem começar pelas estruturas sociais e econômicas dos europeus.

Tais diferenciações defendidas e esclarecidas por historiadores como John Thornton, Philip Curtin, Paul Gilroy e Joseph Miller, entre outros, têm significativo papel no estabelecimento e na construção dos entendimentos sobre as relações Europa, América e África dos tempos modernos em diante.

No caso dos estudos históricos realizados no Brasil, evidenciou-se, até pouco tempo atrás, grande desinteresse pela investigação da África e de seu passado. Tal descuido encontra explicações relacionadas ao fato de que os objetos de pesquisa aqui eleitos possuem relação direta com as trocas ocorridas entre a cultura africana e a cultura luso-indígena-brasileira, ou ainda com os elementos criados a partir do encontro dessas e as conseqüências e mecanismos do tráfico de escravos. Preocupados com a África intencional ao Brasil, esquecíamos de olhar de forma mais atenciosa para África do outro lado do Atlântico.

Aparentemente, esses olhares deveriam existir por aqui há muito tempo, mas, na verdade, os historiadores somente passaram a demonstrar um interesse maior, com algumas exceções, sobre a história da África a partir de meados dos anos 1980.

Nos últimos anos, a ação de um grupo considerável de pesquisadores tem contribuído para minimizar o descaso com os estudos africanos no país. Congressos<sup>51</sup>, publicações e centros de pesquisa têm tentado estender os estudos sobre o passado escravista nacional e sobre a própria África. Destacaram-se, nessa tarefa, três centros de estudos afro-brasileiros. O mais antigo deles é o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), da Universidade Federal da Bahia, criado nos anos 1960. Sob sua tutela, é publicada a revista *Afro-Ásia*. Alguns dos pesquisadores que contribuíram para a fundação e manutenção do Ceao “atravessaram o oceano e foram estudar e lecionar em Dacar, Ibadan, Ifé, Kinshasa”<sup>52</sup>. Na década seguinte, surgiam mais dois importantes centros: o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (1973),

na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, e o Centro de Estudos Africanos (1978), da USP. Ambos também são responsáveis pela manutenção das revistas *Estudos Afro-Asiáticos* e *África*, respectivamente.

Nesse mesmo tempo, pesquisadores têm conquistado um espaço cada vez maior no cenário historiográfico internacional e nacional. Para evitar a repetição excessiva de nomes e títulos, serão mencionados apenas aqueles que são, para os estudos africanos realizados a partir do Brasil, indispensáveis e possuem publicações acessíveis ao público brasileiro. É claro que, devido a um descuido imperdoável, alguns nomes não serão citados. Isso ocorre não por demérito, mas sim pela existência de um dado positivo: o aumento do número de pesquisas impossibilita reunir todas em um só texto. Citemos, portanto, os trabalhos agregados em algumas áreas temáticas. Acerca do tráfico de escravos dois trabalhos são fundamentais: o de Paul Lovejoy, *A escravidão na África: uma história de suas transformações*, e o de John Thornton, *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Sobre regiões específicas da África, como o reino do Kongo, do Ndongo, na África Central Ocidental, existem os trabalhos de Joseph Miller, *Poder político e parentesco: antigos estados mbundu em Angola*, de David Birmingham, *A África Central até 1870*, e de Selma Pantoja, *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Sobre Angola contemporânea, as reflexões de Marcelo Bittencourt, *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*, são importantes. Enfocando Cabo Verde, os trabalhos de Leila Hernandez, *Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde*, e de Gabriel Fernandes, *A diluição da África*, são boas referências. Acerca de Moçambique, destacam-se Valdemir Zamparoni e Edson Borges. Para um olhar em torno das relações internacionais África-Brasil, revelam-se as investigações de José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África*, e de Pio Penna, *Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990*. Acerca da África Austral ou do período colonial, encontramos os artigos de Wolfgang Döpcke, como *A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Englobando temáticas gerais africanas, ou realizando grandes sínteses do continente, temos os textos clássicos de Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, de dois volumes, e do embaixador Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança* e *A manilha e o libambo*, além da excelente obra do africano Elikia M'Bokolo, *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*.

Apesar desses avanços, ainda existe a necessidade de dinamizar os estudos da África e desvinculá-los daqueles ligados às temáticas afro-brasileiras, para percebê-los em seu próprio eixo histórico africano ou naquilo que é chamado de

contexto ou Mundo Atlântico. Mesmo que o objetivo final desses estudos seja entender as relações históricas entre a África e o mundo, é preciso que os historiadores voltem suas óticas para a própria África, ou que, a partir dela, visualizem suas interações com outras regiões.

Outro dado preocupante, reflexo do reduzido grupo de especialistas em África no Brasil, é o pequeno número de universidades e faculdades com cursos de história que ofertam como disciplina obrigatória ou até com perspectivas temáticas a história da África. A publicação e tradução de obras, em escala ainda insatisfatória, apesar do aumento do interesse de algumas editoras, é outro ponto a ser repensado.

Percebe-se, portanto, que a escrita da história da África é uma tarefa ainda em construção, mas que, seguindo a tendência mundial dos estudos e enfoques sobre o continente negro, deve ter avanços importantes nos próximos anos.

### **Últimas palavras**

A cada início de semestre letivo faço um breve exercício com meus alunos de graduação, na disciplina história da África ministrada para o sexto período do Curso de História. Peço para que, em um pedaço de papel, escrevam os nomes dos três mais renomados historiadores africanos ou africanistas que conhecem. Nas últimas três tentativas, obtive no máximo quatro ou cinco respostas completas. Acredito que, se esse quadro não for modificado com certa urgência, a África continuará tão distante de nós historicamente quanto se encontra em milhas náuticas. Para que isso ocorra, não se exige um esforço impossível de se concretizar. A simples experiência de um semestre letivo permitiu a meus alunos, mesmo que de forma ainda fragmentada em vários pontos, responder sem maiores problemas à pergunta que ficou em branco no início das aulas.

O continente que deu vida ao próprio homem foi condenando por muitos deles ao esquecimento ou à inferioridade. Complexa e diversa, a África, sua história e seus povos precisam ser mais bem compreendidos, e seus papéis, na história do mundo, redimensionados. Vimos que, em parte, dezenas de historiadores têm se esforçado nos últimos anos nessa tarefa, reflexo, na verdade, de décadas de idas e vindas, superações e convencimentos de que a história da África não se limitava ao estudo da tradição, do exótico ou das influências colonialistas das potências européias. Sua história possui vida e instrumentos vários de resgate. Mais do que isso, o esforço e os caminhos alternativos da pesquisa histórica na África serviram como modelos de estudos realizados fora do continente<sup>53</sup>, assim como os



historiadores africanistas e africanos passaram a beber das inovações das pesquisas em outras regiões que possibilitaram vislumbrar o passado de seus tão complexos contextos. É evidente que tropeços ocorreram, como também existiram avanços.

Percebe-se, portanto, que, no momento atual da construção das formas de ver e pensar a história da África, as renovações e modificações nos enfoques dos estudos trouxeram modelos explicativos que tendem a fugir dos enquadramentos simplistas, generalizantes e somente ocidentais. Suas análises se iniciam pelo próprio universo africano, seja pelas perspectivas dos africanos, seja pelas novas percepções sobre suas histórias, realizadas por pesquisadores de vários países.

Tais mudanças auxiliam na busca de melhor elucidação das diferenças encontradas na África e na redefinição do papel desta na história mundial, tanto no passado quanto no presente. Nesse sentido, destacar as faces atuais dos estudos africanos e reconstruir parcialmente a trajetória das investigações realizadas sobre o continente negro pareceu ser um começo motivador. Que novas tarefas se concretizem.

## Notas

<sup>1</sup> Fazemos referência à Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história da África e dos afro-brasileiros nos colégios de ensino fundamental e médio.

<sup>2</sup> FANON, Frantz. *The wretched of the earth*, p. 212.

<sup>3</sup> APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*, p. 96.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p. 243.

<sup>5</sup> HERÓDOTO. *História*, p. 95 e 361.

<sup>6</sup> Idem, p. 182-6.

<sup>7</sup> Idem, p. 98 e 250.

<sup>8</sup> DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”, p. 53.

<sup>9</sup> DJAIT, H. “As fontes escritas anteriores ao século XV”, p. 119.

<sup>10</sup> KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*, p. 24.

<sup>11</sup> NORONHA, Isabel. “A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo”, p. 681-689.

<sup>12</sup> DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica*, p. 56.

<sup>13</sup> Idem, p. 58.

<sup>14</sup> ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, p. 108.

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, p. 225-230.

<sup>16</sup> Idem, p. 350.

<sup>17</sup> CADAMOSTO, Luis. *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 111-124.

<sup>18</sup> ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, p. 20.

<sup>19</sup> CADAMOSTO, Luis. *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 23.

<sup>20</sup> LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”, p. 22.

<sup>21</sup> DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica*, p. 58.

<sup>22</sup> Acerca da obra desses autores ver DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”, p. 54 e FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”, p.44.

<sup>23</sup> FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”, p.45.

<sup>24</sup> BURTON, Richard Francis. *The Lake Regions of Central Africa*, p. 489.

<sup>25</sup> Idem, *Ibidem*, p. 496.

<sup>26</sup> Desde da Antigüidade, os escritos de viajantes ou “historiadores”, como Heródoto e Plínio, o Velho, fazem referência à África. No medievo, a teoria camita e a fusão da cartografia de Cláudio Ptolomeu com o imaginário cristão relegam a África e os africanos às piores regiões da Terra. Com as grandes navegações e os contatos mais intensos com a África abaixo do Saara, os estranhamentos e olhares simplificantes e reducionistas continuam. No século XIX, a ação das potências imperialistas no continente e a difusão das teorias raciais reforçam os estigmas já existentes sobre a região.

<sup>27</sup> O conceito de tradicional aqui utilizado deve ser relativizado. Trabalhamos com a perspectiva de que as sociedades tradicionais se encontram abertas e, em grande parte das vezes, absorvem os impactos causados pelas mudanças sem maiores transtornos. Sobre a temática, ver a obra de APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*.

<sup>28</sup> HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*, 174.

<sup>29</sup> DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”, p.52.

<sup>30</sup> Estas idéias foram expostas numa série de cursos apresentados pelo professor intitulada “The Rise of Christian Europe”. Ver Fage, J. D. “A evolução da historiografia africana”, p. 43-59.

<sup>31</sup> MUDIMBE, V. *The invention of Africa*, p. 45.

<sup>32</sup> LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”, p. 23.

<sup>33</sup> FREUND, Bill. “Africanist History and the History of Africa”, p. 2.

- <sup>34</sup> CURTIN, P.D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”, p. 77.
- <sup>35</sup> FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”, p. 54-58.
- <sup>36</sup> Idem, *Ibidem*, p. 50-1.
- <sup>37</sup> DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”, p. 55.
- <sup>38</sup> CURTIN, P.D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”, p. 84.
- <sup>39</sup> FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”, p. 54.
- <sup>40</sup> APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*, p. 19-53.
- <sup>41</sup> LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”, p. 25-6.
- <sup>42</sup> A referência aos citados grupos de estudos sobre a África como “grupos” ou “vertentes”, não ocorre por um descaso nosso, mas é apenas uma forma de demonstrar a flexibilidade de classificação ou ordenamento de trabalhos utilizados em nossa pesquisa.
- <sup>43</sup> LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida – historiografia africana feita por africanos”, p. 24-6.
- <sup>44</sup> FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”, p. 59.
- <sup>45</sup> DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”, p. 56 e CURTIN, P.D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”, p. 89.
- <sup>46</sup> Durante os anos 60 nenhum outro recurso foi tão revelador como o uso da história oral. Mesmo sendo, ainda hoje, para alguns historiadores, um recurso metodológico discutível e falho, aqueles que se debruçaram sobre a África aprenderam a lhe dar grande valor e passaram a fazer uso, mais ou menos intenso, de suas possibilidades de gerar informações. Alguns pesquisadores se destacaram nessa atividade como Jan Vansina, H. Deschamps, Person, D. F. McCall e Joseph Miller. Em seus trabalhos recorreram em diversos momentos aos elementos retirados das tradições orais. A partir de suas pesquisas a discussão saiu da questão de saber se suas notícias eram válidas ou não e passou a ser a de que método adotar para realizar as investigações.
- <sup>47</sup> WESSELING, Henk. *História de Além-Mar*, p. 112.
- <sup>48</sup> KI-ZERBO, Joseph. “As tarefas da história na África”, p. 16.
- <sup>49</sup> FREUND, Bill. “Africanist History and the History of Africa”, p. 12-13.
- <sup>50</sup> MILLER, Joseph. “Tradição Oral e História: uma agenda para Angola”.
- <sup>51</sup> O mais conhecido é o Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos no Brasil (ALADAAB).
- <sup>52</sup> COSTA E SILVA, Alberto. “Os Estudos de história da África e sua importância para o Brasil”, p. 19.

<sup>53</sup> É o caso do desenvolvimento metodológico e teórico do uso da história oral, da ampliação das fontes históricas e das pesquisas interdisciplinares. Não afirmamos que todo esse instrumental foi ali originado, mas podemos concluir que, na África, teve um intenso uso e passou por importantes reelaborações.

## Referências

- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BIRMINGHAM, David. "History in Africa". In *Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 31-50.
- BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: ENDIPU/UEE, 1992.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- BLAJBERG, Jennifer Dunfwa. *A relevância dos estudos africanos para brasileiros*. In: IURI – Estudos Internacionais, Rio de Janeiro, I, 1984, ISSN 0102-2901, p. 27-53.
- BOAHEN, A. Adu. (org). *História Geral da África, vol. VII: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Ática; Unesco, 1991.
- BORGES, Edson. *Moçambique: cultura e racismo no país do índico*. Rio de Janeiro: Academia da Latinidade, 2001.
- BURTON, Richard Francis. *The Lake Regions of Central Africa*. New York: Dover, 1995.
- CADAMOSTO, Luis. *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.
- CASTRO, Yêda A. Pessoa de; CASTRO, Guilherme A. de Souza. *Culturas Africanas nas Américas: um esboço de pesquisa conjunta à localização dos empréstimos*. In Afro-Ásia, nº 13, 1980. p. 27-50.
- COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Um rio chamado atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Os Estudos de história da África e sua importância para o Brasil". In: *A Dimensão Atlântica da África. II reunião Internacional de História de África*. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/ CAPES, 1997.

CURTIN, P.D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In Joseph Ki-Zerbo(org.). *História Geral da África, vol. I*. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982.

DAVIDSON, Basil. *A Descoberta do Passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

DAVIDSON, Basil. *Angola*. Lisboa: Delfos, 1974.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro, Campus, 2004.

DIFUILA, Manuel Maria. “Historiografia da História de África”. In *Actas do Colóquio ‘Construção e Ensino da História de África’*. Lisboa, Linopazes, p. 51-56, 1995.

DIOP, Cheikh Anta. *L’Afrique Noire Pre-Coloniale*. Paris: Presence Africaine, 1987.

DJAÏT, H. “As fontes escritas anteriores ao século XV”. In Joseph Ki-Zerbo. *História Geral da África: metodologia e pré-história da África. vol. I*. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, pp. 105-128, 1982.

DÖPCKE, Wolfgang (org.). *Crises e reconstruções*. Brasília: LGE, 1998.

\_\_\_\_\_. “A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra.” In *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42 (1): 77-109, 1999.

FAGE, J. D. e OLIVER, Roland. *Breve história da África*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”. In Joseph Ki-Zerbo. *História Geral da África: metodologia e pré-história da África. vol. I*. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, p. 43-59, 1982.

FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. Harmondsworth, Penguin, 1983.

FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África*. Florianópolis: EdUFSC, 2002.

FREUND, Bill. “Africanist History and the History of Africa”. In Bill Freund, *The Making of Contemporary Africa: The development of african Society since 1800*. Bloomington, Indiana University Press, 1984.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro, UCAM, Editora 34, 2001.

HAMA, M. Boubou e KI-ZERBO, Joseph. “Tempo mítico e Tempo Histórico na África”. In *Correio da Unesco*, s.d., p. 12-16.

HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol. A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2002.

HERÓDOTO. *História*. Brasília: UnB, 1988.

HORTA, José da Silva. “Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações”. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África*. Lisboa, Linopazes, 1995.

- \_\_\_\_\_. *A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508)*. Lisboa: *Mare Liberum*, nº 2, 1991, p. 209-339, 1991.
- KI-ZERBO, Joseph. *história da África Negra*. Lisboa: Europa América, s.d.
- \_\_\_\_\_. “As tarefas da história na África”. In *história da África Negra*. Lisboa: Europa América, s.d., p. 9-43.
- \_\_\_\_\_. *História Geral da África: metodologia e pré-história da África. vol. IV*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.
- KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África*. Lisboa, Linopazes, 1995.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- M’ BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa, Vulgata, 2003.
- MARGARIDO, Alfredo. *La Vision de l’Autre*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1984.
- MBITI, John S. *Introduction to African Religion*. London, Heinemann, 1977.
- MILLER, Joseph. “Tradição Oral e História: uma agenda para Angola”. In: *Actas do II Seminário Internacional Sobre A História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Poder Político e Parentesco. Antigos estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico, 1995.
- MOKHTAR, G. (org.) *História Geral da África, vol. II: A África Antiga*. São Paulo: Ática; Unesco, 1983.
- MUDIMBE, V. *The invention of Africa*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1988.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- NIANE, D. T. (org.) *História Geral da África, vol. IV: África entre os séculos XII e XVI*. São Paulo: Ática; Unesco, 1988.
- NORONHA, Isabel. “A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, nov. 1999/fev. 2000, vol.6, nº.3, p.681-687, 2000.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

- PANTOJA, Selma. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília, Paralelo 15, 2001.
- PANTOJA, Selma; ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: história da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.
- PANTOJA, Selma; SARAIVA, Flavio. (Orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- PENNA, Pio. “Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990.” In: PANTOJA, Selma. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15, 2001, pp. 99-118.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África*. Brasília: UnB, 1996.
- \_\_\_\_\_. José Flávio Sombra. “Olhares Transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo”. In: *Humanidades*, n. 47, novembro de 1999.
- THORTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978 e 1981.
- VANSINA, J. “A tradição oral e sua metodologia”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África, vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.
- WESSELING, Henk. *História de Além-Mar*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.

### Resumo

Durante séculos a África e sua História foram cercadas de representações pejorativas que simplificavam a grande diversidade e complexidade das sociedades do continente negro. Porém, nos últimos 40 anos, um grupo cada vez maior de historiadores africanos e africanistas tem se esforçado na tarefa de diluir preconceitos e (re)escrever a História africana. Com muitos sucessos, apesar das dificuldades, esse esforço tem apresentado resultados de grande importância para a (re)significação da importância da África na História da humanidade. A partir desse quadro descrito, o presente artigo tem como esforço central traçar a trajetória da historiografia africana e africanista a partir do século XIX, apontando seus avanços e recuos até os dias de hoje.

Palavras-chave: História da África; Historiadores africanos; Africanistas; Representações.

## **Abstract**

For centuries, Africa and its History had been the object of prejudices and representations that oversimplified the great diversity and complexity of the societies of the so called *black continent*. However, in last the forty years an ever larger group of africanists and africanist historians has struggled to mitigate these prejudices and misperceptions by (re)writing the History of Africa. Through its many successes, and despite the difficulties, this effort has offered results of great relevance in terms of reasserting the importance of Africa in the history of mankind. Departing from this rationale, the present article intends to portray the trajectory of African and africanist historical studies from the 19<sup>th</sup> century to the present.

Keywords: History of Africa; African Historians; Africanists; Representations.

## **Resumen**

Por siglos, Africa y su historia han sido objeto de representaciones y perjuicios que simplificaban la gran diversidad y complejidad de las sociedades del llamado continente negro. Sin embargo, en los últimos cuarenta años, un grupo creciente de historiadores y africanistas han desarrollado un esfuerzo de disluyir y mitigar los perjuicios y rescribir la Historia Africana. Con muchos éxitos, y a pesar de las dificultades, dicho esfuerzo ha presentado relevantes resultados para el replanteo de la importancia de Africa en la Historia de la humanidad. A partir de esta perspectiva, el texto intenta demarcar la trayectoria de la historiografía Africana y africanista a partir del siglo XIX al presente, señalando dos avances y retardos.

Palabras clave: Historia de Africa; Historiadores africanos; Africanists; Representaciones.



**Roberta Giannubilo Stumpf**  
Mestre em história social pela USP.  
Professora de história da UPIS.

## ***A política metropolitana e a elite das Minas às vésperas do ensaio de sedição de 1788-9***

### **Introdução**

Desde 1763, quando pela primeira vez não foram pagas integralmente as 100 arrobas de ouro, a situação da Capitania das Minas Gerais era percebida como má pela maior parte de seus habitantes. A partir de então, as camadas da Capitania, iniciaram, por meio das representações das Câmaras da Capitania, um diálogo com o Trono acerca da situação em que se encontravam, certos de que a percepção que tinham da crise aurífera poderia auxiliar o governo metropolitano na busca de alternativas a ela. Mas esse diálogo não rendeu os frutos esperados, antes acirrou os descontentamentos dos habitantes. Isso porque, não obstante suas esperanças, suas opiniões não encontraram respaldo, já que as autoridades reinóis resistiram em alterar as estratégias políticas então vigentes.

No entanto, apesar de os homens das Minas terem motivos de sobra para estarem descontentes, até 1788 descartaram a revolução enquanto alternativa, mantendo seu discurso dentro das normas da mais estrita legalidade<sup>1</sup>, com o que reafirmavam sua condição de leais súditos do monarca português. Prova disso é o número insignificante de manifestações sediciosas registradas nas Minas na segunda metade do século XVIII, as quais sequer chegaram a ganhar repercussão. Mas o ensaio de sedição de 1788-9 veio alterar essa situação, pois se observa uma mudança qualitativa no que concerne às atitudes, às expectativas e aos desejos dos integrantes da elite local. A partir de então se propuseram a recusar os termos propostos pelas autoridades para a preservação da harmonia entre vassalos e soberano, o que envolvia a recusa da adesão ao Estado e à nação portuguesas. Assim, cabe perguntar: por que só a partir de 1788 o rompimento com o Estado português passou a seduzir parcela da elite local?

### **A Instrução de Martinho de Melo e Castro chega às Minas**

Grande parte dos estudiosos que se propuseram a entender as razões que explicam por que, depois de um diálogo surdo com as autoridades metropolitanas, a elite das Minas entendeu que a fidelidade ao Trono não podia mais refletir seus sentimentos políticos enfatizara, de alguma forma, o impacto da chegada da *Instru-*

ção de Martinho de Melo e Castro à capitania. De fato, nessas instruções ao governador Barbacena<sup>2</sup>, o ministro do ultramar orientava-o a aplicar a derrama, e tal orientação não poderia agradar à elite local, que se sentia ameaçada diante da possibilidade de ter de pagar a dívida da Capitania, que incidiria sobre cada indivíduo conforme o cabedal acumulado. No entanto, a derrama dificilmente era o principal motivo de descontentamento, até porque essa não seria a primeira vez que os habitantes viam-se diante de uma ameaça explícita de aplicá-la<sup>3</sup>. Ao que parece, ela ganhou relevância no discurso dos sediciosos porque serviria como pretexto para angariar aliados. De qualquer maneira, é impossível atribuir uma natureza fiscalista à conspiração de 1788-9 - os descontentamentos acirraram-se frente às mudanças de outra ordem, também expressas nas recomendações de Melo e Castro.

A *Instrução* que orientava Barbacena caiu feito uma bomba nas Minas, não somente pelas medidas fiscais que deviam ser impostas, mas sobretudo pela intenção do ministro de reformular a estrutura administrativa local. Se acaso Barbacena se orientasse por elas, como parecia disposto, os homens da elite seriam prejudicados. O tom das críticas não era leve. Acusava a todos - eclesiásticos, juízes, intendentos, deputados da Junta da Fazenda, militares - de serem coniventes com os desmandos dos poderosos, que, sempre protegidos por representantes da Coroa, conseguiam se inserir nos postos de comando e beneficiarem-se mediante o uso da autoridade da qual passavam a ser revestidos.

Para muitos, o conteúdo dessas páginas concernentes ao estado da administração pública nas Minas não era propriamente uma novidade. Muitas autoridades locais já haviam se debruçado sobre o assunto. Contra essa situação é que, em 1780, Teixeira Coelho propunha uma espécie de saneamento administrativo da Capitania, o que poderia ser feito se as leis metropolitanas fossem observadas<sup>4</sup>. O que surpreende é o fato de que também os moradores queixavam-se dessa situação abusiva<sup>5</sup>, assim como os camaristas que dedicaram espaço nas representações para tratar desse assunto<sup>6</sup>.

Assim, durante o período, não foram poucas as queixas de autoridades reinóis, camaristas e moradores contra o inchaço da folha civil e militar, contra os altos ordenados que desfalcavam ainda mais as receitas e, principalmente, contra as arbitrariedades de homens que conseguiam se inserir no aparelho burocrático, não porque fossem úteis à Coroa, mas porque à sombra dela poderiam lançar mão de instrumentos do Estado para a satisfação de seus interesses particulares. Dessa forma, parecia a todos que uma reforma na administração era necessária para cessar os abusos das autoridades que vexavam os povos e prejudicavam a arrecadação dos renditos reais. A pergunta pertinente diz respeito ao porquê de gente da elite ver-se ameaçada com o fato de Melo e Castro querer instituí-la.

O primeiro ponto a ser ressaltado é que as queixas expressas pelos camaristas contra a corrupção não os isentava, assim como aos seus clientes, seus protegidos, de participar dela. Na verdade, suas reclamações inseriam-se na luta travada com as autoridades reinóis em disputas envolvendo cargos e jurisdições. Assim, os envolvidos denunciavam-se mutuamente, para que Lisboa tomasse partido nesse embate de interesses particulares. Nesse sentido, a reforma proposta pelo ministro ameaçava aqueles que temiam que seus privilégios, conquistados mediante a ocupação de um cargo local, pudessem ser atingidos, e tal preocupação não era destituída de sentido.

### **A nova política metropolitana para a sua colônia no Ultramar**

De fato desde que tomou posse do cargo de ministro do Ultramar em 1777, a Melo e Castro desagradava a autonomia conquistada pela elite local, e, se nem sempre lhe pareceu viável afastá-la dos cargos de mando, “adotou medidas para diminuir seu poder, tirando-lhes algum privilégio”<sup>7</sup>. Tratava-se de uma política que visivelmente contrariava a de seu antecessor, o marquês de Pombal, que distribuiu cargos, privilégios e mercês em troca de apoio ao projeto colonial<sup>8</sup>. Pombal acreditava que a eficácia da administração na América, ameaçada com o declínio da extração de metais e a redução das rendas régias em vários setores da economia colonial, dependia da cooptação dos principais da terra, o que envolvia o acesso daqueles aos postos burocráticos.

Com o acesso da elite local aos cargos públicos, Pombal pretendia, em última instância, reduzir as diferenças entre os súditos nascidos no Reino e os nascidos na Colônia, na medida em que afrontava o prejuízo mediante o qual esses eram tradicionalmente vistos como incapazes de ocupar postos administrativos<sup>9</sup>. A política pombalina reconhecia, assim, a potencialidade dos homens das Minas em contribuir com o projeto político do Trono. Essa atitude estava inserida em uma política mais abrangente do governo pombalino, na qual o próprio conceito de súdito era ampliado a partir da matização dos critérios que tradicionalmente distinguiam os vassalos portugueses entre si, conforme suas crenças, raças ou condições atribuídas pelo nascimento. Ao permitir o casamento entre índios e brancos na Colônia, ao propor o fim da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos, assim como ao abolir o requisito de limpeza de sangue na admissão aos quadros das irmandades metropolitanas e ultramarinas, Pombal tratou de incorporar à sociedade civil grupos que viviam à sua margem, permitindo que esses se sentissem pertencentes à nação, da forma como essa era entendida pelos padrões do Antigo Regime.

Pombal, além de mostrar forte inclinação às teorias ilustradas, tinha motivações pessoais para favorecer os vassallos, que tradicionalmente viam-se preteridos no acesso aos cargos políticos por não pertencerem à nobreza de sangue. Sua própria trajetória explica a luta que empreendeu para alterar os valores hierárquicos que escalonavam os súditos portugueses, pois, por nascimento, não teria direito ao cargo de ministro que veio a ocupar, muito menos de ter se tornado conde, em 1759, e marquês sete anos depois, quando tinha 71 anos de idade. No seu caso, os serviços prestados a D. José foram suficientes para nobilitá-lo, não obstante a condição de seus ancestrais.

Martinho de Melo e Castro, embora não tivesse retrocedido em muitas das medidas tomadas por seu antecessor, lutou para restabelecer os códigos hierárquicos, até porque o projeto pombalino, que pretendia tornar a elite local uma aliada, não dera resultados, antes possibilitando que ela conquistasse espaço para colocar seus interesses acima dos régios. Assim, esses homens, que “antes da queda de Pombal, [que] direta ou indiretamente exercera[m] o governo da Capitania”<sup>10</sup>, a partir de 1777 viram suas chances de ascensão serem seriamente bloqueadas. Com a chegada da *Instrução* de Melo e Castro, em 1788, estava clara a intenção do Ministro de controlar uma situação que se arrastava, convencido de que nas Minas os interesses particulares contrapunham-se aos da Coroa. As conseqüências dessa resolução não foram poucas, pois o Ministro tocou em um ponto nodal e mexeu com os sentimentos políticos dos súditos.

### **Privilégios ameaçados**

À elite local, o distanciamento dos postos administrativos e a impossibilidade de operacionalizar a representatividade política conquistada nos decênios anteriores<sup>11</sup> eram algo com que se preocupar. Se afastada das esferas de decisões, não encontraria meios de participar dos debates em torno do futuro de sua pátria. Mas, mantidos à distância dos centros de decisão, esses homens viam-se também prejudicados financeiramente, pois a posse de cargos significava a possibilidade de participar de esquemas bem remunerados. Além disso, o afastamento do universo político parece ter sido especialmente ameaçador pela perda de espaço que representava no universo das representações simbólicas que os notabilizava em relação ao restante da população<sup>12</sup>. Conforme Júnia Furtado, “o acesso aos cargos administrativos era forma segura de rendimento financeiro, mas, muito mais do que isso, era maneira de participar do poder, de partilhar da honra inerente a tais funções, de fazer parte da pequena elite colonial”<sup>13</sup>.

Naquele corpo social, aqueles que servissem à monarquia, em qualquer nível que fosse, ocupavam um lugar de prestígio almejado por todos, mas que estava reservado a alguns poucos pelas qualidades distintivas que portavam. Eram os dignos de serem tratados com deferência por terem sido incluídos em um grupo seleta: o dos representantes da Coroa. Assim, quem os desrespeitasse estaria questionando toda a estrutura de poder, pois, embora ocupassem um posto de escalão subalterno, simbolizavam a autoridade do Rei, o topo dessa cadeia.

A dignidade do cargo que cada qual ocupava devia ser lembrada cotidianamente por meio de um aparato simbólico que reafirmasse perante todos a distinção social que lhes havia sido atribuída. Em 1752, o governador interino José Antonio Freire de Andrada recebera um aviso que determinava que “a Câmara de Vila Rica continue o costume até agora seguido de, nas suas funções ou das igrejas, saírem os seus oficiais de casa da Câmara com suas varas, de capa e volta e com o estandarte arvorado, e voltando da mesma maneira”<sup>14</sup>. Tratava-se de um ritual cênico que muito agradava àqueles que podiam exteriorizar suas posições privilegiadas, não sendo de estranhar, portanto, que, mesmo em um período de decadência aurífera, os camaristas não se queixassem dos custos das festas cívicas ou religiosas, que recaíam sobre a população. Algumas vezes os vereadores chegaram mesmo a mostrar certa preocupação em ter de pagar por tanto luxo quando as finanças dos Senados iam de mal a pior, mas nunca cogitaram propor a supressão, do calendário local, desses dias festivos, palco privilegiado para ostentarem suas posições e méritos.

Assim, naqueles dias de grande pompa a sociedade se auto-representava, já que o papel atribuído a cada indivíduo nessa encenação nada tinha de aleatório, antes correspondendo à importância que cada qual tinha naquele corpo social. Muito pouco espaço era destinado às manifestações espontâneas, tudo era meticolosamente pensado com antecedência: o figurino, a decoração e até as palavras e gestos. Estar encarregado de sua execução era uma forma de alcançar notoriedade<sup>15</sup>, daí que os organizadores se empenhavam nessa tarefa, baseando-se sobretudo nas conhecidas relações, relatos de festas ocorridas em outras partes do Império, nas quais encontravam descrições minuciosas que se empenhavam em seguir. Cada festa era a repetição de tantas outras, celebrando e consagrando os valores portugueses, que, ao serem reproduzidos em todas as partes do Império, nelas encontrava a expressão de sua unidade.

As festividades nas Minas não fugiam à regra: também ali eram observados os padrões “*de costume em semelhantes ocasiões*”<sup>16</sup>, os quais, já dissemos, permitiam aos homens de destaque ostentar perante todos a honra de pertencer a um grupo seleta. Dessa forma, a elite local acolhia de bom grado os padrões ritualísti-

cos portugueses, que, se de um lado, consagravam a figura do soberano, serviam também aos seus interesses. Nunca é demais lembrar que o acolhimento dessa tradição expressava a adesão à identidade portuguesa nas Minas Gerais, o que era de grande valia em uma época em que as autoridades metropolitanas viam nos súditos da Capitania gente merecedora de pouca confiança.

Não é de estranhar, então, que o desrespeito às regras norteadoras dessas representações fosse duramente criticado pelos que temiam ser a violação dos costumes, ainda que ocorresse em um espaço restrito, ameaçadora da “ordem aparente que legitimava seu poder e privilégio”<sup>17</sup>. Nas Minas, provavelmente devido à relativa indistinção social que lhe era característica no âmbito dos homens livres, o respeito a esses códigos de comportamento era ainda mais valorizado. Conforme Furtado, “na sociedade mineradora, apesar de sua aparente possibilidade de mobilização social, as relações hierárquicas que se teciam entre os indivíduos desde o Reino eram essenciais para o reconhecimento do lugar social que cada um ocupava. Mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazido pelo ouro, tratava-se, na realidade, de uma sociedade assentada na tradição”<sup>18</sup>.

Assim, dada essa dupla finalidade, a de conferir visibilidade ao espaço que cada um ocupava no corpo social e a de reafirmar a obediência política, as festas eram vistas como importantes manifestações que não eram passíveis de questionamento nem mesmo em um período no qual seu luxo se contrapunha à miséria cotidiana. De fato, segundo relatos da época, nos dias de festas os moradores se vestiam com tecidos luxuosos e decoravam suas casas de tal forma que um estrangeiro que por ali passasse poderia acreditar que nas Minas ainda se vivia um tempo de abundância e riqueza proporcionada pelo ouro. Para aqueles que sustentavam que a observação da realidade da Capitania era a evidência mais concreta da sua decadência, esses dias não poderiam servir para um exato conhecimento da crise pela qual essa passava.

No entanto, os camaristas, por exemplo, sabiam que um observador atento não iria se iludir com as falsas aparências; pelo contrário, se ele empreendesse um exame apurado, poderia inclusive notar que a ostentação era uma tradição que os habitantes das Minas empenhavam-se em perpetuar, não obstante a decadência em que se encontravam. Em contrapartida, seus escritos mostravam o temor de que esse “luxo descomedido” prejudicasse a aceitação de suas propostas expressas nas representações, afinal estavam certos de que nem todos os homens eram capazes de ter uma visão tão clara das coisas, a ponto de perceber que os desejos não se ajustavam à realidade. Nesse sentido, queixavam-se, caso dos de Mariana em 1789, dos “vassalos de Sua Majestade [que] neste país (...) olham tão-somente para uma falsa reputação, (...) pertencendo, à imitação dos cômicos, e figuras teatrais,

fingir com palhetas douradas ouro maciço, e com vidros lapidados *preciosa* pedraria. Tal devemos pensar de uma gente, que se contenta com o simples nome das coisas, com tanto que cavilosa e sinistramente possa obter os seus efeitos reais”<sup>19</sup>. Teixeira Coelho, nove anos antes, notava que nas Minas “a grandeza do fausto é o único caráter da nobreza e da fidalguia”<sup>20</sup>.

De qualquer forma, esta “afetada e vã nobreza”<sup>21</sup>, que encontrava nos dias festivos uma rara oportunidade para se manifestar, reforça a possibilidade de compreensão de quanto a *Instrução* de Melo e Castro foi recebida com desagrado. Afinal, ao impor sérios entraves ao acesso aos cargos, trazia a perspectiva da privação dos símbolos poder e prestígio, coisas de maior valia do que a remuneração recebida em troca dos serviços prestados à Coroa portuguesa<sup>22</sup>. Aos homens que viam com verdadeiro horror a perspectiva da indistinção em meio à massa dos homens comuns, as medidas propostas pelo Ministro não poderiam de fato agradar. No entanto, convém frisar, a *Instrução* representara um duro golpe não somente àqueles que já ocupavam algum posto de comando, mas também aos que alimentavam pretensões de um dia chegar a uma posição que lhes conferisse prestígio.

Na Capitania, como parece ter sido comum em todo o Império, os critérios hierárquicos tradicionais iam sendo relativizados à medida que se observava uma mudança significativa no que se refere à economia e à mentalidade portuguesas ocorridas após a segunda metade do século XVIII. Os comerciantes, por exemplo, na sua maioria de ascendência cristã-nova, viram suas chances de ingressar na carreira administrativa ampliadas, graças tanto à importância que foram conquistando na economia do Império como um todo, quanto pela nova visão de mundo, posta em prática por Pombal, que quebrou as tradicionais barreiras impostas aos homens de “sangue impuro”<sup>23</sup>. Também a racionalização burocrática, ao visar, entre outras coisas, ao aumento das rendas da Fazenda Real, deu grande impulso à venda de cargos nas Minas, que podiam ser comprados por homens que acumularam grande cabedal, mas que não tinham necessariamente as qualidades necessárias para exercê-los. Era, portanto, a riqueza que tornava acessível o sonho de pertencer à elite local daqueles que outrora se viam desqualificados para tanto por seu nascimento.

Nas Minas, também aqueles que se aplicavam em bem servir à Coroa portuguesa podiam ver seus méritos recompensados com a concessão de um título de fidalguia. Isso foi comum entre os soldados que se destacavam nas campanhas militares no sul da América<sup>24</sup>, e, segundo o capítulo 9 da lei de 1750, também “as pessoas que metessem em alguma daquelas casas [de fundição] a porção de oito arrobas de ouro no espaço de um só ano, pudessem requerer perante Vossa Majestade mercês de seu merecimento”<sup>25</sup>.

No entanto, se durante o governo pombalino os homens das Minas encontravam chances cada vez maiores de se destacarem socialmente, a crise aurífera veio dificultar seus projetos de distinção. No que diz respeito aos títulos concedidos àqueles que fizeram entrar nas casas de fundição uma quantidade de ouro superior à estipulada pelo Regimento de 1750, é pouco provável que muitos tivessem tido a mesma sorte de Joaquim José da Rocha, que, em 1786, requisitou o Hábito de Cristo por ter entregue em um ano mais de oito arrobas de ouro. De qualquer forma, a *Instrução* de Melo e Castro veio agravar esse contexto por si só desfavorável às pretensões de nobilitação de muitos homens nas Minas, o que confere às suas recomendações um caráter ainda mais arrebatador.

## Conclusão

Pombal poderia ter-se iludido, ao acreditar que a concessão de cargos à elite seria uma forma de conquistar a fidelidade da elite local, mas Melo e Castro não estava menos equivocado ao crer que medidas opostas àquelas teriam maior eficácia na satisfação dos interesses régios nas Minas. Nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, não são poucos às vezes em que os acusados deixam entrever seus desgostos em relação à política de Melo e Castro. E, na maior parte das vezes, os descontentamentos quanto à *Instrução* ao governador Barbacena devem-se sobretudo ao favorecimento dos vassallos metropolitanos no acesso aos cargos locais em detrimento da elite das Minas, e não às medidas fiscalistas ali expressas.

É isso que se desprende, por exemplo, das palavras do tenente Melo, que teria dito a José Vasconcelos Parada e Sousa que Tiradentes estava preso porque “sua língua o teria perdido”, como na ocasião que o alferes chegou a lhe dizer que “os quintos não deviam sair [das Minas], e que os ofícios se deviam dar aos filhos destas Minas, para dotes de suas filhas e para sustentação de suas famílias”<sup>26</sup>. Em outro momento dessa mesma conversa, segundo Vasconcelos, o alferes teria afirmado também que como os “americanos ingleses” os das Minas teriam ouro para subsistir na sua liberdade e “até os mesmos ofícios que havia nesta Capitania, que de justiça se deviam dar aos nacionais e não aos europeus”<sup>27</sup>. Alvarenga Peixoto, da mesma forma, teria ouvido Tiradentes se lamentar dos “excelentíssimos Generais [que] de três em três anos traziam uma quadrilha, a que chamavam criados, que depois de comerem a honra, a fazenda, e os ofícios, que deviam ser dos habitantes, se iam rindo deles para Portugal”<sup>28</sup>.

Embora a diversidade dos interesses individuais entre os sediciosos tornar difícil que os tomem por um grupo coeso, se há um ponto em comum entre



eles é que todos parecem sustentar a mesma oposição à intenção do Ministro de restringir ao máximo os critérios que podiam conferir aos habitantes títulos e mercês, critérios que haviam se tornado tão elásticos no período anterior. Como reação à intenção do Ministro de desqualificá-los, esses reafirmavam suas qualidades, afirmando, por exemplo, que como “mazombos também valiam e sabiam governar”<sup>29</sup>.

O que parece digno de nota é o fato de que até 1788, como nos mostram as representações das Câmaras, os homens da elite local não pouparam palavras para reafirmarem-se enquanto súditos do monarca português, mas, quando viram suas vaidades e interesses serem feridos pela política metropolitana, a busca de alternativas políticas que passavam ao largo da tradicional adesão à casa de Bragança tornou-se pela primeira vez sedutora. Quando alguns dos principais da terra perceberam que a adesão ao Estado português significava perda de privilégios, cargos e cabedal, passaram a pensar novas estratégias que correspondessem às suas expectativas e que necessariamente acarretariam um remanejamento das antigas referências políticas. Nesse sentido, a fragilização dos laços de identificação com a Coroa portuguesa, visível nos Autos de Devassa, pode ser analisada certamente como uma resposta às novas diretrizes do ministro, que estavam também elas profundamente marcadas pela polaridade reinóis-colonos. Aliás, é essa polaridade que permeia o discurso dos envolvidos no movimento, assim como está presente no discurso da acusação, conforme se percebe na carta régia de 1790, a qual se refere aos acusados como homens que foram julgados pelo “horrível atentado contra a minha soberania, e suprema autoridade com que uns malévolos, indignos do nome português, habitantes da Capitania de Minas Gerais, possuídos do espírito de infidelidade, conspiraram perfidamente para se subtraírem da sujeição devida ao meu alto e supremo poder que Deus me tem confiado”<sup>30</sup>.

Assim, se a Instrução de Melo e Castro é essencial à compreensão do ensaio de sedição por ter contribuído ao remanejamento dos sentimentos políticos de súditos das Minas, é de grande valia ao entendimento desse movimento sedicioso estudá-lo sob um novo enfoque: o das identidades políticas coletivas presentes nos Autos de Devassa. Isso porque, embora possamos notar que os sediciosos não partilhavam um único projeto, é muito claro como todos dividiam o mesmo sentimento de recusa à identidade portuguesa, embora isso não acarretasse certezas quanto à abrangência da nova comunidade política a que naquele momento os acusados passariam a se sentir pertencentes, como é possível perceber pela variedade de vocábulos referentes aos sentimentos políticos expressos nesse *corpus* documental.

## Notas

<sup>1</sup> Segundo Figueredo, as representações “eram formas não apenas lícitas de os súditos que se julgavam desfavorecidos apelarem sem intermediários junto ao rei, mas, acima de tudo, um direito”. FIGUEIREDO, L. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais 1640-1761*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1996, p. 237.

<sup>2</sup> No já tão referido livro de Kenneth Maxwell, o autor dá o devido destaque a esta *Instrução*, que pode ser entendida como o móvel propulsor do ensaio de sedição de 1788-89. MAXWELL, K. *A devassa da devassa – a inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.207.

<sup>3</sup> Foi lançada nos anos de 1763-64 e 1771-72, apesar de o alvará régio de 1750 prever o lançamento anual. FURTADO, J.P. *Inconfidência mineira: crítica historiográfica e diálogo com a historiografia*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2000, p.262 (mimeo).

<sup>4</sup> COELHO, J. J.T. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.94-99.

<sup>5</sup> Os povos da Comarca do Serro Frio, por exemplo, em 1781, reclamavam do ouvidor da mesma comarca “e de pessoas de que se acompanha para exaurir o sangue dos povos a título de justiça sem temor a Deus, e às leis de Sua Majestade”. A Justiça na Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 3, p.10, 1889.

<sup>6</sup> São inúmeras as queixas dos camaristas acerca da situação acima relatada. Em 1765, os de Vila Nova da Rainha queixavam-se à Rainha que os povos das Minas eram “oprimidos com vexações e extorsões, que lhes fazem os servidores de Vossa Majestade; e da República, em que a justiça se tem convertido em injustiça”. AHU cx.86 doc.31 f.1.

<sup>7</sup> VALADARES, V.; REIS, L. Op. Cit, p.148.

<sup>8</sup> “A instrumentalização da política de privilégios constituiu um importante aliado na política ultramarina para estimular e ao mesmo tempo domesticar a fidelidade dos súditos”. FIGUEIREDO, L. Op.cit, p.425.

<sup>9</sup> Segundo Russell-Wood, durante todo o período colonial pode-se perceber nas correspondências oficiais “a presença de uma ênfase, como que um texto subjacente, no tema da degeneração associada tanto à terra quanto aos ‘filhos da terra’”, o que certamente explica a “relutância da Coroa em aprovar a indicação de pessoas nascida no Brasil para a ocupação de altos cargos públicos”. RUSSELL-WOOD, A.J.R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 38, n. 36, p. 187-249, 1998.

<sup>10</sup> MAXWELL, K. Op.cit, p.133. Também Júnia Furtado atribui à questão da perda de espaço no cenário político a razão para ter eclodido a conspiração de 1788-9. Segundo a autora, “afastada de seus antigos cargos, parte da classe dominante mineira passou a articular um levante, no final do governo de Cunha Menezes”. FURTADO, J.O *livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo, ANNABLU-ME, 1996, p.165.

<sup>11</sup> É claro que nem todos os protagonistas do ensaio de sedição ocupavam um cargo de destaque, mas estavam todos representados pelos camaristas, que, embora, falassem em nome de todos, de um bem comum, estavam mesmo preocupados com a situação da elite proprietária de lavras e de terras.

<sup>12</sup>“Uma das poucas honrarias dispensadas aos integrantes das Câmaras era o direito de ocupar lugar especial durante as cerimônias e festividades tornando público seu lugar social”. FURTADO, J. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio setecentista*. São Paulo, Hucitec, 1999, p.220.

<sup>13</sup> idem, p.54.

<sup>14</sup> VEIGA, X. da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro. v. 1-2, p.349.

<sup>15</sup> Em 1775, Antonio de (?) agradecia aos oficiais da Câmara de Vila Rica por “quererem a minha assistência na festividade do Corpo de Deus”, “obséquio” que o autor mostrava disposto a honrar. CMOP cx.49 doc.25 f.1.

<sup>16</sup> SG cx.09 doc.27.

<sup>17</sup> SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1994, p.142.

<sup>18</sup> FURTADO, J. *Homens...* Op.cit, p.51. Marco Silveira também aborda a questão. Segundo ele, apesar da instabilidade social das Minas, a elite tinha um intenso desejo de distinção. SILVEIRA, M. A. Op.cit, p.137.

<sup>19</sup> Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 5, p.147, 1901. Segundo Sylvio de Vasconcellos, era comum nas Minas os homens esforçarem-se “por aparentar riquezas acima de suas posses, derramando-se em vãs ostentações, prejudiciais, na maioria das vezes, ao verdadeiro conforto necessário à família. E quando não pode então a vaidade objetivar-se individualmente, serve-se das iniciativas de cunho coletivo (festas e obras religiosas), cujo êxito serve ao orgulho de seus realizadores”. VASCONCELLOS, S. de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo, Perspectiva, 1977, p.41.

<sup>20</sup> COELHO, J. J. T. Op.cit, p.155.

<sup>21</sup> Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro. Op.cit, p.146.

<sup>22</sup> Os oficiais da Vila de São José, em 1791, consideravam que havia “sujeitos que só pela honra dos ditos cargos [Sargento-mor da Comarca] se interessam a servi-los gratuitamente”. AHU cx.136 doc.81 f.7.

<sup>23</sup>Desde a primeira metade do século, pode-se observar um processo que favorecia o ingresso dos comerciantes nos meios administrativos. No entanto, é possível perceber que muitas vezes a ancestralidade judaica, que grande parte dos comerciantes carregava, deixou de ser um empecilho ao acesso aos postos administrativos, continuava a pesar na escolha dos candidatos a tais postos. Em 1786, o ouvidor a quem foi servido convocar “os povo desta Vila [do Príncipe] e sua circunferência, que podem entrar na governança, para proceder na eleição” procurou “observar

a lei e a seguir o costume das terras mais bem regidas, chamando a elas os mineiros, roceiros, e lavradores com preferência a escrivães, requerentes, mercantes e vedirzoens [sic], que se têm aqui introduzido sem necessidade”. SG cx.16 doc.34.

<sup>24</sup> AHU cx.124 doc.52. Os soldados que se destacavam nos conflitos no sul da América portuguesa podiam ser recompensados com promoções, com o Hábito de Cristo ou ainda mediante retribuição em dinheiro. AHU cx.110 doc.37 f.1.

<sup>25</sup> AHU cx.87 doc.77 f.1.

<sup>26</sup> *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*. Brasília/Belo Horizonte, Câmara dos deputados/Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, v. 1, p.173.

<sup>27</sup> idem, v. 4, p.104.

<sup>28</sup> idem, v. 5, p.117. Basílio de Brito Malheiro também ouvira dizer que Tiradentes reclamava que a “cada três anos vinha um governador, e Capitão General e todos iam cheios de dinheiros; que traziam uma máquina de criados”. idem, V. 4, p.90.

<sup>29</sup> Idem, v. 1, p.144. Evaldo Cabral de Mello Neto, em sua obra, *A fronda dos mazombos*, considera que “o africanismo ‘mazombo’ designava-se o filho de português nascido na Brasil, sendo assim o equivalente da voz crioulo na América hispânica, cujo correspondente lusitano, ‘crioulo, era reservado aos negros nascidos entre nós...’ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos – nobres contra mascates*: Pernambuco 1666-1715. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.137.

<sup>30</sup> *ADIM*, v. 7, p.116

## Referências

### 1. Fontes primárias

#### 1.1 Manuscritas

A.P.M.- A. H. U. - Arquivo Público Mineiro- Arquivo Histórico Ultramarino:

Cx.81 doc.9 (Vila Rica 15 de março de 1763)

Cx.84 doc.69 (1764)

Cx.86 doc.31 (Vila Nova da Rainha, 7 de julho de 1765)

Cx.87 doc.77 (1766)

Cx.99 doc.12 (Vila Rica 13 de novembro de 1770)

Cx.110 doc.37 (Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1776)

Cx.124 doc.52 (28 de junho anterior a 1786)

Cx.136 doc.81 (Vila de São José, 31 de dezembro de 1791)

APM- SG Arquivo Público Mineiro- Secretaria de Governo:

Cx.09 doc.4 (8 de fevereiro de 1777)

Cx.09 doc.27 (15 de dezembro de 1778)

Cx.15 doc.12 (11 de fevereiro de 1785)

Cx.16 doc.34 (19 de setembro de 1786)

APM- CMOP Arquivo Público Mineiro- Câmara Municipal de Ouro Preto:

Cx.49 doc.25 (10 de junho de 1775)

Cx.50 doc.35 (1776)

Cx.60 doc.19 (22 de março de 1786).

## 1.2 Impressos

*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*. Brasília/Belo Horizonte, Câmara dos deputados/Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, 10 Volumes.

Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro. *RAPM*, ano 5, jan./mar. de 1901, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, pp.143-151.

COELHO, J. J.T. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

A Justiça na Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 3, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1899, p.10.

Violências de um governador. *RAPM*, ano 6, fascículo1º, jan./mar. de 1901, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, p. 185-188.

## 2. Artigos

DUTRA, E. R. de F. Inconfidência mineira-memória e contra-memória. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 12, p. 66-79, dez. 1993.

MAXWELL, K. Conjuração mineira: novos aspectos. *Revista do IEA*, v. 3, n. 6, p. 3-24, maio/ago. 1989.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 36, p. 187-249, 1998.

## 3. Livros

BOSCHI, C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

FALCON, F.J.C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982 (Ensaio, 83).

FURTADO, J. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo, ANNABLUME, 1996.

\_\_\_\_\_. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio setecentista*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GUERZONI FILHO, G. *Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)*. Ouro Preto: Universidade de Ouro Preto, 1986.

JANCSÓ, I. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.

\_\_\_\_\_; KANTOR, I. *Seminário festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo, Hucitec/ EDUSP/ FAPESP, 2001.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa – a inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos – nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1715*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, L.de M. e *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TEIXEIRA, I. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

VALADARES, V.; REIS, L. *Minas Colonial em documentos: economia, governo e poder*. Belo Horizonte: Expressão, 1999.

VASCONCELLOS, S. de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

#### 4. Teses/dissertações

FIGUEREDO, L. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais 1640-1761*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1996.

FURTADO, J.P. *Inconfidência mineira: crítica historiográfica e diálogo com a historiografia*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2000, (mimeo).

SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1994,

#### 5. Obra de Referência

VEIGA, X. da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1998.

## Resumo

Esse artigo objetiva analisar de que forma a *Instrução* do Ministro de Ultramar, Martinho de Melo e Castro repercutiu nas Minas, em 1788, e em que medida contribuiu para a emergência do ensaio de sedição ocorrido na Capitania. A relevância desse documento à análise da conjuração nas Minas Gerais já foi notada anteriormente, por importantes historiadores referidos no presente artigo. No entanto, pretende-se aqui reforçar não apenas a análise de que tal *Instrução* acirrou os descontentamentos da elite local em relação à política metropolitana, como também mostrar que essa repercutiu nos sentimentos políticos dos súbitos da Capitania. Dessa forma, pretende-se introduzir uma nova abordagem na medida em que se delimita a importância do estudo do ensaio de sedição sob o viés das identidades políticas coletivas.

Palavras-chave: Ensaio de sedição em Minas Gerais; Política metropolitana; Interesses locais.

## Abstract

The text aims at analysing the repercussion of the *Instruction* delivered by the Minister Martinho de Melo e Castro in Minas Gerais, in 1788 and its contribution to the insurrection intent carried out in that state (*capitania*). The relevance of that document to the analysis of that insurrection has already been noted by many distinguished historians referred to in the present article. However, the present analysis intends to highlight not only the fact that the *Instruction* nourished unsatisfactions in the local elites regarding the policies pursued by the metropolitan authorities, but its impact in the political feelings of those living in the colony. By doing so, the text attempts to introduce a new approach as it stresses the importance of the study of the insurrection in Minas Gerais under the *bias* of collective political identities.

Key words: Insurrection attempt in Minas Gerais; Metropolitan Politics; Local interests.

## Resumen

El texto analiza la repercusión e impacto de la Instrucción del Ministro de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, dictada en 1788 para la emergencia del intento de

sedición ocurrido en la Capitania. La relevancia de este documento para el análisis del movimiento separatista en Minas Gerais ya ha sido destacada por importantes historiadores referidos en el presente ensayo. Sin embargo, intentase en la presente análisis, destacar no solamente que dicha Instrucción estimuló descontentamientos de las elites locales respecto a las políticas de la Metropole colonial, como también tuvo impacto en los sentimientos políticos de los suditos en la Capitania. De este modo, esperase introducir un nuevo abordaje en la medida en que pone énfasis en la importancia del intento de sedición bajo el viés de las identidades políticas colectivas.

Palabras clave: Intento de sedición en Minas Gerais; Política Metropolitana; Intereses locales.



A psicologia utiliza diversas modalidades de abordagens teórico-metodológicas na produção do conhecimento científico. Ao adotar a perspectiva epistemológica de construção do conhecimento, a ciência psicológica reconhece que a realidade é constantemente interpretada pelo pesquisador, por suas observações ou teorizações. A interpretação é inerente a qualquer atividade humana e também à ciência. Nesse sentido, o observador jamais é neutro, e a objetividade almejada pelas pesquisas de inspiração positivista é questionável.

Tradicionalmente, a psicologia do desenvolvimento caracterizou o desenvolvimento infantil como universal e independente do contexto sociocultural, baseando-se em parâmetros ditos como “científicos”. Ou seja, nas pesquisas realizadas de acordo com as metodologias empregadas nessas teorias, a criança é descrita de maneira generalizada (Göncü, 1999).

O presente artigo visa a discutir as metodologias de pesquisa atualmente utilizadas pela psicologia do desenvolvimento humano, e destacaremos algumas orientações metodológicas da abordagem sociocultural construtivista e a análise microgenética como metodologia de pesquisa na investigação do desenvolvimento da criança.

### **Metodologia científica em psicologia do desenvolvimento humano**

De acordo com Rey (1997), a ausência de trabalho sobre epistemologia da psicologia pode estar associada ao domínio de uma epistemologia empiricista, que rechaça o valor de tudo o que não pertence aos seus pressupostos de “ciência”.

Para o autor, a epistemologia exige profunda mudança da representação do investigador sobre a ciência:

*A modificação teórica profunda da natureza do objeto de estudo influencia diretamente nos próprios processos de construção do conhecimento, ou seja, cria bases para o desenvolvimento de transformações epistemológicas, entretanto esse não é um processo automático em que a ocorrência de mudanças teóricas conduzem diretamente à transformação epistemológica, o qual se tem demonstrado no próprio curso da história da psicologia (tradução nossa) (Rey, 1997, p. 12).*

Cientificamente podemos afirmar que todo conhecimento humano implica a coordenação de dois processos: o raciocínio dedutivo (que parte da teoria para os dados da experiência) e o raciocínio indutivo (processo de inferência da experiência para a teoria). Ambos processos são igualmente importantes para criar o nosso conhecimento. Todavia, pouco se conhece sobre a sua efetiva coordenação. Em lugar disso, psicólogos costumam discutir sobre a “primazia” de uma ou outra forma de raciocínio.

Mas, além da dedução e da indução, uma terceira forma de raciocínio foi descrita por Charles Sanders Peirce, que a chamou de “abdução”, processo por meio do qual consideramos a realidade não como ela deveria ser (dedução), nem como ela realmente seria (indução), mas sim como ela “poderia ser”. Peirce usou o conceito de abdução para descrever os saltos de raciocínio que freqüentemente usamos quando consideramos diferentes hipóteses, e terminamos por escolher uma delas em lugar das demais, sem que tal escolha seja determinada por algum conhecimento prévio da “verdade” (ou falsidade das hipóteses), ou por sua verificação. O conceito de inferência abdutiva, de Peirce, guarda semelhanças com os esforços posteriores de Vygotsky para explicar sínteses emocionais: ambas as noções permitem a consideração de novos conhecimentos a partir de um contexto de conhecimentos já familiares (Valsiner, 1997).

O aparato conceitual da psicologia, porém, está baseado no modelo de causalidade linear e direta. Esse modelo foi percebido por Francis Crick como sendo responsável pelo surgimento, na psicologia, de verdadeiras caixas-pretas explanatórias, consensos teóricos que supostamente explicariam, de modo adequado, um fenômeno empírico. Para Crick, isso deriva da proximidade da psicologia com o senso comum e pode ser visto em raciocínios segundo os quais “relacionamento estreito entre crianças e pais” implicam “resultados positivos na vida adulta”. O fato de que o senso comum tenha tais expectativas é compreensível; mas, quando a psicologia endossa tal raciocínio, segundo Crick, isso deixa de ser conhecimento corroborado pela experiência, para se tornar mero “pseudoempirismo” por meio do qual se pensa encontrar na evidência empírica aquilo que já faz parte do conjunto de pressupostos teóricos do psicólogo.

Exatamente sobre “pseudoempiria”, Smedslund (1994) analisa cinco estudos publicados na revista *Child development*, selecionados sem qualquer conhecimento prévio de seus conteúdos, e procede a uma análise sobre o *status* metateórico de suas hipóteses. O autor mostra que as hipóteses, consideradas nos estudos como empíricas, na verdade referem-se a proposições tautológicas, isto é, necessariamente verdadeiras e, portanto, independentes de qualquer resultado de observação

experimental. A conclusão de Smedslund é que tais proposições, denominadas de pseudoempíricas, ocorrem com bastante frequência em razão de três crenças equivocadas: 1) variáveis semântica ou logicamente inter-relacionadas são as mais promissoras para a pesquisa empírica; 2) todas as proposições que podem ser relacionadas a dados são empíricas; 3) não é preciso definir termos conceituais.

O autor argumenta que a pesquisa em psicologia se sofisticou bastante com respeito aos processos de coleta de dados e análise de dados, mas ao mesmo tempo permaneceu incompetente com respeito à análise conceitual. Por tal razão, a psicologia apresenta um desequilíbrio fundamental entre seus aspectos teóricos e empíricos, com o resultado negativo de levá-la à estagnação como ciência.

Após mostrar as diferenças entre proposições científicas em relação à sua maior ou menor sensibilidade aos dados da observação empírica (isto é, proposições teóricas podem ser aceitas como verdadeiras pela mera análise de seu conteúdo lingüístico, o qual não sofre nenhuma influência da realidade empírica, enquanto proposições empíricas estão sujeitas a modificações constantes dependendo dos resultados das observações), o autor argumenta que parece ser muito raro o reconhecimento de proposições insensíveis à observação empírica no campo da psicologia do desenvolvimento infantil. Smedslund usa o exemplo de uma pesquisa conduzida por ele mesmo há alguns anos para mostrar que maior atenção aos termos envolvidos nas hipóteses estudadas poderia já indicar que tal hipótese não é passível de falsificação pela experiência, portanto qualquer estudo empírico sobre tal hipótese apresentará resultados irrelevantes empiricamente.

Para Valsiner (1997), a lógica usual da psicologia parte dos resultados (produtos de processos psicológicos) para explicar as suas causas. Essas causas são, em geral, entendidas de modo fixo, estático. É essa lógica que permite o surgimento de caixas-pretas na psicologia. Em contrapartida, esse fenômeno é facilitado pela tendência de a psicologia endeusar os dados da experiência, como se eles falassem por si próprios, sem necessidade de maiores interpretações.

Após avaliar modelos metodológicos desenvolvimentistas na biologia, na lingüística e na economia, Valsiner (1997) conclui que há dificuldade de utilizar esses modelos matemáticos no estudo dos processos de desenvolvimento humano.

Valsiner (1997) descreve quatro principais tipos de abordagem em psicologia: a) modelo intra-individual (a organização psicológica do indivíduo é o resultado de processos que ocorrem no próprio indivíduo); b) modelo interindividual (comparação das igualdades e diferenças entre indivíduos); c) modelo individual-ecológico (considera o indivíduo ou um grupo e sua ação sobre o ambiente); d) modelo

individual-socioecológico (considera a participação de outros indivíduos na ação de uma pessoa ou grupo sobre o ambiente). Os dois primeiros modelos são inadequados para a psicologia do desenvolvimento, segundo o autor, porque seu pressuposto axiomático não leva em conta o contexto dos indivíduos; os dois modelos ecológicos, por sua vez, são os estudados no programa de pesquisa do desenvolvimento da ação infantil abordados por Valsiner (1997). Seu objetivo, de fato, é integrar, a esses modelos ecológicos, algumas teorias psicológicas que o autor julga incompletas.

O conceito de abdução servirá, nesse sentido, para explicar o surgimento de novas formas de ação e reflexão humanas, assim como de processos de desenvolvimento que podem ser descritos como reiteradas transformações pessoais em seu relacionamento com o ambiente, e a sua regulação por outros indivíduos. Para Valsiner (1997), os modelos tradicionais da psicologia não-desenvolvimentista – especialmente os modelos quantitativos – não se prestam para o estudo do desenvolvimento.

Kindermann & Valsiner (1989) demonstram a necessidade de se incluir a influência cultural na psicologia do desenvolvimento. Tal objetivo pode ser alcançado pela introdução do relativismo cultural nos esforços teóricos da psicologia desenvolvimentista, mas deve considerar também uma discussão sobre a metodologia empírica que ela deve utilizar. Um mesmo fenômeno pode ser analisado de maneiras diversas, igualmente levando em consideração o contexto cultural, dependendo do fato de utilizar uma perspectiva qualitativa ou quantitativa.

Tradicionalmente, a psicologia do desenvolvimento tem excluído a influência cultural de sua perspectiva metodológica, além de não se dedicar propriamente ao desenvolvimento infantil, mas sim ao *status quo* psicológico da criança em um determinado estágio de seu desenvolvimento. Por esse motivo, os processos de desenvolvimento permanecem “escondidos” atrás dos dados obtidos pela observação empírica.

Mas mesmo a objetividade dos dados precisa ser colocada em questão: os pesquisadores partem do pressuposto de que a parte empírica de seu trabalho é algo independente do quadro teórico utilizado na pesquisa. Kindermann & Valsiner (1989), porém, defendem a idéia de que os dados são construídos por meio da derivação seleta de um conhecimento genérico dos fenômenos observados, de acordo com os pressupostos teóricos explícitos ou implícitos do pesquisador. Em outras palavras, na perspectiva construtivista, os pesquisadores têm um papel ativo na construção dos dados que servirão aos propósitos de sua pesquisa.

Embora tal perspectiva já tenha sido abordada por outros autores, não existem análises das implicações práticas do caráter construtivista da pesquisa científica relacionada à psicologia do desenvolvimento.

Para Kindermann & Valsiner, as pressuposições teóricas atuam já na própria decisão do pesquisador em optar por uma metodologia quantitativa ou qualitativa. Segundos os autores, contudo, ambos os métodos apresentam inadequações à pesquisa em psicologia do desenvolvimento. Não há exemplos de modelos quantitativos formais de outras ciências que possam ser utilizados para a psicologia do desenvolvimento, porém o recurso a modelos qualitativos parece retirar da psicologia o caráter “científico” geralmente associado a aspectos quantitativos. Kindermann & Valsiner (1989) argumentam que a controvérsia entre métodos quantitativos e qualitativos não poderá ser resolvida por persuasão nem por consenso, mas apenas por atitude relativista, na qual seja examinada a relação entre a organização que se pode perceber do objeto da investigação e o sistema teórico do investigador.

Os autores propõem o resgate do conceito de “estrutura”, oriundo da Gestalt, para definir um método qualitativo para a psicologia. Para tanto, discute-se o problema da unidade de análise a ser utilizada em teorias psicológicas: na psicologia do desenvolvimento, seria necessário ver os fenômenos-alvo em termos de reorganização de elementos reais, e não como um aumento ou diminuição de elementos diferenciais. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento deve ser visto não como um *continuum*, mas sim como um intercâmbio dialético tanto entre partes do organismo em desenvolvimento, quanto entre as condições ambientais. A realidade do desenvolvimento é caracterizada por transformações do relacionamento estrutural dos organismos e de seu ambiente.

Desenvolvimento, contudo, é um processo complexo que se distingue com o *ethos* geral psicológico, orientado pelo passado, no qual experiências prévias desempenham um papel direto na vida futura dos indivíduos. O desenvolvimento implica incerteza temporal, pois a experiência individual fornece apenas indicações que apontam para diferentes caminhos futuros.

Igualmente por essa razão, a psicologia do desenvolvimento não pode depender da replicabilidade dos resultados encontrados, pois isso envolveria um paradoxo fundamental: a repetição de resultados empíricos particulares ao longo do tempo somente pode ocorrer na ausência de desenvolvimento! Organismos que apresentam desenvolvimento são sistemas em aberto; aspectos seletos de sua organização não estão previamente programados, mas dependem da interação entre o organismo e o ambiente para ocorrerem. De fato, o ambiente é algo que adquire

um dado significado, de acordo com a cultura, desde o momento do nascimento: crianças relacionam-se com o ambiente circundante e assimilam cultura à medida que seu relacionamento com o ambiente é transformado em novos estados.

### **A abordagem cultural do desenvolvimento humano e a importância da metodologia qualitativa**

Dentro de uma abordagem cultural, o desenvolvimento infantil é concebido como um processo com base na socialização da criança inserida na atividade cultural. De acordo com essa abordagem, as crianças se desenvolvem para serem seres culturais. Esta é uma característica única da nossa espécie e talvez a razão mais importante pela qual a infância seja um longo período nos seres humanos.

Para Gaskins, Miller & Corsaro (1992), os estudos interpretativos de crianças remetem a investigações teóricas distintas e oferecem ferramentas metodológicas alternativas na compreensão da investigação científica da infância. Nessa medida, as pesquisas prometem alargar nosso entendimento de como as crianças se desenvolvem participando de suas próprias culturas e, conseqüentemente, também nossa compreensão do desenvolvimento humano em geral.

Nenhuma criança aprende “cultura” em geral. Cada criança aprende uma cultura específica, com um cenário local de crenças, práticas e modelos interpretativos. O processo de tornar-se um membro da cultura é, conseqüentemente, ao mesmo tempo, capacitador e limitador. E o processo universal de tornar-se um membro de uma cultura só pode ser entendido pelo estudo do processo de criação de significações em culturas particulares (Gaskins e cols., 1992):

*Uma abordagem interpretativa considera como seu foco de investigação a significação da ação humana no contexto cultural. A questão fundamental do desenvolvimento a partir dessa perspectiva é como a criança investe as fontes culturais de significado? Nascida em um mundo de tradições e sistemas semióticos já existentes, a criança usa em seu desenvolvimento as habilidades interpretativas para participar das atividades culturais. Nossa visão é que esse processo é construtivo e que ele é necessariamente individual e coletivo. Ele é individual, já que a tarefa de cada criança é criar significações pessoais fora do particular, em um cenário de fontes necessariamente limitado e pelo qual ele ou ela está exposto. É coletivo, já que essas fontes foram criadas por gerações prévias e foram tornadas avaliáveis para criança por outra pessoa (Gaskins, Miller & Corsaro, 1992, p. 6).*

De acordo com os autores, a maior mudança teórica para os pesquisadores da infância é especificar precisamente a natureza do processo pelo qual as crianças tornam-se particulares em uma cultura. As crianças não imitam simplesmente o mundo adulto ou se apropriam de fontes culturais em formas inalteradas. Ao contrário, as crianças tanto selecionam e usam as fontes culturais criativamente, quanto contribuem para a produção da cultura.

A inclusão da cultura nos estudos dos processos do desenvolvimento humano valorizou e revitalizou os estudos qualitativos realizados no âmbito das pesquisas psicológicas.

Assim, as abordagens interpretativas, de natureza essencialmente qualitativas, nascem da questão crítica de como as crianças vêem investir fontes culturais com significado e preenchem seu potencial como seres humanos, um processo que é necessariamente individual e coletivo. As afirmações feitas acerca do processo de pesquisa que nasce desse interesse teórico conduzem os pesquisadores a usar ferramentas qualitativas, como o trabalho de campo etnográfico e os sentidos complementares, para avaliar a adequação da pesquisa. O valor dessa abordagem, no fim, deve ser julgado pelos usuários da pesquisa.

### **Orientações metodológicas da abordagem sociocultural construtivista e a análise microgenética**

O foco da orientação co-construcionista no estudo do desenvolvimento humano enfatiza a necessidade de desenvolver sua própria metodologia de pesquisa, uma vez que a visão de ciência recebida da psicologia falhou na compreensão do fenômeno. As mudanças de metodologia estabelecidas pela perspectiva co-construcionista concentram-se na investigação de tradução de idéias teóricas em métodos específicos de pesquisa:

*Torna-se claro que os imperativos metodológicos da psicologia tradicional não preenchem os objetivos de dar sentido aos processos sociogenéticos. O desenvolvimento de uma pessoa pode ser observado no processo de mudança de formas caóticas, fluidas, ou categoricamente difíceis em descrever os fenômenos em direção à emergência de formas claras. É exatamente o fenômeno não classificável – que estão consistentemente sendo produzidas e eliminadas do processo de pesquisa – em qualquer encontro dialógico com outras, ou consigo mesmas, que necessita ser o alvo da análise construtivista (Branco & Valsiner, 1997, p. 42).*

O termo co-construtivismo utilizado na abordagem sociocultural construtivista é meramente uma invenção heurística e metateórica com função de manter um foco que una o lado social e o pessoal do desenvolvimento humano.

Do ponto de vista desses autores, a metodologia é o processo de pensar a orientação para objetivos e os procedimentos interventivos usados pelo investigador com o fenômeno investigado, o que conduz à construção do novo conhecimento. Se a perspectiva co-construcionista reivindica um foco na construção unificada da inovação psicológica no desenvolvimento humano, então o processo de emergência de tal inovação necessita ser o centro de atenção para a sua metodologia:

*A metodologia requer uma relação sistemática entre a teoria por um lado, o processo de construção dos dados por outro (...) É de relevância crucial enfatizar o status socialmente construído (...) dos dados na psicologia. Os dados nunca são entidades que existem objetivamente e que são independentes da perspectiva e das atividades do investigador, mas apenas resultados de um estágio específico no processo de pesquisa empírica. É a estrutura teórica (...) do pensamento e as ações práticas do investigador que canalizam a construção dos dados do investigador. A teoria determina a direção geral na qual o método de construção dos dados está sendo derivado; a natureza do fenômeno que está sob o estudo adiciona limites específicos para a criação de métodos. Além do mais, diferentes sugestões sociais aceitas consensualmente e compartilhadas pelos psicólogos e frequentemente rotuladas em sentidos que garantam a sua legitimidade social atuam como imperativos sociais (por exemplo, a crença largamente defendida entre os psicólogos de que ciência é igual à quantificação) e entram no processo de construção dos métodos (Branco & Valsiner, 1997, p. 38).*

A perspectiva co-construtivista tem raízes históricas no trabalho de James Mark Baldwin, Jean Piaget, Lev Vygotsky e William Stern (Valsiner, 1997). O termo co-construtivismo é uma invenção semiótica mediatizadora que canaliza o pensamento dos psicólogos para simultaneamente considerar os aspectos pessoal e social no desenvolvimento psicológico humano não como oposições mutuamente exclusivas, mas mecanismos complementares.

Aceitando-se essa inovação psicológica no estudo do desenvolvimento humano, para Branco & Valsiner (1997), outro nível do processo de co-construção pode ser pensado: o pesquisador constrói conhecimento juntamente com os parti-



cipantes da pesquisa e as instituições sociais que incluem tanto os pesquisadores quanto os pesquisados.

A metodologia sendo visualizada como um processo de co-construção cria dificuldades interessantes para o conhecimento acerca do desenvolvimento humano. A psicologia do desenvolvimento pode estar em uma situação difícil para a construção de conhecimento por causa da restrição das investigações das crianças e seu desenvolvimento. Paradoxalmente, crianças podem ser também “alvos” cheios de significação para os investigadores que estão axiomáticamente assumindo os papéis de sua própria cultura coletiva na consideração de sua perspectiva. Psicólogos do desenvolvimento que estudam crianças podem construir seus papéis como pesquisadores na base dos papéis de outros adultos (como os pais ou professores) que têm responsabilidade pessoal ou institucional sobre a criança.

O nível microgenético envolve as situações do aqui e agora, nas quais ocorrem as situações face a face. O objetivo de um estudo microgenético, por sua vez, é buscar apreender os processos de co-construção e as mútuas transformações da pessoa na situação (do aqui e agora) observada.

De acordo com Siegler & Crowley (1991), o método microgenético é um modo direto de estudo do desenvolvimento cognitivo. O avanço na compreensão dos mecanismos de mudança no desenvolvimento cognitivo requer métodos que produzam dados sobre mudanças particulares. O método microgenético permite a obtenção desses dados. Ele envolve: a) observações dos sujeitos individualmente, ao longo do período de mudança; b) alta densidade de observações relativas à quantificação da mudança naquele período; c) análises intensivas a cada tentativa (passo a passo) com o objetivo de inferir os processos que deram origem à mudança. Esse método é capaz de mostrar tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos da mudança. É capaz também de indicar as condições sob as quais as mudanças ocorrem, além de produzir informação sobre estratégias transicionais de curta duração que não seria possível ser obtida de outro modo. O custo de tal metodologia, em termos de tempo e esforço, é geralmente alto, mas o valor da informação sobre as mudanças ocorridas mais do que justifica seu custo.

### **Considerações finais**

As abordagens interpretativas situam o processo de socialização em seus contextos culturais e lingüísticos, ao mesmo tempo em que reconhecem o papel ativo desempenhado naqueles contextos de interpretação e transformação.

Dentro dessas abordagens, o problema de como a criança torna-se membro de uma cultura particular não é redutível às questões de como a criança adquire cultura. Reconhecer a dimensão de desenvolvimento cultural desses problemas conduz à sua reformulação em termos da criação de significações. O processo de como a criança vem a investir em fontes culturais com significações é simultaneamente individual e coletivo. Como as crianças se engajam nesse processo, elas não apenas formam suas próprias experiências de desenvolvimento, mas também contribuem para a produção e transformação da cultura adulta. A implicação dessa concepção é que o engajamento criativo das crianças como fontes culturais é integral tanto para a socialização, quanto para o processo pelo qual a cultura é transformada e mantida.

Por sua vez, a construção do *corpus* e sua análise em um estudo co-construtivista, a partir dessa perspectiva teórico-metodológica, impõem sérios desafios ao pesquisador. Coletar e analisar os dados com o objetivo de apreender diferentes momentos de transformação no desenvolvimento da criança é uma tarefa bastante difícil. Nesse sentido, a gravação da situação em vídeo e as anotações do diário de campo são ferramentas essenciais para o pesquisador ter condições de realizar a análise microgenética. Além disso, a abordagem microgenética de análise exige extenso trabalho sobre o *corpus*, estabelecendo-se um diálogo simultâneo com a teoria sociocultural construtivista, de maneira a proporcionar a apreensão do processo de transformação no desenvolvimento da criança.

Para a análise de uma longa base de dados – *corpus* da análise microgenética –, exige-se do investigador total clareza da perspectiva teórico-metodológica utilizada na pesquisa.

O método microanalítico, que pode ser aplicado na investigação dos dados empíricos baseados na abordagem co-construtivista, necessita aprimorar-se como estratégia metodológica a ser utilizada pelo psicólogo. Ainda para Branco & Valsiner (1997), a contribuição mais importante de tal metodologia deve ser a provisão de ferramentas conceituais para figurar a emergência das estratégias interativas e os mecanismos de transformação que ocorrem durante períodos de intensa co-construção semiótica entre os indivíduos.

A análise microgenética trouxe à psicologia do desenvolvimento nova possibilidade de compreensão dos processos de transformação e mudança que a criança atravessa ao longo de seu desenvolvimento. Essa busca do entendimento do que acontece no aqui-agora, em tempo “real” e face a face, oferece uma forma *sui generis* de conhecimento dos diversos fatores interativos presentes no desenvol-

vimento em uma dada situação. Na visão de Valsiner (1997), se a psicologia do desenvolvimento não se utilizar dessa metodologia em suas pesquisas, estará desperdiçando eficiente forma de investigar o processo de desenvolvimento humano, especialmente com relação ao desenvolvimento infantil.

Considerando-se que o ser humano vive em um contexto histórico-sociocultural, a metodologia científica apropriada ao estudo de seu desenvolvimento deverá ser flexível o suficiente para poder utilizar os métodos qualitativos e/ou quantitativos que estejam de acordo com a natureza do fenômeno e coerentes com a questão a ser investigada. No caso específico da metodologia microgenética, é possível a realização de análises tanto de aspectos quantitativos, quanto de aspectos qualitativos das seqüências descritas nos processos de mudança do fenômeno observado (de acordo com a questão que está sendo investigada).

Conclui-se que é necessário e primordial a superação da tradicional dicotomia entre os métodos qualitativos e quantitativos na metodologia científica aplicada ao estudo dos processos do desenvolvimento humano nas pesquisas psicológicas.

## Referências

BRANCO, A. U.; Rocha, R. F. A questão da metodologia na investigação científica do desenvolvimento humano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, V. 14, n. 3, set.-dez. 1998.

BRANCO, A. U.; Valsiner, J. Change methodologies: a co-constructivist study of goal orientations in social interactions. *Psychology and Developing Societies*, V. 9, n. 1, 1997.

GASKINS, S., Miler, P. J.; Corsaro, W. A. Theoretical and methodological perspectives in the interpretive study of children. Em: W. A. Corsaro & P. J. Miler (Eds). *Interpretive approaches to children's socialization* (New Directions for Child Development, 58). San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers, 1992.

GÖNCÜ, A. Children's and research's engagement in the world. In A. Göncü (Ed), *Children's engagement in the world: sociocultural perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KINDERMANN, T.; Valsiner, J. Research strategies in culture-inclusive developmental psychology. In J. Valsiner (Ed.). *Child development in cultural context*. Toronto: Hogrefe & Huber, 1989.

REY, F. G. *Epistemologia cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC, 1997.

SAADA-ROBERT, M. *Microgenesis and situated cognitive representations*. Paper presented at the first Conference on Socio-cultural Research, Madri, 1992, September.

SIEGLER, R.S.; Crowley, K. *The microgenetic method*. *American Psychologist*, 46(6), 1991.

SMEDSLUND, J. What kind of propositions are set forth in developmental research? Five case studies. *Human Development*, 37, 1994.

VALSINER, J. *Culture and the development of children's actions*. 2<sup>nd</sup>. Ed. New York: Wiley, 1997.

### **Resumo**

A psicologia do desenvolvimento caracterizou o desenvolvimento infantil como universal e independente do contexto sociocultural, baseando-se em parâmetros ditos como “científicos”. O presente artigo visa a discutir as metodologias de pesquisa atualmente utilizadas pela psicologia do desenvolvimento humano. Considerando-se que o ser humano vive em um contexto histórico-sociocultural, a metodologia científica apropriada ao estudo de seu desenvolvimento deverá ser flexível o suficiente para poder utilizar os métodos qualitativos e/ou quantitativos que estejam de acordo com a natureza do fenômeno e coerentes com a questão a ser investigada.

Palavras-chave: Psicologia do desenvolvimento; Metodologia; Abordagem socio-cultural construtivista.

### **Abstract**

The psychology of development characterized the child development as universal and independent from the social and cultural context based in parameters know as scientific. The present article pretends to discuss the research methodology actually utilized in the human development psychology. Considering that the human been lives in one historical social and cultural context, the scientific methodology appropriate for the study of they development must be flexible to utilized the qualitative and quantitative methods who are in accord with the nature of the phenomem and coerent with the investigated question.

Key words: Development psychology; Methodology; Sociocultural constructivist approachment.

## **Resumen**

La psicología del desarrollo caracterizó el desarrollo del niño como universal e independiente del contexto sociocultural basándose en parámetros dichos de la ciencia. El presente artículo discute las metodologías de investigación actualmente utilizadas por la psicología del desarrollo humano. Teniéndose en cuenta que el hombre vive en un contexto histórico-sociocultural, la metodología adecuada al estudio de su desarrollo deberá ser flexible lo suficiente para utilizar los métodos cualitativos y cuantitativos de acuerdo con la naturaleza del fenómeno e cuestión a ser investigada.

Palabras clave: Psicología del desarrollo; Metodología; Abordaje sociocultural constructivista.



## **Uma breve nota introdutória**

Este trabalho tem por objetivo discutir o planejamento e ordenamento territorial do espaço turístico, que é na atualidade um dos desafios que os municípios brasileiros tem de encarar diante da expansão do setor. A implantação de empreendimentos turísticos geram um impacto nas localidades onde são instalados. Pouco se discute no Brasil sobre a necessidade do planejamento e ordenamento territorial aplicado ao turismo. Exceções à regra existem, mas na totalidade dos municípios brasileiros essa realidade é ainda distante (Ipea, 2002).

Para iniciar a discussão sobre planejamento e ordenamento territorial aplicado ao turismo, precisamos discutir algumas breves considerações iniciais cotejando turismo e geografia. A atividade turística é hoje de fato uma atividade global, e a sua influência cresce a cada dia. Para Rodrigues (1997, p. 17), “o turismo ocupa hoje papel relevante na economia mundial, situando-se entre os três maiores produtos geradores de riqueza – 6% do PNB global –, só perdendo para a indústria de armamentos e petróleo”.

O estudo dessa atividade, porém, vem se concretizando lentamente, não como resultado de linhas de pesquisa sistemáticas, mas como resultado de diversos estudos e ensaios individuais que ainda não conseguiram constituir um arcabouço teórico consolidado. Uma das perspectivas dessa realidade deve-se à forma fragmentada como o fenômeno turístico se desenvolve no país e à falta de confronto e estudo entre as diversas formas de implantação de atividades turísticas.

O turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade histórica de evolução das técnicas que foi configurando-se sob o impacto de descobertas de diversos campos do conhecimento. Daí a gênese multidisciplinar do turismo e a diversidade de enfoques dentro do estudo do turismo.

A ciência geográfica, distante de desenvolver uma visão “mercantil” sobre o turismo, busca compreender o fenômeno e a sua espacialidade. Rodrigues (1997, p. 40) diz que “o estudo do turismo no âmbito da geografia acentua-se a partir da década de 60, respondendo ao acelerado desenvolvimento do fenômeno, ligado à prosperidade econômica que marcou o período do pós-guerra nos países centrais do capitalismo”.

Para Cruz (2001, p. 5), uma das características intrínsecas da compreensão do estudo do turismo e seus desdobramentos refere-se ao fato de que “o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço”. A geografia do turismo não se relaciona apenas à abordagem científica do fenômeno turismo, mas a uma expressão que está intimamente relacionada à “dimensão socioespacial da prática social do turismo, e isto sim pode interessar às mais diversas áreas do conhecimento”.

## **Os lugares**

O conceito de lugar turístico é utilizado tanto para se referir aos lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo (potencial explorado), quanto a lugares considerados potencialmente turísticos (potencial latente). O turismo se apropria dos lugares e produz este lugar para a sua comercialização. O conceito de lugar turístico, portanto, está imbuído de uma visão materialista de usufruto dos lugares para os interesses do capital.

Milhares de localidades ao redor do mundo contam com diferentes potenciais, pois, como diz Boullón (2002, p. 77), “toda a superfície de nosso planeta e a camada da biosfera que o envolve podem ser percebidas pelo homem por meio dos sentidos. É real porque é possível comprovarmos sua existência, deslocarmos-nos por ele e, mesmo em muitos casos, modificá-lo. Mas o que realmente transforma o lugar (potencial latente) em turístico é a existência do turista” (Cruz, 2001, p. 8).

Todo lugar em que houver a presença do turista, ainda que individual ou em grupo, é considerado um lugar turístico. O lugar turístico é caracterizado em primeira instância pela existência de um fluxo de pessoas que se desenvolve aliado à implantação de uma infra-estrutura de hospedagem e de equipamentos de lazer. Entretanto, há de se considerarem os diferentes níveis de apropriação e produção dos lugares pelo turismo. Uma localidade sazonal ou eventualmente visitada por turistas não pode ser compreendida dentro da mesma perspectiva de outra localidade onde o turismo já se encontra consolidado e consegue sustentar fluxos constantes ao longo do ano.

As diferenças entre os lugares são inúmeras e não estão somente na intensidade e periodicidade dos fluxos, na segmentação do mercado e dos atrativos e na implantação de infra-estrutura para atender às necessidades da demanda turística. O planejamento e ordenamento da atividade é outro fator que diferencia os lugares.



Na realidade brasileira, são poucos os municípios que adotam o planejamento e ordenamento territorial da atividade turística, portanto não se pode afirmar que o turismo encontra-se consolidado no Brasil, mas sim em expansão. A Organização Mundial do Turismo, analisando o turismo no Brasil, classifica o país como potencial, e não como consolidado (Embratur, 2002).

O turismo, sendo uma prática social, tem forte determinação relacionada à cultura dos lugares onde se instala. Knafou *apud* Cruz (2001, p. 9) diz que “os lugares turísticos são inventados culturalmente e que, da mesma forma, o são os atrativos turísticos e as paisagens turísticas”.

As paisagens turísticas contidas nos lugares são a porção visível do espaço geográfico desempenhando importante papel na constituição dos lugares e dos fluxos. Para Cruz (2001, p. 10),

*algumas paisagens são mais valorizadas pelo turismo hoje que outras, mas estas não são as mesmas no futuro. As paisagens consideradas mais atrativas pelo turismo na atualidade são criações culturais que têm muito a ver com o que se habituou chamar de cultura de massa e, portanto, com o papel da mídia na homogeneização de gostos e na disseminação de padrões de consumo homogeneizados.*

## **Os olhares**

Considerando-se o lugar turístico como uma invenção cultural e que esse lugar é parte do espaço geográfico, levanta-se uma questão básica que envolve o conceito de lugar turístico e informação. Para Ferrara (1993, p. 151),

*informação não é um dado, mas uma produção que decorre da capacidade de inferir, da e sobre a realidade, novos conhecimentos suficientes para provocar aprendizado e mudança de comportamento.... espaço de informação é aquele ambiente físico, social, econômico e cultural que agasalha um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida, um modo de produção. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos.*

Lugar e informação são conceitos interdependentes, visto não ser possível apreender, conhecer um lugar, senão pelos usos e hábitos que os caracteriza. Em contrapartida, não é possível haver informação senão a partir de um estímulo físico,

social ou cultural, produzido por diferentes tipos de vida que geram novos aprendizados e comportamentos.

O lugar caracterizado pela produção turística do espaço, com novas estruturas de consumo, serviços e inovações tecnológicas, mantém conexão com os veículos de comunicação de massa e sobretudo com o mundo globalizado.

## As imagens

A mercadoria, os atrativos, o comércio, as ruas, os bairros, os mercados, os pontos de encontro, os meios de transporte, a tecnologia, a arquitetura, a eletricidade, a violência. Todos esses fragmentos do fenômeno urbano caracterizam as imagens da cidade: ruas, avenidas, praças, parques etc.

Além das explicações socioeconômicas do fenômeno urbano e do turismo, estão as imagens dos lugares que assinalam uma história de realizações humanas, uma forma distinta de cultura e organização do espaço. Nessas imagens, estão as representações, a semiótica urbana por meio da qual não apreendemos as explicações abstratas, mas aquelas que atingem e caracterizam o cotidiano dos moradores e visitantes. Para Ferrara (1997, p. 201),

*As imagens urbanas despertam a nossa percepção na medida em que marcam o cenário cultural da nossa rotina e a identificam como urbana: o movimento, os adensamentos humanos, os transportes, o barulho, o tráfego, a verticalização, a vida fervilhante; uma atmosfera que assinala um modo de vida e certo tipo de relações sociais. As características culturais sedimentam a cidade enquanto império fervilhante de signos, que cria uma linguagem e justifica uma ótica de estudos voltada para ela enquanto modo específico de produzir informação, ou seja, uma representação, um modo de ser que substitui e concretiza o complexo econômico e social responsável pelo fenômeno urbano.*

Como imagem, a linguagem urbana não esgota as características sociais e econômicas do fenômeno turístico, mas procede a uma mercantilização e seleção dos espaços e das imagens, proporcionando assim uma visão fragmentada e muitas vezes fictícia.

O entendimento da produção dos lugares para o turismo dá-se por meio da linguagem que o representa e constitui a mediação necessária para a sua percepção: não podemos entender o lugar turístico senão por meio dos seus signos.

Entender a lógica do processo, as suas formas e funções e a estrutura (Santos, 1997) que sustenta a sua existência são condições necessárias para produzir a teoria explicativa do fenômeno, ou seja, “as transformações econômicas e sociais deixam, na cidade, marcas ou sinais que contam uma história não verbal pontilhada de imagens, de máscaras, que têm como significado o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutriram, através dos tempos, o cotidiano dos homens” (Ferrara, 1997, p. 202).

## **Os recursos do turismo nos ambientes urbanos**

O turismo hoje se apresenta como forte consumidor tanto dos recursos naturais quanto urbanos. O aproveitamento sustentável desses recursos, evitando a degradação do meio ambiente e da sociedade receptora, deve ser uma preocupação não só dos governantes, mas também de toda a população envolvida e da iniciativa privada.

Todas as atividades do homem acontecem no espaço físico e estão condicionadas pelas características do mesmo, que sofrem modificações causadas pelas mesmas atividades que nele se realizam. Com o acúmulo de experiências no desenvolvimento de cada atividade, melhoraram as habilidades tecnológicas, surgiram novos procedimentos produtivos, foram inventadas e construídas mais máquinas, fábricas, edifícios, rodovias, estradas de ferro, usinas hidrelétricas, usinas térmicas, redes de alta tensão, refinarias de petróleo, portos, aeroportos, terminais rododiferroviários, entre outras coisas.

O aparecimento desses novos elementos modificou a estrutura da superfície da terra. A partir desse fenômeno, para estudo e análise ambiental, podemos dividir essa estrutura em duas categorias: *ambiente natural* e *ambiente artificial*.

O *ambiente natural* resulta da presença da natureza virgem (poucas áreas no planeta possuem um ambiente assim) e da natureza adaptada, também conhecida como espaço rural. É importante lembrar que o espaço rural, por ser resultado do trabalho do homem, não deixou de ser natural. Tudo que ali cresceu, porque foi plantado ou adaptado, e prosperará, se as espécies escolhidas forem compatíveis com os componentes bióticos e abióticos do ambiente.

O *ambiente artificial* resulta da produção pela aglomeração de objetos criados pelo homem. Esses, ao concentrarem-se e sobrepor-se ao ambiente natural, agregam uma nova forma de habitat humano que se denomina cidade.

O ritmo progressivo da urbanização produziu, no habitat do homem e de outras espécies (animais e vegetais) que vivem nas cidades, variações qualitati-

vas de tal magnitude, que as cidades se converteram em um fenômeno ecológico distinto do espaço natural. Se transferirmos essas comprovações ao campo do turismo, perceberemos que, para avançar no tema de proteção ambiental, é conveniente se pautar em dois enfoques analíticos: preservação do equilíbrio ecológico nos atrativos naturais e preservação do equilíbrio ecológico nos atrativos culturais

A cidade é um ambiente artificial inventado e construído pelo homem, cujo objetivo prático é viver em sociedade, ou seja, a chamada paisagem artificial. Povos distintos construíram cidades com personalidade diversas, que, além de transformar os sítios naturais onde se instalaram, refletiram as forças sociais e econômicas do período histórico em que foram criadas.

À medida que a população mundial cresce, os deslocamentos populacionais em direção às cidades tendem a acompanhar o processo de expansão. As primeiras cidades criadas dentro de uma dimensão humana se transformaram e perderam essa dimensão gerando outra a dimensão metropolitana.

Atualmente, a maior parte da população mundial é urbana e enfrenta um cotidiano de crises e possibilidades, que, por sua complexidade e variedade de elementos, apresenta dificuldade para ser captada em seus detalhes. Para Boullón (2003, p. 190), “ao ver as fotografias panorâmicas de uma paisagem muitas vezes não a reconhecemos, essas dúvidas multiplicar-se-iam se quiséssemos identificá-la por meio da fotografia de uma árvore ou uma rocha”.

Ao passar à paisagem urbana, o processo se inverte: é muito mais fácil reconhecer uma cidade por meio de um edifício (forma) do que pelas imagens de um conjunto que não o incluem. As complicações para identificar uma cidade por meio de imagens gerais crescem em relação com o seu tamanho. As grandes cidades optaram por produzir sua imagem gráfica com a menor quantidade possível de edifícios ou monumentos. Por exemplo: o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro; o Pelourinho, em Salvador; o edifício do Masp, em São Paulo.

Em sua maioria, os mapas turísticos de cidades são plantas que reproduzem apenas a sua superfície e a estrutura plana determinada pela rede de ruas e áreas construídas. Outras plantas limitam-se a mostrar, em detalhe, apenas a área central onde se encontram os hotéis, perdendo-se assim a idéia da extensão total da cidade e a forma do seu desenho urbano.

No entanto, os turistas querem ver a cidade em sua totalidade, e não a da representação fictícia do papel. A realidade urbana, interpretada como um fato especial, alcança três dimensões, e chega-se à quarta dimensão, pelos olhos de um observador que transforma a paisagem urbana ao circular por ela.

Para Le Corbusier (1993), as funções em que se sustenta uma cidade são quatro: trabalho, circulação, habitação e lazer. Trabalhamos e moramos dentro de edifícios, circulamos pelas ruas e divertimo-nos em edifícios, nas ruas, praças e parques. À medida que entramos em um edifício, temos acesso a uma partícula da cidade, e não temos consciência do resto, a menos que olhemos para fora da janela e vejamos outro fragmento maior da vida urbana.

Ao circulamos pelas ruas e utilizarmos os meios de transporte individuais ou coletivos, podemos dizer que participamos do cotidiano urbano. Estamos na cidade sem viver plenamente nela.

Tal como a percepção de uma paisagem natural, a percepção de uma cidade, principalmente quando ela ultrapassa um número maior de 20 mil habitantes, não é total e instantânea. A construção de imagens se dá no decorrer dos olhares e experiências que serão realizados no transcurso do tempo. A soma total de imagens parciais que a cidade oferece registra suas sucessivas vivências, o que Boullón (2003) chama de “visão em série”.

O planejamento turístico dispõe de uma série de elementos formais para induzir o visitante a conseguir identificar e reter em sua memória a imagem construída da paisagem urbana. Para o morador local, a construção de imagens é fundamental para o seu deslocamento e sobrevivência dentro da cidade. Por meio dessas imagens, ele irá reconhecer os lugares em que transita e se orienta.

Para Lynch *apud* Boullón (2003, p. 193),

*Parece haver uma imagem pública de cada cidade que é o resultado da superposição de muitas imagens individuais. Ou talvez o que exista seja uma série de imagens públicas, cada uma das quais é mantida por um número considerável de cidadãos. Essas imagens coletivas são necessárias para que o indivíduo atue acertadamente dentro de seu ambiente e para que coopere com seus cidadãos. Cada representação individual é única e tem certo conteúdo que só varia muito raramente ou nunca é comunicado, apesar de estar próximo da imagem pública, que, em diferentes ambientes, é mais ou menos forçosa, mais ou menos compreensível.*

O conhecimento local é possível para os moradores do lugar turístico, porque eles, ao longo de uma vida, vão conhecendo as minúcias do lugar, elaborando um conhecimento próprio. O turista, ao contrário, tem uma imagem preliminar vendida através do *marketing* da destinação e, ao chegar ao lugar turístico, é levado a desco-

brir, a fazer a leitura não verbal dos signos urbanos para poder usufruir os atrativos.

A linguagem urbana é composta principalmente por formas, sua leitura e interpretação se fundamentam nas imagens que a melhor representam. O planejamento dos lugares turísticos urbanos tem de se valer de metodologias para a análise das cidades. Boullón apóia-se nos estudos do arquiteto norte-americano Kevin Lynch para desenvolver uma metodologia de planejamento turístico de cidades.

O primeiro conceito elaborado é o de *pontos focais urbanos* representado pelos edifícios e espaços abertos que se destacam no tecido urbano. Esses pontos focais servem para que o turista se oriente na cidade e possa localizar os atrativos próximos a esses pontos. Boullón (2003) define seis tipologias de pontos focais:

- logradouros;
- marcos;
- bairros;
- setores;
- bordas;
- roteiros.

Os *logradouros* são os espaços abertos ou cobertos de uso público, em que o turista pode entrar e percorrer livremente. Parques, zoológicos, praças, galerias comerciais, feiras, mercados públicos, estações de ônibus são exemplos de logradouros urbanos.

A visitação turística requer percursos planejados que devem estar programados e sinalizados, tanto para evitar que o turista se perca quanto para assegurar a visitação aos atrativos turísticos mais importantes. Deficiências ou desconfortos e falhas em seu funcionamento podem predispor o turista contra o lugar que acaba de visitar, o que criará uma imagem negativa do local e gerará prejuízos aos locais, por não reverter essas experiências negativas.

Os *marcos* são objetos, artefatos urbanos ou edifícios que, pela dimensão histórica ou qualidade de sua forma, destacam-se do resto do conjunto urbano e atuam como pontos de referência exteriores ao observador. Monumentos, igrejas, edifícios comerciais e residenciais são exemplos de marcos urbanos.

O requisito que uma forma urbana deve conter para ser classificada como um marco urbano é o contraste. Cada vez que em uma parte da cidade aparece uma forma singular, essa passa imediatamente a fazer parte dos pontos focais que são lembrados pelos moradores locais e são referência ou atrativos para os turistas.

As seções da cidade relativamente grandes são chamadas de *bairros*, nos

quais o turista pode entrar e se deslocar. Praticamente todas as grandes cidades possuem um bairro que se destaca dos demais. O Bexiga em São Paulo, a Lapa e Copacabana no Rio de Janeiro, o Pelourinho em Salvador e Santa Felicidade em Curitiba são exemplos desse conceito.

Ao visitar essas áreas urbanas, cada vez mais raras, notam-se imediatamente as características que as distinguem dos demais bairros da cidade. O conjunto de suas formas e o cotidiano de seus moradores são atrativos que despertam no turista a vontade de conhecer aquela realidade. As visitas a esses bairros, em sua maioria, são por iniciativa própria do turista, e poucas são as visitas guiadas em grupos.

Os *setores* geralmente são partes menores que os bairros, mas com características importantes. A superfície dos setores é muito reduzida (poucos quarteirões ou apenas um trecho de rua). A mercantilização do espaço pelo turismo pode levar a conflitos nos setores. Quando um determinado trecho é produzido para ser um atrativo turístico e o entorno do empreendimento continua a apresentar graves problemas urbanos, como a violência, a ocupação desordenada, a decadência das edificações, cria-se um conflito entre esses espaços desiguais, em comum denominados de *guetos* ou *não-lugares*.

As *bordas* são os limites que marcam a separação entre diferentes partes da cidade. É uma fronteira que separa bairros, que quebra a contigüidade de um espaço homogêneo e define os extremos da cidade.

Para Boullón (2003), as bordas podem ser fracas ou fortes. Uma borda forte é aquela que cria uma barreira intransponível ao deslocamento, como uma linha férrea ou uma via expressa. Dessa forma, passa a existir uma descontinuidade espacial que impede a livre circulação de pessoas. As bordas fracas permitem a fluidez, seja visual, ou física. Uma faixa de pedestre, um semáforo, uma passarela de pedestres podem permitir esse deslocamento.

Uma das características das cidades dos países subdesenvolvidos é o subúrbio, que vai sendo diluído à medida que se afasta do centro da cidade. Paisagens agressivas, como favelas e áreas degradadas, podem ser vistas como barreiras à visitação e deslocamento, pois passam uma imagem de insegurança. Morros, praias, fundos de vale e margens de rios devem ser contemplados no processo de planejamento turístico. A feiúra e a deterioração desses lugares podem representar uma borda resistente que afasta não só os turistas, mas também os moradores locais.

As vias de circulação selecionadas para o trânsito de turistas, seja ele feito a pé ou em veículos para visitar os atrativos ou entrar e sair das cidades, são chamadas de *roteiros*. A função primordial dos roteiros a ser contemplada no planejamento turístico é tão importante quanto o planejamento dos atrativos, pois ambos estruturam o conjunto do lugar turístico. Quanto maior a gama e qualidade

das alternativas de circulação oferecidas pela rede viária de uma cidade, maior será as possibilidades de deslocamentos e consumo do espaço. Para Dean (1999), “se você não chega com facilidade, você não irá”.

Diante das diversas formas de alternativas de deslocamento e circulação existentes nas cidades, os planejadores urbanos devem criar, proporcionar e esclarecer quais são as melhores formas de se circular pela cidade. Sistemas eficientes de metrô, ônibus e bondes, além da existência de calçadas, passeios e ruas com excelente infra-estrutura, contribuem para a criação de uma imagem positiva da cidade, e a satisfação do turistas e dos moradores locais aumenta, e o juízo de valor é beneficiado. Boullón (2003, p. 209) afirma que, “salvo casos excepcionais, os turistas nacionais e estrangeiros não viajam a nossos centros turísticos para conferir a versão local da pobreza, mas para admirar o muito ou o pouco de bom que se tenha para mostrar”.

Os roteiros são importantes, pois unem atrativos ou lugares turísticos e são também um atrativo à parte. Uma via de circulação que apresente valor próprio como conjuntos arquitetônicos, monumentos, beleza, limpeza e visão panorâmica (como o caso da via expressa que liga a Zona Sul à Barra da Tijuca no Rio de Janeiro) pode contribuir para a imagem positiva do lugar turístico. O poder público municipal deve elaborar um plano mínimo de limpeza das ruas e arborização e paisagismo dos roteiros.

De acordo com Boullón (2003), as funções dos roteiros podem ser:

- traslado;
- passeio em veículo;
- passeio a pé.

Os roteiros de traslado são aqueles que devem ser percorridos para distâncias mais longas, como a que separam aeroportos, terminais rodoviários e entradas de cidades das zonas hoteleiras e turísticas. Os roteiros de passeio em veículo são aqueles que devem ser solucionados para compor o percurso de *city tours*, e os roteiros para pedestres são os que conectam os atrativos turísticos próximos e definem os circuitos dentro dos bairros.

O segundo conjunto de conceitos definido por Boullón (2003) para o planejamento turístico está relacionado à tipologia de paisagens urbanas, que não devem ser confundidas com os elementos discutidos anteriormente. Para compreender a diferentes paisagens urbanas, faz-se necessário compreender, dentro do processo de planejamento turístico, as seguintes variáveis:



- tipo de urbanização;
- nível socioeconômico das edificações (uso e forma);
- estilo arquitetônico;
- topografia;
- tipo de rua;
- tipo de pavimento;
- tipo de arborização e paisagismo.

A captação dos pontos focais de um lugar turístico origina a formação de um número equivalente de imagens fortes, que, ao correlacionar-se com a experiência do turista, permite elaborar uma síntese do espaço urbano, mesmo que essa seja fragmentada. Ao se relacionarem os pontos focais levando em conta as diferentes tipologias urbanas, pode-se criar uma imagem positiva com base no planejamento e organização das atividades e da sociedade receptora.

A elaboração de planos diretores que contemplem as especificidades do turismo é de fundamental importância para o desenvolvimento dessa atividade e geração de emprego e renda.

### **Instrumentos de planejamento urbano e turismo**

A discussão sobre a relação entre turismo e planejamento urbano é recente no Brasil, e poucos são os instrumentos específicos aplicados ao planejamento dessa atividade nos municípios brasileiros. Cruz (2001, p. 47) exemplifica essa situação da seguinte forma: “Embora o setor de viagens e turismo seja responsável por cerca de 10% do PIB mundial, a participação do Brasil nesse segmento não ultrapassa 0,5%, portanto o segmento turístico tem potencial para crescer e representar uma fonte significativa de emprego e renda em grande parte dos municípios brasileiros”. Os lugares competem entre si na disputa dos fluxos turísticos, e fazem-se necessárias a preparação e a organização dos municípios para essa competição.

Capaz de mobilizar grandes contingentes de pessoas, o turismo pode ser uma âncora para a atração de fluxos turísticos para localidades de todo porte (pequenos municípios até áreas metropolitanas). O turismo praticado no Brasil ainda está caracterizado pela sazonalidade das atividades, portanto o planejamento turístico deve criar estratégias para a criação e permanência de fluxos turísticos no transcorrer do ano. O planejamento estratégico mediante essa análise de fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças deve contemplar essa realidade.

Entre os recursos urbanos do turismo está o patrimônio cultural material, representado por centros históricos ou conjuntos arquitetônicos incrustados em meio à malha urbana de várias cidades brasileiras. Monumentos, igrejas, edifícios institucionais, comerciais ou residenciais, remanescentes arquitetônicos de diferentes momentos históricos, por si só, constituem os lugares turísticos brasileiros.

Os recursos do patrimônio cultural material interessa o turismo, pois representa uma possibilidade de diversificação da oferta turística do lugar. O turismo apropria-se desse patrimônio, promovendo a mercantilização dos espaços por meio da revitalização/ utilização desses pontos focais como produtos oferecidos aos turistas.

Vários são os exemplos desses projetos de revitalização urbana que criam guetos, espaços segregados em meio a malhas urbanas carentes de infra-estrutura e cercadas de pobreza. O turismo apropria-se desses recursos mudando o seu significado original. Há de se considerar o papel do turismo na preservação desses recursos em um país carente de iniciativas dessa ordem, porém não se pode também omitir a standardização do patrimônio e a segregação de populações residentes para outros bairros da cidade.

A tabela 1, elaborada a partir de dados do Ipea (2001), permite vislumbrar os instrumentos de planejamento e gestão dos municípios brasileiros e a quantidade de municípios que possuem e colocam em prática efetiva esses instrumentos.

<b>Tabela 01</b>				
<b>Planejamento e Gestão Urbana: principais instrumentos</b>				
Legislação	Sim	Não	S/informação	% Exist.
Plano plurianual de investimentos	4.444	1.039	23	80,71
Lei de diretrizes orçamentarias	5.147	340	19	93,48
Lei de orçamento anual	5.208	278	22	94,59
Plano de governo	1.962	3.522	22	35,63
Plano estratégico	353	5.118	35	6,41
Plano diretor	840	4.641	25	15,26
Lei do perímetro urbano	3.695	1.792	19	67,11
Lei do orçamento do solo	1.548	3.941	17	28,11
Lei de zoneamento ou equivalente	1.187	4.302	17	21,56
Legislação sobre áreas de interesse especial	481	5.008	17	8,74
Legislação sobre áreas de interesse social	452	5.031	23	8,21
Código de obras	2.219	3.273	14	40,30
Código de posturas	3.093	2.398	15	56,18

Fonte: IPEA (2001) – Base de dados municipais ano 1999.

Os principais instrumentos que têm interface com a atividade turística são o *plano plurianual de investimentos*, que permite a alocação de recursos para investimentos em infra-estrutura, financiamentos de projetos turísticos, capacitação de mão-de-obra e *marketing*, entre outros, o *plano estratégico* de desenvolvimento urbano, que deve conter em seu escopo metas e objetivos a serem alcançados para o desenvolvimento do turismo, o *plano diretor*, que permite a elaboração de diretrizes e é aliado à *lei de zoneamento*, que organiza espacialmente a atividade turística, e à *legislação sobre áreas de interesse especial*. Essa legislação define áreas prioritárias para a implantação de projetos e alocação de investimentos.

Dentro da visão do Ipea (2001, p. 12),

*Conforme a Constituição de 1988, além do Plano Diretor há muitos instrumentos de planejamento obrigatório para todos os municípios e que devem ser objeto de aprovação do legislativo municipal: o plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além destes instrumentos obrigatórios, outros planos (não obrigatórios) poderão ser elaborados, como planos setoriais para saúde, educação, etc., ou planos específicos para determinadas áreas urbanas em função das necessidades locais. É fundamental a coerência entre os diversos planos elaborados, e sua elaboração, execução e avaliação devem fazer parte de um processo ou de um sistema que possa ser continuamente aperfeiçoado no tempo. A participação no planejamento não só é uma obrigação constitucional como também condição fundamental para a permanência e eficácia do planejamento. No âmbito municipal a Constituição é explícita ao indicar “a cooperação das associações representativas no planejamento municipal” (artigo 29, X).*

Porém, ao se analisar a amplitude desses instrumentos em relação à quantidade de municípios brasileiros que efetivamente os possuem, verifica-se que o plano estratégico e o plano diretor ainda são instrumentos tímidos dentro do panorama brasileiro. A maioria dos municípios ainda não possui esses instrumentos, e se pode concluir que o turismo vai se expandindo sem critérios, em um contexto de ausência de planejamento, que pode levar aos caos urbano e social.

Segundo dados da Embratur (2002), existem no Brasil 2.024 municípios que efetivamente desenvolvem atividades turísticas, e grande parte desses municípios encontra-se localizada na região Nordeste do Brasil, em um contexto de precariedade de infra-estrutura física e mão-de-obra qualificada. Portanto, um dos atuais

desafios a serem superados pelo poder público no Brasil é o desenvolvimento de instrumentos específicos aplicados à atividade turística. Nota-se que os instrumentos de gestão e planejamento são de amplo espectro, não contemplando especificamente aspectos inerentes ao segmento turístico.

Além da criação de instrumentos, o efetivo cumprimento e implementação dos planos são aspectos a serem levados em consideração. Como afirma Pontual (2003, p. 4),

*Definições e objetivos, quando aplicados em situações concretas por formuladores, referenciam-se em modelos, modelos de cidades ideais, que, às vezes, ganham uma forma..... O modo de elaboração de um plano diretor com uma visão estratégica tem por pré-requisito o estabelecimento de um processo compartilhado entre os seus formuladores que conduza a explicitar alternativas, fazer escolhas, estabelecer prioridades e o estado desejável e factível para a cidade. Dessa forma, esse modo tem-se apresentado como uma ferramenta eficiente à realização de planos democráticos. Porém, por ser apenas um método, não assegura a participação efetiva da diversidade social presente na cidade. São os compromissos de um governante e de seu governo com os governados que conferem efetividade ao exercício da decisão compartilhada e responsável dos formuladores de um plano de cidade.*

Em relação à abrangências, os planos diretores podem ser de aspecto geral, ao tratar das diversas dimensões de uma sociedade – econômica, físico-ambiental, demográfica, social, política etc. –, sintetizado na palavra desenvolvimento. Entretanto, um plano pode ser setorial, ao tratar preponderantemente de uma dimensão técnica. Por exemplo: transportes, educação, saneamento básico, turismo.

É importante destacar que o segmento turismo tem um amplitude de segmentos e intervenções que beneficiam tanto turistas quanto moradores locais. Evidentemente, quando se tem conhecimento sobre a segregação do turismo e a equipe trabalha na perspectiva de superação dessa realidade.

Quanto à amplitude territorial, um plano pode ser circunscrito a uma só cidade – cidadão ou municipal – e pode ser de âmbito regional, compreendendo diversos limites físico-administrativos: metropolitano, microrregional e regional.

O consórcio de municípios, o estabelecimento de rotas e roteiros intermunicipais de turismo e o ordenamento territorial aplicado ao território dos estados, como, por exemplo, o Estado de Minas Gerais, que elaborou diversos caminhos

turísticos (roteiros) envolvendo diversos municípios, inclusive de outros estados, como o “Caminho do Ouro”, que interliga as cidades históricas de Minas Gerais a Parati, no Rio de Janeiro. Esse tipo de proposição é de suma importância para romper o isolamento do turismo em um único município ou região, colocando em prática os preceitos da Carta de Quito (1968), que estabelece o turismo como agente indutor de políticas de desenvolvimento regional.

Quanto à amplitude temporal, Pontual (2003, p. 4) diz que, “embora varie de acordo com o contexto citadino, é considerar o curto prazo (5 anos), o longo prazo (10 anos) e o indeterminado ou sem determinação de tempo para o alcance de objetivos e metas”.

### **Considerações finais**

A urbanização está associada à história moderna. As cidades representam os movimentos sociais por intermédio das imagens urbanas. Diferentemente das suas dimensões ou do papel que desempenham, as cidades se transformam de acordo com as necessidades e a dialética dos movimentos sociais e da política em âmbito local, regional e global. As transformações por que passam as cidades nem sempre atingem de forma positiva todos os seus moradores e usuários.

O planejamento e ordenamento territorial aplicado às questões urbanas contemplam também o segmento turístico. “O planejamento turístico é a busca conveniente dos meios existentes no espaço para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas” (Castrogiovani, 2000, p. 23).

A cidade não é construída por uma só pessoa, mas por um conjunto de grupos sociais com diferenças de comportamento, temperamento, ocupação profissional, origem étnica e, obviamente, interesses. Sendo uma representação do homem, essa organização representa e se mostra de acordo com o grau de organização e mobilização da sociedade que conduz o processo.

A visão do espaço como um fator da evolução social em conjunto com a territorialização das atividades fundamenta o estudo da produção do espaço pelo turismo. Diante do fato de que a sua implantação exerce efeitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de desenvolvimento urbano-regional. Portanto, este trabalho procurou estabelecer os vínculos entre conceitos básicos para a compreensão e leitura das cidades, como lugar, olhar e imagem, inserindo a discussão desses conceitos com os recursos do turismo urbano e os instrumentos de planejamento e gestão das cidades.

Analisando esse contexto, deve-se reconhecer que o desenvolvimento do turismo no Brasil, nos últimos anos, deve-se muito mais a programas e iniciativas isoladas do que a uma atuação coordenada e planejada que reflita claramente sobre os seus impactos e benefícios.

Diante do quadro que mostra os principais instrumentos e o ainda limitado número de municípios brasileiros que adotam efetivamente esses instrumentos de planejamento e gestão, chega-se à conclusão de que os governos, em suas diferentes instâncias, devem dinamizar estratégias de ação que contemplem a elaboração e o uso desses instrumentos em um processo dinâmico e cotidiano de planejamento.

Como nos diz Beni *apud* Castrogiovani (2000, p. 80),

*só assim poderão ser definidas políticas coerentes e realistas considerando as condicionantes geoeconômicas e geoestratégicas do país de suas regiões, bem como investigando e contemplando os múltiplos aspectos que compõem o fenômeno turístico. É justamente nessa intersetorialidade de ação conjunta e integrada que reside, até hoje, o obstáculo maior que vem inviabilizando uma atuação eficaz dos órgãos públicos de turismo no Brasil.*

Partindo do pressuposto de que, para o planejamento turístico, neste século em que o turismo é uma das atividades de maior movimentação de capital da economia global e de deslocamento humano, é primordial o entendimento de como o turismo se utiliza dos recursos do “olhar”, do “lugar” e das “imagens” e quais são os usos e as possibilidades decorrentes desse processo.

A valorização do lugar e de seus elementos formadores pela população local e a necessidade de investimentos no planejamento do turismo são essenciais para o desenvolvimento do turismo.

No texto “Os usos culturais da cultura – contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”, Meneses (1996, p. 89-95) discute a utilização dos elementos componentes da cultura pelo turismo e propõe três questões para o entendimento dessa questão.

*O primeiro entendimento* diz que “a cultura é o universo da escolha, da seleção, da opção. Portanto, a natureza das necessidades, nas sociedades humanas, não é dada integralmente pela natureza, mas instituída segundo contexto específicos e como decorrência de escolhas e seleções, produtos, conseqüências e, mais ainda, a possibilidade permanente de mudanças”.

*O segundo entendimento* diz que “o universo da cultura é historicamente criado, os sentidos e valores que o sustentam precisam ser explicitados, declarados, propostos”. Esses valores não nascem com o indivíduo, mas são decorrentes de uma ação social que, mediante os mecanismos de identificação, enculturação e aceitação, imprime padrões que são socializados pelo homem. Portanto, o entendimento do patrimônio é culturalmente produzido a partir de um contexto histórico e socializado a diferentes grupos humanos, porém esse processo não elimina o conflito, a desarmonia e a segmentação.

A atividade turística e o consumo dos bens culturais dela decorrentes são, portanto, criados historicamente, induzidos socialmente diante de um contexto específico de cada grupo social e o seu planejamento, e uso não é percebido na totalidade por todos os componentes do processo e inclusive pode produzir conflitos e tensões.

*A terceira proposição* de debate remete à questão de que o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo das relações sociais. Nesse contexto, “o chamado patrimônio cultural, portanto, para ser identificado e entendido, carece de conhecimento sobre os circuitos da produção e consumo de sentido e valor, em uma sociedade eminentemente capitalista”.

O patrimônio cultural, produto de consumo da indústria cultural (a indústria do turismo é uma das manifestações dessa realidade), utiliza-se desses recursos como mais um mecanismo de segregação e fragmentação do espaço. Portanto, “a lógica da separação também determina a existência de usos e funções culturais específicos, topicamente convenientes e apropriados e intransferíveis”.

O turismo estimula a existência e a reabilitação de sítios históricos, conjuntos arquitetônicos e monumentos, bem como a preservação de elementos da cultura imaterial mediante a transformação desses objetos em recursos recreacionais e culturais, que propiciam a transformação desses bens materiais e imateriais em *produtos* diferentemente apropriados pela sociedade em sua dinâmica.

A discussão sobre os usos culturais da cultura permite antever algumas respostas ao planejamento turístico. O primeiro problema é o da desterritorialização. Nessa perspectiva, um patrimônio da humanidade só terá significado quando funcionar como um patrimônio local, municipal ou regional.

O segundo problema levantado por Meneses (1996) é o que o turismo trabalha com a noção de um espaço da “fruição voyeurística”, ou seja, a criação do cenário, do espetáculo imprescindível para o consumo do produto sem mazelas, sem contradições. O espaço mercantilizado pelo turismo é desprovido de conflitos, portanto grande parte dos turistas não percebe as contradições visuais do espaço como a pobreza.

Dentro do processo de planejamento turístico, a redescoberta de sítios e cidades históricas estimula a transformação dessas cidades em cidades turísticas, criando novas formas de apropriação do espaço, alterando as características tradicionais, haja vista que o cenário está sendo produzido para o outro (o turista), tensionando a relação entre o visitante e o morador local.

Projetos integrados entre o poder público, iniciativa privada e população local levam a investimentos na recuperação de cidades e monumentos históricos e na geração de emprego e renda, dinamizando a economia e resgatando, na população local, a importância do ser humano consciente de seus valores e da qualidade de vida em uma sociedade. Para valorizar, deve-se conhecer e educar. O planejamento é imprescindível para a evolução, organização e manutenção da integridade do patrimônio cultural. Porém, a contradição também se faz presente nesse processo, podendo haver o efeito contrário, ou seja, a cidade se transformar em outra coisa que não é a sua essência, adquirindo o aspecto de cenário turístico e excluindo os moradores locais.

A atividade turística representa um mecanismo eficaz para a promoção do significado e de outras leituras que garantam a importância da legitimidade do lugar, além de promover a melhoria da qualidade de vida da população. Mas ocorre dessa maneira apenas quando o turismo é bem planejado e desenvolvido (monitorado). Nesse processo, vontade política e parcerias entre governo, instituições privadas e terceiro setor são fundamentais, além da participação intrínseca da comunidade.

O turismo, por ser uma atividade que interage e movimenta diversos setores da economia, influencia diretamente os segmentos socioeconômicos e culturais, necessitando ser direcionado a objetivos que se comprometam com o desenvolvimento do destino, ou seja, com o aperfeiçoamento dos serviços de infra-estrutura básicos, com o crescimento do nível de educação e de saúde, com o aprimoramento da mão-de-obra e do emprego e com programas de segurança pública, entre outros. Como nos diz Souza (2000, p. 21),

*o turismo, ao propiciar contatos massivos e prolongados entre populações às vezes muito desiguais, poderia e deveria conduzir a um aprendizado mutuamente enriquecedor e desvanecedor de preconceitos. Muitas vezes tem-se a sensação, porém, de que ele acima de tudo serve de ilustração para situações de choque e desfiguramento cultural e arrogância etnocêntrica. À medida que o turismo, em vez de simplesmente se ajustar a uma realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos (eventualmente até agravando esses problemas), contribuir, de algum modo, para minorar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento socioespacial.*



## Referências

- BARRETO, Margarida. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000.
- BOULLÓN, Roberto. *Ecoturismo sistemas naturales y urbanos*. Buenos Aires: Turísticas, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Planejamento do espaço turístico*. Florianópolis: Edusc, 2002.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Turismo em debate: ciclo de conferências*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto da cidade*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FERRARA, Lúcrecia D'Alesso. *Olhar Periférico*. São Paulo: Edusp, 1997.
- GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin; TYLER, Duncan. *Gestão de turismo municipal: teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos*. São Paulo: Futura, 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: análise dos instrumentos de gestão e planejamento urbano*. Brasília: IPEA/ Unicamp, 2001.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia (orgs). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PETROCHI, Mário. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 2000.
- PONTUAL, Virgínia. *Plano Diretor: conceitos e implantação*. Recife: UFPE, 2003 (mimeo).
- RODRIGUES, Ayr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RUS'CHAMNN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1999.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos*. São Paulo: Aleph, 2000.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo discutir o planejamento e ordenamento territorial do espaço turístico, um dos desafios que os municípios brasileiros tem de encarar diante da expansão do setor. Na tentativa de definição de um caminho de discussão a ser seguido, este trabalho irá se valer da discussão de três conceitos importantes para o entendimento do espaço turístico, respectivamente os conceitos de lugar, olhar e imagem, que são definidos e associados à teoria de Boullón para entendimento dos recursos do turismo em ambientes urbanos. Diante desse referencial teórico, será feito um cotejo com os instrumentos de gestão e planejamento urbano existentes no Brasil, assim como análise da aplicação desses instrumentos na perspectiva do turismo.

Palavras-chave: Lugar; Olhar; Imagem; Planejamento turístico.

### **Abstract**

The text aims at discussing the territorial planning of the tourist space, one of the challenges that brazilian counties must respond to in face of the growth of tourism. As an attempt to set a course of debate, this text relies on three important concepts for an acute understanding of the tourist space, that is, the concepts of place, perspectives and images, as defined and associated to the theory proposed by Boullón to assess tourist resources in urban environment. Departing from the theoretical references, an analysis of the instruments of urban planning and management, as existing in Brazil, and their application in the perspective of tourism.

Key words: Site; Perspective; Image; Tourist planning.

## **Resumen**

El texto discute el planeamiento y ordenamiento territorial del espacio turístico, uno de los más importantes retos a que los municipios brasilenos deben responder en face de la expansión del sector. Intentando definir una ruta de discusión, el texto considera tres conceptos importantes para el entendimiento del espacio turístico, o sea, los conceptos de sitio, mirada e imagen, como definidos en la teoría de Boullon para el entendimiento de los recursos de turismo en ambientes urbanos. Frente a este referencial teórico, son analizados los instrumentos de planeamiento y gestión urbana existentes en Brasil y la aplicación de los mismos bajo la perspectiva del turismo.

Palabras clave: Place; Mirada; Imagen; Planeamiento turístico.



**Jeferson Girardi**

*Especialista em Gestão de Pessoas - UPIS.  
Consultor do Programa das Nações Unidas.  
Mestrando em Psicologia - UnB.*

## ***Gestão baseada nas competências: um fator de vantagem competitiva***

O ritmo crescente das mudanças no mundo corporativo instiga o repensar dos ambientes organizacionais e as variáveis que os compõem. Esse contexto remete a uma discussão sobre modelos de gestão potencialmente eficazes à nova realidade, marcada pela evolução do conceito de pessoas nas organizações. Parte-se de uma configuração de estrutura organizacional rígida e piramidal em meados do século XX – na qual as pessoas eram vistas meramente como fatores de produção, com o objetivo de servir à tecnologia (apêndice da máquina) – para momentos organizacionais mais “humanos”, caracterizados por pensamentos que consideram fundamental a participação das pessoas, pois nelas reside o “capital maior” para o sucesso da organização – o conhecimento.

Conscientes da importância da qualificação de seus empregados/colaboradores ou ainda talentos humanos<sup>1</sup>, os dirigentes passaram a atribuir maior relevância à gestão estratégica de recursos humanos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de competências humanas ou profissionais<sup>2</sup>. O interesse pelo assunto estimulou a realização de vários estudos, dando origem a uma corrente teórica que propõe a gestão baseada nas competências<sup>3</sup>, como mecanismo para promover a vantagem competitiva e o sucesso organizacional.

### **O que é Gestão de Competências?**

Para que se possa entender melhor o modelo emergente, propõe-se o resgate dos conceitos essenciais do tema proposto. A expressão “competência” já era utilizada na Idade Média, como a “faculdade atribuída a alguém ou a uma instituição para apreciar ou julgar certas questões”. Tal termo pertencia essencialmente à linguagem jurídica. Os juristas declaravam que determinada corte ou indivíduo era “competente” para dado julgamento ou para realizar certo ato. Conseqüentemente, o termo veio a designar o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém se pronunciar a respeito de um assunto específico. Posteriormente, a expressão passou a ser utilizada de forma mais genérica, principalmente na linguagem corporativa, para “qualificar o indivíduo capaz de realizar determinado trabalho” (Isambert-Jamati, 1997)<sup>4</sup>.

A preocupação das organizações em contar com pessoas preparadas para o desempenho eficiente de dada função surge com o forte impacto da revolução industrial no início do século XX (1900-1950). As empresas da época procuravam aperfeiçoar em seus empregados as habilidades necessárias para o exercício de atividades específicas, restringindo-se basicamente às questões técnicas ligadas ao trabalho. Com o aumento da complexidade das relações de trabalho e com a contribuição das ciências sociais, principalmente a psicologia e a sociologia, passou-se a considerar os aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho.

Alguns autores, seguindo pressupostos da administração científica<sup>5</sup>, fazem alusão aos atributos necessários para o exercício de um cargo, considerando que o conteúdo dos cargos é relativamente estável e pode ser prescrito. Segundo Magalhães *et alii* (1997), em seu artigo “Desenvolvimento de Competências: o futuro agora!”, competência diz respeito ao “conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que credenciam um profissional a exercer determinada função”. Tal pensamento aproxima-se do que Bloom *et alii* (1979) denominam, na obra *Taxonomia de objetivos educacionais: domínio cognitivo*, de “capacidade”, ou seja, “a combinação de conhecimentos e habilidades – ou destreza – com vistas ao alcance de determinado propósito”. Ambos parecem restringir o conceito de competências às questões técnicas relacionadas ao trabalho e à especificação do cargo<sup>6</sup>.

A corrente francesa, que enfatiza a vinculação entre trabalho e educação, considera as competências como resultado da educação sistemática e destaca o aspecto fundamental de como as escolas enriquecem o repertório de habilidades dos indivíduos. Zarifian (1999), em sua obra *Objetivo competência: por uma nova lógica*, propõe uma definição centrada essencialmente na mudança de atitude social do homem em relação ao trabalho e à organização. Ele considera a competência como a tomada de iniciativa e de responsabilidade do trabalhador diante de situações profissionais – “é assumir responsabilidades diante de situações de trabalho complexas, [aliado] ao exercício sistemático de uma reflexividade<sup>7</sup> no trabalho”.

Há, ainda, autores que definem competência não apenas como um conjunto de qualificações que o indivíduo detém, mas também como o resultado ou efeito da aplicação dessas qualificações no trabalho. Nesse caso, o resultado alcançado, ou o desempenho do indivíduo no trabalho, representa, em última instância, a sua própria competência ou uma medida dessa. Também para Ropé & Tanguy (1997), na obra *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*, a idéia é que a “competência não pode ser dissociada da ação”. Segundo Le Boterf (1999), cada ação competente é produto de uma combinação de recursos, e é no saber mobilizar e aplicar esses recursos que reside a riqueza do profissional, ou

seja, sua competência. Por sua vez, Dutra *et alii* (1998) tratam a competência como “a capacidade de uma pessoa gerar resultados de acordo com os objetivos organizacionais, que se traduz tanto pelo resultado ou desempenho esperado quanto pelo conjunto de qualificações necessárias para seu alcance”.

Seguindo as chaves do aprendizado individual de Pestalozzi<sup>8</sup>, Durand (1998, 1999) propõe um conceito de competência baseado em três dimensões (conhecimentos, habilidades e atitudes), englobando aspectos cognitivos, técnicos, sociais e afetivos relacionados ao trabalho. Configura, assim, competência como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessários à consecução de determinado propósito. Segundo Durand (1999), conhecimento corresponde a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo, que lhe permitem “entender o mundo”, ou, de outra maneira, trata-se do saber que a pessoa acumulou ao longo da vida. A habilidade, por sua vez, está relacionada ao saber como fazer algo ou à capacidade de aplicar e fazer uso produtivo do conhecimento adquirido, ou, de outra forma, de instaurar informações e utilizá-las em uma ação, com vistas ao atingimento de um propósito específico. A atitude, terceira dimensão da competência, diz respeito aos aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho. Contribuem para o complemento desse conceito Gagné *et alii* (1988) – “atitudes são estados complexos do ser humano que afetam o comportamento em relação a pessoas, coisas e eventos, determinando a escolha de um curso de ação pessoal”. Segundo esses autores, as pessoas têm preferências por alguns tipos de atividades e mostram mais interesse por certos eventos do que por outros. O efeito da atitude é justamente ampliar a reação positiva ou negativa de uma pessoa, sua predisposição em relação à adoção de uma ação específica. Em outros termos, é a determinação, o interesse, o querer fazer algo.

Ao abordar as duas primeiras dimensões do seu modelo (conhecimentos e habilidades), Durand utiliza a estrutura de análise do conhecimento sugerida por Sanchez (1997) e esclarece que a habilidade refere-se ao saber “como fazer” algo dentro de um determinado processo (*know-how*), enquanto o conhecimento diz respeito ao “saber o que e por que fazer” (*know-what; know-why*), ou seja, à compreensão do princípio teórico que rege esse processo e seu propósito.

Essas três dimensões da competência são interdependentes, uma vez que, para a exposição de uma habilidade, por exemplo, presume-se que o indivíduo conheça princípios ou técnicas específicas. Da mesma forma, a adoção de um determinado comportamento no trabalho exige da pessoa, não raras vezes, a detenção não apenas de conhecimentos, mas também de habilidades e atitudes apropriadas. Durand (1999)

acrescenta que o desenvolvimento de competências se dá por meio da aprendizagem individual e coletiva, envolvendo as três dimensões do modelo, isto é, pela assimilação de conhecimentos, aquisição de habilidades e internalização de atitudes relevantes à consecução de determinado propósito ou à obtenção de alto desempenho no trabalho.

### **Competências – uma abordagem interpretativa**

Conforme Sandberg (2000), desde a época de Taylor, busca-se identificar e descrever os conhecimentos e habilidades humanas essenciais para o trabalho, levando em consideração princípios racionalistas de orientação no trabalhador, no trabalho e orientação multimétodos<sup>9</sup>.

O foco no trabalhador percebe a competência como o conjunto de atributos (conhecimentos, habilidades e atitudes), além de características pessoais necessárias para uma *performance* eficaz no trabalho.

A perspectiva de orientação no trabalho traz a idéia da realização de um levantamento de atributos pessoais necessários para desenvolver determinada atividade, os quais são descrições mais detalhadas e completas do que constitui uma competência.

O princípio racionalista de orientação multimétodos também considera a competência como um conjunto de atributos, mas aqui é utilizado um método mais abrangente que procura superar as críticas dos modelos anteriores (generalização excessiva, insuficiência das listas de atividades). Nesse caso, busca-se relacionar descrições de atributos pessoais com atividades de trabalho.

As abordagens racionalistas são baseadas em dois pressupostos – a ontologia dualista<sup>10</sup> e a epistemologia objetivista<sup>11</sup>. A operacionalização racionalista dos atributos em medidas quantitativas resulta, geralmente, em descrições abstratas, restritas e simplificadas, não representando de forma adequada a complexidade da competência no desempenho do trabalho.

O autor propõe uma abordagem alternativa que visa a proporcionar uma visão holística<sup>12</sup> do conceito de competência – a abordagem interpretativa. A principal característica da pesquisa interpretativa é a percepção de que o mundo e as pessoas estão relacionados e o resultado dessa interação depende da experiência de vida das pessoas. Nesse caso, a competência configura-se como “constituída do significado que o trabalhador lhe dá com base em sua experiência de trabalho” (Sandberg, 2000).

De acordo com a abordagem interpretativa, os atributos utilizados na realização do trabalho não são independentes do seu contexto, são situacionais, contextualizados. Isso significa que os atributos utilizados em um trabalho específico adquirem dependência do contexto, a partir da forma como as pessoas realizam o trabalho.



Segundo Sandberg *apud* Brown & Duguid (1991), a maneira como as pessoas efetivamente realizam seu trabalho difere fundamentalmente das formas como as organizações descrevem o trabalho em seus manuais, programas de treinamento, desenhos organizacionais e descrições de tarefas.

À medida que as pessoas estruturam os seus trabalhos, os atributos utilizados para desempenhar as suas tarefas não estão separados de suas experiências, e sim internamente relacionados com o trabalho por meio de suas formas de estruturar as situações específicas de trabalho. As formas como as pessoas vivenciam o trabalho são mais importantes para as suas competências do que os atributos em si. Os atributos não têm significado fixo, mas adquirem o significado por meio da forma específica como o trabalho é concebido.

Deve-se prestar atenção na discussão do termo “competência” não apenas no plano individual, mas também coletivo. Alguns autores elevam o conceito de competência à equipe de trabalho, ou mesmo à organização como um todo. Zarifian (1999) sustenta que não se deve desconsiderar a dimensão da equipe no processo produtivo. Para esse autor, em cada grupo de trabalho se manifesta uma competência coletiva que é maior que a simples soma das competências de seus membros. Isso porque há um efeito de sinergia entre as competências individuais de seus componentes. Durand (1999) também chama atenção para esse aspecto, ao comentar que crenças e valores compartilhados e outras relações sociais existentes no âmbito do grupo influenciam sobremaneira a conduta e o desempenho de seus integrantes.

Diante dessa abordagem, é possível classificar competências como humanas ou profissionais (aquelas relacionadas ao indivíduo ou à equipe de trabalho) e organizacionais (aquelas que dizem respeito à organização como um todo ou a uma de suas unidades produtivas). Ressalta-se que o conjunto de competências profissionais, aliado aos processos e outros recursos, dão origem e sustentação à competência organizacional.

### **Uma classificação de competências**

Conforme Sparrow & Bognanno (1994), considerando-se a relevância das competências humanas, profissionais ou organizacionais ao longo do tempo e as repercussões das inovações tecnológicas no trabalho, pode-se classificar as competências em quatro categorias: 1) Emergentes – são competências que não eram relevantes até então, mas a orientação estratégica da organização e o desenvolvimento tecnológico as enfatizarão em um futuro próximo. Ex.: domínio de idiomas estrangeiros, capacidade de navegar na internet e autoge-

renciamento da carreira. 2) Declinantes – competências que constituíram parte da empresa em um passado recente, mas se tornarão cada vez menos importantes devido a mudanças na estratégia ou na tecnologia. Ex.: capacidade de datilografar e de exercer controle burocrático. 3) Estáveis ou Essenciais – competências fundamentais para o funcionamento da organização, que permanecem relevantes ao longo do tempo. Ex.: raciocínio lógico e capacitações ligadas ao negócio da empresa. 4) Transitórias – competências que, embora essenciais em momentos críticos de transição, não estão diretamente relacionadas ao negócio da organização. Ex.: capacidade de conviver com a incerteza, administrar o *stress* e trabalhar sob pressão.

Ao utilizar-se dessa tipologia para identificar e mapear as competências necessárias ao sucesso organizacional, torna-se possível gerenciá-las, direcionar os esforços e recursos da organização não apenas para a manutenção das competências consideradas essenciais, mas também para o desenvolvimento daquelas tidas como emergentes. Com o propósito de atender a essa demanda, surgem modelos de gestão baseada nas competências<sup>13</sup> (ou simplesmente gestão de competências) e gestão por competências<sup>14</sup>. A primeira pode incluir ou não o conceito de gestão por competências, dependendo da organização e suas estratégias para alcançar vantagem competitiva.

Diversas organizações têm recorrido à utilização de modelos de gestão de competências para planejar, captar e desenvolver, nos diferentes níveis corporativos, as competências necessárias à consecução de seus objetivos. Ienaga (1998) sugere um modelo de gestão de competências denominado “lacuna de competências”. Tal procedimento constitui basicamente no mapeamento de lacuna (*gap*)<sup>15</sup> de competências da empresa, isto é, a identificação, a partir da intenção estratégica da organização, da discrepância entre as competências necessárias ao alcance dos objetivos organizacionais e as competências internas disponíveis. A partir do mapeamento das lacunas de competência, torna-se possível planejar e implementar ações de captação e/ou desenvolvimento de competências que possam eliminar ou pelo menos minimizar essa lacuna.

Assim, algumas organizações, na identificação das competências humanas relevantes ao alcance dos objetivos corporativos, enfatizam aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho. Outras privilegiam habilidades técnicas e/ou procuram considerar todas as variáveis que impactam o desempenho do indivíduo no trabalho. Na tentativa de melhor conduzir os esforços da equipe, surgem modelos de gestão baseada nas competências com as particularidades de cada realidade organizacional.

## Modelos de gestão de competências

Spencer & Spencer (1993), por exemplo, com base em trabalhos de consultoria organizacional por eles realizados, em pesquisas sobre o ambiente empresarial americano e sua força de trabalho, bem como nas tendências econômicas e tecnológicas, elaboraram uma “matriz de competências profissionais” que consideram importantes para executivos, gerentes e empregados das “organizações do futuro”. Esses autores afirmam que tais competências representam capacitações pessoais (qualidade de ser capaz de fazer algo) que podem ser identificadas, desenvolvidas e mensuradas no ambiente de trabalho, sendo relevantes para ajudar as pessoas, organizações e sociedades a serem mais produtivas, eficazes e a vencer os desafios do próximo milênio. De acordo com a matriz desenvolvida pelos autores, os profissionais executivos deverão apresentar as seguintes competências: a) pensamento estratégico (*strategic thinking*): capacidade de perceber tendências de mudança no ambiente, oportunidades de mercado, ameaças, forças e fraquezas da organização, bem como de identificar a resposta estratégica necessária; b) liderança para mudar (*change leadership*): capacidade de comunicar a estratégia organizacional, estimular o envolvimento e o comprometimento dos *stakeholders* (empregados, acionistas, fornecedores e clientes), estimular a inovação contínua e direcionar esforços para implementação freqüente de mudanças; c) gestão de relacionamentos (*relationship management*): capacidade de estabelecer relacionamentos e influência sobre aqueles cuja cooperação é necessária para o sucesso organizacional (governo, consumidores, fornecedores, legisladores, sindicatos e grupos de interesse, dentre outros).

Aos profissionais gerentes, as competências consideradas importantes são: a) flexibilidade (*flexibility*): capacidade de alterar processos e estruturas gerenciais para implementação de estratégias de mudança organizacional; b) gerenciamento de mudanças (*change implementation*): capacidade de comunicar as necessidades de mudança organizacional, implementar e gerenciar mudanças, incluindo comunicação, treinamento e implantação de processos facilitadores; c) inovação empreendedora (*entrepreneurial innovation*): motivação para inovar em produtos, serviços e processos; d) entendimento interpessoal (*interpersonal understanding*): capacidade de entender e avaliar as contribuições dos outros; e) fortalecimento da equipe (*empowering*): capacidade de partilhar informações e idéias, estimular o desenvolvimento profissional da equipe, delegar e motivar empregados a assumir maiores responsabilidades, retribuir melhorias de desempenho, expressar expectativas com relação aos subordinados e dar *feedback*; f) facilitação de

propósitos (*team facilitation*): capacidade de gerenciar equipes para atingir um objetivo comum, incluindo estabelecer metas e papéis para os membros, estimular a participação e mediar conflitos; g) adaptabilidade e gestão da cultura (*portability*): capacidade de adaptar-se rapidamente a mudanças para ambientes estrangeiros, incluindo o entendimento, interpretação e adaptação à cultura local.

E, finalmente, aos níveis considerados mais operacionais, a “matriz de competências importantes” contempla: a) flexibilidade (*flexibility*): predisposição para entender mudanças mais como oportunidades que como ameaças; b) motivação para pesquisa e capacidade de aprender (*information-seeking motivation and ability to learn*): entusiasmo por oportunidades de aprendizado de novas técnicas e habilidades pessoais; c) motivação para realização (*achievement motivation*): ímpeto pela inovação e aperfeiçoamento contínuos; d) trabalho sob pressão e administração do *stress* (*work motivation under time pressure*): capacidade de administrar o *stress* e trabalhar sob a demanda crescente de novos produtos e serviços; e) colaboração (*collaborativeness*): capacidade de cooperar com colegas em equipes multidisciplinares, incluindo relacionamento interpessoal, comprometimento organizacional e adoção de expectativas positivas em relação aos outros; f) orientação para o cliente (*customer service orientation*): genuíno desejo de “ser útil” aos outros, incluindo a capacidade de identificar e suprir as necessidades dos clientes.

### **O exemplo de gestão de competências em uma empresa privada**

Outro importante exemplo de gestão baseada nas competências é o da empresa britânica British Petroleum (BP), que utiliza o modelo como parte de sua estratégia corporativa. Em 1990, a direção da empresa iniciou um processo de reestruturação organizacional, desenvolvendo um modelo de gestão de competências para disseminar novos valores e práticas e estimular o corpo gerencial a atuar como protagonista no processo de mudanças Sparrow & Bognanno (1994). Esse modelo teve como objetivo inicial identificar e desenvolver um repertório de competências profissionais consideradas relevantes para o contexto da empresa, para melhoria do desempenho organizacional e para a implementação de uma nova estratégia corporativa.

Para identificar tais competências, a BP valeu-se de dois métodos de investigação: entrevista a especialistas e realização de *focus groups*<sup>16</sup> com a participação de funcionários de diferentes níveis e segmentos da organização. A pesquisa permitiu a identificação de quatro grupos de competências, constituídos a partir de um repertório de mais de 60 comportamentos observáveis no trabalho, considerados essenciais para o sucesso da empresa. Esse repertório foi intitulado *OPEN competencies*:

- *Open thinking*: flexibilidade intelectual, mente aberta;
- *Personal impact*: impacto pessoal, autoconfiança, disposição para a ação;
- *Empowering*: autonomia, orientação para o desenvolvimento e realizações;
- *Networking*: orientação para o estabelecimento de redes de relacionamentos.

Em seguida, a empresa traduziu e customizou esses indicadores comportamentais para ajustá-los às diferenças culturais dos países em que atuava. Foram realizados testes de validação que comprovaram que as *OPEN competencies* eram capazes de atravessar barreiras culturais e serviam aos propósitos da BP. Assim, o modelo foi institucionalizado, estimulando as pessoas, em diferentes países, a desenvolver as competências necessárias à consecução dos objetivos organizacionais e atuar como protagonistas no processo de reestruturação da empresa.

A abordagem foi aplicada, também, para orientar a gestão de pessoal, em especial as políticas de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, gestão de carreira e de desempenho, integrando os subsistemas de recursos humanos à nova estratégia corporativa.

### **É possível aplicar o modelo em instituições educacionais?**

O Kirtland Community College, uma instituição universitária americana, desenvolveu projeto intitulado The General Education Core Competencies (Competências Essenciais para a Educação Geral). Por meio dele, procurou identificar uma série de competências consideradas fundamentais para a formação geral do indivíduo. Tais competências foram definidas inicialmente mediante discussões entre os docentes e, depois, submetidas à apreciação de pais, alunos, empresários e outros representantes da comunidade. Pessoas anônimas também puderam discutir e enviar seus comentários e sugestões pela Internet.

As competências essenciais identificadas pelos grupos foram as seguintes: a) estética (*aesthetics*): capacidade de apreciar a beleza e entender as muitas formas de expressão da arte e como elas influenciam a cultura; b) comunicação (*communication*): capacidade de comunicação escrita e oral, clara e segura, em público, pequenos grupos e contextos interpessoais; c) conhecimentos e habilidades em informática (*computer literacy*): capacidade de utilizar computadores, incluindo habilidades com teclado, *mouse*, conhecimento e operação de *softwares*, entre outros; d) criatividade (*creative thinking*): pensar de forma criativa, incluindo a solução de problemas com originalidade; e) análise crítica (*critical thinking*): capacidade de reconhecer, analisar, avaliar, sintetizar e utilizar informações eficientemente; f) ética (*ethics*): capacidade de entender os

princípios do certo e do errado e apreciar a importância da conduta ética; g) consciência global e cultural (*global & cultural awareness*): capacidade de desenvolver uma consciência da diversidade cultural e tolerância a outras raças e culturas; h) cidadania (*government*): capacidade de entender o processo de governo, em todos os níveis, incluindo a importância de participar de processos eleitorais e exercer os direitos e responsabilidades do cidadão; i) história (*history*): capacidade de entender como diferentes culturas e sociedades têm influenciado o desenvolvimento da civilização ocidental, bem como os principais períodos e eventos históricos; j) ciências humanas (*humanities*): capacidade de entender e apreciar a importância das ciências humanas no desenvolvimento do indivíduo, incluindo a literatura, a filosofia, as artes e outras disciplinas; k) informação (*information literacy*): capacidade de localizar a informação de que necessita e utilizá-la eficientemente; l) habilidades pessoais (*life skills*): capacidade de trabalhar e solucionar problemas com autonomia, atuar de forma cooperativa em diferentes grupos e comunidades, administrar o tempo, ter higiene, cuidar da saúde, manter relacionamentos e reconhecer a importância do aprendizado e do autodesenvolvimento; m) matemática (*mathematics*): ter conhecimento de princípios e operações matemáticas, sistemas de medida, gráficos, tabelas e funções, bem como ser capaz de entender, interpretar e resolver problemas reais por intermédio da matemática; n) ciências naturais (*natural science*): capacidade de compreender os métodos científicos e de perceber como a ciência contribui para o desenvolvimento do homem; o) ciências políticas (*political science*): capacidade de compreender sistemas políticos, história política, formas de participação em um regime democrático e como a política afeta o cotidiano das pessoas; p) leitura (*reading*): habilidades de leitura, compreensão e interpretação de textos, incluindo conhecimento do significado das palavras, identificação das principais idéias e realização de inferências, deduções e conclusões; q) ciências sociais (*social science*): capacidade de entender comportamentos humanos, papéis sociais, personalidade e diversidades culturais; r) tecnologia (*technology*): possuir conhecimentos sobre tecnologia, inclusive dos princípios aplicados, e ser capaz de utilizar tecnologias (calculadoras, computadores, ferramentas e outros equipamentos); s) escrita (*writing*): capacidade de produzir uma escrita clara, coerente, gramaticalmente correta e apropriada para cada propósito e público.

As competências anteriormente descritas foram consideradas relevantes para a educação geral do cidadão, independentemente da profissão, ramo de atuação ou contexto profissional, sendo utilizadas pelo Kirtland para revisar os conteúdos programáticos e enfoques dos diversos cursos que oferece, servindo como referência para a criação de novos treinamentos (Giacobazzi, 1997; Kirtland Community College, 1999).

## Gestão de competências em organizações não-governamentais

O Management Charter Initiative (MCI), que também utiliza a noção de competência em sua estratégia, é uma organização não-governamental, mantida por contribuições de associados e subvenção do governo britânico, destinada à pesquisa, formação e desenvolvimento profissional, particularmente o desenvolvimento gerencial baseado na competência, para benefício de organizações e indivíduos.

A partir de pesquisa realizada junto a cerca de 4 mil gerentes de sucesso que atuavam em diferentes setores da economia européia e com base no pressuposto de que algumas competências e padrões de desempenho são comuns ao segmento gerencial, o MCI identificou sete papéis-chave para esse segmento profissional: gerenciar atividades, recursos, pessoas, informações, energia, qualidade e projetos.

Visando a prover orientação e suporte a profissionais e organizações na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento gerencial baseadas na competência e, dessa forma, aumentar a competitividade da economia britânica, o MCI oferece uma série de publicações, nas quais descreve a melhor forma de desempenhar cada papel-chave, permitindo ao leitor avaliar seu desempenho, identificar lacunas de competência e adotar ações de autodesenvolvimento para eliminar as lacunas.

As publicações apresentam uma série de competências relacionadas ao desempenho de cada papel-chave, descritas em diagramas com palavras-chave, conceitos, critérios de desempenho, conhecimentos requeridos, evidências de *performance* e competências pessoais exigidas: a) elemento de competência: planejar a implementação de mudanças em atividades; b) palavras-chave/conceito: para planejar a implementação de mudanças em atividades, faz-se necessário considerar todos os atores e aspectos envolvidos e planejar as mudanças, identificando possíveis obstáculos e respectivas estratégias para superá-los; c) padrão de desempenho: planejar a implementação de mudanças em atividades de forma detalhada, compreensiva, acurada e consistente com os objetivos organizacionais; d) conhecimentos requeridos: envolvimento e motivação – saber como obter o comprometimento de pessoas em processos de mudança; e) planejamento: conhecer técnicas e a importância do planejamento para a gestão de mudanças; f) evidências requeridas: faz-se necessário ao gestor provar que é capaz de planejar a implementação de mudanças em atividades, de acordo com os padrões de desempenho requeridos. Exemplos de evidências: produtos ou resultados – planos de implementação; g) competências pessoais exigidas: gerenciar a si próprio – lidar com a emoção/sentimento dos outros sem envolver-se pessoalmente.

Para o MCI, competências pessoais são habilidades e atitudes consideradas essenciais para o desempenho eficaz no trabalho, descritas em termos de comportamentos que podem ser observados e mensurados.

No exemplo descrito anteriormente, a capacidade de “gerenciar a si próprio – lidar com a emoção/sentimento dos outros sem envolver-se pessoalmente” – foi identificada pelo MCI como uma competência pessoal necessária para o desempenho eficaz do papel-chave de gerenciar atividades. Essa abordagem aproxima-se de um modelo de análise e descrição de cargos (incluindo análise, descrição, especificação e estabelecimento de padrões de desempenho), específico para o segmento gerencial. O MCI identificou ao todo 10 grupos de competências pessoais relevantes para o desempenho eficaz dos papéis-chave da gerência: 1) Agir assertivamente (*acting assertively*): a) assumir a responsabilidade pessoal para fazer as coisas acontecerem; b) dizer “não” para demandas não pertinentes; c) assumir o controle sobre situações e eventos; d) agir com segurança e sem hesitação frente a desafios; e) assumir papel de liderança ao tomar uma iniciativa ou decisão; f) deixar claros a sua posição e pontos de vista em situações de conflito; manter crenças, compromissos e esforços, mesmo em situações de demora ou oposição. 2) Agir com ética (*behaving ethically*): a) elaborar objetivos e criar uma cultura ética; b) identificar os interesses dos *stakeholders* e suas implicações para a organização e para os indivíduos; c) identificar claramente as responsabilidades éticas relevantes para a organização; d) trabalhar com vistas à resolução de dilemas éticos; e) resistir às pressões dos sistemas organizacionais que visem a obter resultados por quaisquer meios; f) acatar as leis e normas, bem como os códigos profissional e organizacional; mostrar integridade e justiça nas tomadas de decisão. 3) Agir estrategicamente (*acting strategically*): a) compreender como a organização interage com o ambiente externo; b) construir um visão de futuro claramente definida; c) definir metas e ações para atingir os objetivos estratégicos da organização; d) aproveitar as oportunidades que surgem para alcançar metas ou atender às necessidades de longo prazo da organização; suprir as necessidades da organização. 4) Comunicar (*communicating*): a) identificar a informação necessária aos ouvintes; b) adotar estilos de comunicação apropriados à situação e à audiência; utilizar recursos de comunicação variados para reforçar pontos e manter o interesse dos ouvintes; c) apresentar idéias e problemas desafiadores de forma a promover o desenvolvimento e a compreensão; d) estimular a audiência a fazer perguntas, ou parafrasear afirmações, para clarificar o seu entendimento; e) ouvir atentamente, formular questões, clarificar pontos e verificar o entendimento mútuo; f) dar *feedbacks*; verificar a compreensão dos ouvintes por meio de questionamentos e interpreta-



ções de sinais não-verbais. 5) Desenvolver equipes (*building teams*): a) manter as pessoas informadas sobre planos e processos; b) definir com clareza o que se espera dos outros em termos de desempenho; c) comunicar de forma a gerar entusiasmo e comprometimento; d) construir relacionamentos com os outros; e) apoiar os outros; dar *feedback* para aperfeiçoar o desempenho das pessoas; f) demonstrar respeito pelas opiniões e ações de outras pessoas; demonstrar sensibilidade diante das necessidades e sentimentos de outras pessoas; g) encorajar e estimular os outros a fazer o melhor uso de suas habilidades; h) usar o poder e a autoridade de forma justa e equilibrada; i) convidar os outros para contribuir no planejamento e organização do trabalho; j) estabelecer metas ao mesmo tempo desafiadoras e factíveis; avaliar o engajamento individual em determinada ação; utilizar técnicas diversas para fortalecer a motivação e a produtividade; identificar e remover as causas de conflitos e resistências. 6) Focar resultados (*focusing on results*): a) manter o foco em resultados; resolver problemas e aproveitar oportunidades; b) procurar fazer as coisas da melhor maneira possível; perceber mudanças como oportunidades de melhoria; c) monitorar a qualidade e o andamento do trabalho; d) estabelecer e comunicar expectativas de desempenho; e) planejar o trabalho para melhor aproveitamento de tempo e recursos; f) focar a atenção pessoal em detalhes críticos para o sucesso de uma ação; g) definir metas para si e para os outros; h) fixar objetivos em situações incertas e complexas; i) fixar metas para si próprio e para os demais; empenhar-se para identificar e minimizar barreiras à excelência. 7) Gerenciar a si próprio (*managing self*): a) assumir a responsabilidade pela satisfação de suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional; b) buscar *feedback* sobre o desempenho para identificar pontos fortes e fracos; aprender a partir dos próprios erros e dos erros de outras pessoas; c) modificar o comportamento conforme de *feedback*; refletir sistematicamente sobre o próprio desempenho e modificá-lo quando necessário; desenvolver-se para satisfazer às necessidades de mudança; d) transferir aprendizagem de uma para outra situação; e) aceitar críticas sem atitude defensiva; f) manter a calma em situações difíceis e incertas; lidar com as emoções e sentimentos dos outros sem envolver-se pessoalmente. 8) Influenciar pessoas (*influencing others*): a) apresentar-se positivamente; b) compreender a cultura da organização e agir de acordo com ela ou influenciando-a; c) criar e utilizar diferentes estratégias para influenciar pessoas; desenvolver relacionamentos e obter apoio e recursos. 9) Pesquisar informações (*searching for information*): a) procurar informações em múltiplas fontes; b) erificar a validade e confiabilidade das informações; c) estabelecer redes de informação para pesquisar e obter dados relevantes; d) fazer o melhor uso dos recursos de informação existentes; estimular ativamente

a livre troca de informações. 10) Refletir e tomar decisões (*thinking and taking decisions*): a) dividir os processos em tarefas e atividades; identificar a cadeia de elementos e perspectivas de uma situação; identificar implicações, conseqüências ou relações causais em uma situação; b) tomar decisões realistas para cada situação; c) utilizar sua própria experiência e a dos outros para identificar problemas e compreender situações; produzir uma variedade de opções antes de tomar uma decisão; d) desenvolver idéias próprias a partir da experiência e da prática; perceber o significado de eventos e dados que não estejam explicitados; tomar decisões em situações de incerteza ou com base em informações incompletas e exíguas; e) equilibrar intuição e lógica na tomada de decisão; f) conciliar e utilizar perspectivas variadas quando analisar uma situação; g) identificar um rol de elementos e perspectivas comuns em uma situação; fazer uso de uma variedade de idéias para explicar as ações, necessidades e motivos das pessoas.

A abordagem utilizada pelo MCI associa diretamente a competência à noção de desempenho. Essa particularidade pode ser percebida, também, no modelo de gestão de competências adotado pelo National Westminster Bank – NatWest, banco britânico que utiliza a noção de competência em sua estratégia de desenvolvimento de recursos humanos. O Natwest Bank, a partir de investigação realizada por Schroder *apud* Cockerill (1994), da University of South Florida, identificou e testou a validade de 11 competências gerenciais, descritas em termos de comportamentos observáveis e mensuráveis no trabalho, relevantes à obtenção de alta *performance* em ambientes dinâmicos e turbulentos. São elas: 1) busca de informação (*information search*): trabalhar com diversos tipos de informações e usar ampla variedade de fontes para subsidiar o processo decisório; 2) construção de conceitos (*concept formation*): construir estruturas ou modelos, elaborar conceitos, hipóteses e idéias com base na informação; ter consciência dos padrões, tendências e relações de causa efeito; 3) flexibilidade conceitual (*conceptual flexibility*): identificar alternativas factíveis e múltiplas opções no planejamento e na tomada de decisões; 4) busca interpessoal (*interpersonal search*): usar questões abertas e paráfrases para compreender idéias, conceitos e sentimentos dos outros; perceber os eventos, problemas e oportunidades a partir da perspectiva dos outros; 5) gestão de equipes (*managing interaction*): envolver os outros e ser capaz de montar equipes cooperativas nas quais os membros se sintam valorizados e fortalecidos; 6) orientação para o desenvolvimento (*developmental orientation*): criar um clima positivo em que as pessoas estejam conscientes de seus pontos fortes e limitações; providenciar orientação, treinamento e outros recursos para elevar a *performance*; 7) impacto pessoal (*impact*): usar uma variedade de métodos (argumentos persuasivos, modelos

de comportamento, símbolos e alianças) para obter apoio para suas idéias, valores e estratégias; 8) autoconfiança (*self-confidence*): manter sua posição em determinados temas; tomar decisões sem hesitar e demonstrar confiança no sucesso de suas ações; 9) apresentação de idéias (*presentation*): apresentar idéias com clareza; despertar o interesse nos outros para que possam compreender o que está sendo comunicado; usar com eficácia recursos técnicos, simbólicos e visuais; 10) orientação proativa (*proactive orientation*): estruturar os trabalhos; implementar planos e idéias; assumir a responsabilidade por todos os aspectos da situação; 11) orientação para realização (*achievement orientation*): possuir elevados padrões de desempenho; estabelecer metas ambiciosas e factíveis, visando a maximizar resultados.

Após a implementação de um modelo de gestão baseado nessas 11 competências gerenciais, o Natwest realizou ampla análise dos resultados, em centros de avaliação de desempenho e de auto-avaliações, submetendo questionários a executivos, pares e subordinados. Os resultados dessa investigação indicaram, de forma significativa, que altos níveis de *performance* eram atingidos quando os gerentes utilizavam tais competências (Cockerill, 1994).

Os modelos de gestão de competências adotados pelo MCI e pelo Natwest explicitam o caráter de interdependência entre a noção de competência e a noção de desempenho. Conforme comentado anteriormente, Ropé & Tanguy (1997) e Le Boterf (1999), entre outros, reforçam essa particularidade, ao afirmar que a competência não pode ser compreendida de forma dissociada da ação. Isso porque o desempenho do indivíduo no trabalho (decorrente de uma ação ou esforço) representaria, em última instância, uma expressão da sua própria competência.

### **Não existe uma receita**

Embora sejam vários os modelos de gestão baseada nas competências, não há “receitas” válidas para todas as situações, e não é tarefa fácil identificar competências, sobretudo, quando a competição global se intensifica, novas tecnologias proliferam e a experiência passada não garante a competência futura. Cabe a cada gestor, como conhecedor de sua organização e do mercado em que atua, realizar o mapeamento de competências para que consiga apresentar diferencial competitivo e alcançar os objetivos almejados.

Parece que as recentes transformações ocorridas no mundo do trabalho, que colocam tão em voga questões como competência, desempenho e empregabilidade<sup>17</sup>, não decorrem de uma simples fatalidade, mas sim da opção por um modelo

de organização produtiva apoiado em conquistas tecnológicas e econômicas e no processo de globalização de mercados. De fato, a adoção desse modelo parece agravar os problemas de ordem social existentes, visto que pode conduzir o trabalhador à insegurança no emprego e, não raras vezes, a efeitos excludentes e marginalizadores (Casali *et alii*, 1997). Embora não seja pretensão deste ensaio ater-se à discussão sobre a eventual perversidade do modelo de organização do trabalho hegemônico no mundo, ou mesmo buscar alternativas para solução dos problemas sociais dele advindos, vale ressaltar o ponto de vista de alguns autores que abordam a noção da competência sob um enfoque crítico.

Alerta-se para a possibilidade de os modelos de gestão baseados em conceitos como o de competência e desempenho serem utilizados para objetivação e individualização do trabalho, reforçando, assim, o controle psicossocial da organização sobre o trabalhador (Hirata & Spink, 1997). Segundo Pagès *et alii* (1993), a objetivação refere-se ao processo de traduzir, em termos quantitativos, o desempenho ou as competências do indivíduo, a fim de estimar o valor de sua contribuição pessoal para a consecução dos objetivos organizacionais. A individualização, por sua vez, nada mais é que o reforço ao individualismo como estratégia para evitar a mobilização de trabalhadores em torno de reivindicações coletivas.

As organizações percebem, como vantagem do enfoque da competência, a possibilidade de concentrar a atenção sobre uma pessoa, e não sobre o posto de trabalho (Hirata, 1997). A autora afirma que talvez esse seja justamente o maior risco, pois a utilização do conceito remete, sem mediações, a um sujeito, à individualização do trabalho e, em última instância, à precarização das relações de emprego. Para a autora, a adoção de um modelo de gestão baseada nas competências deveria ser precedida de ampla discussão na sociedade sobre questões como desemprego estrutural, diferenças de gênero (desigualdade de oportunidades de trabalho para homens e mulheres) e diferenças entre trabalhadores de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento.

O conceito de empregabilidade, como característica individual, segue a narrativa de que conhecimentos, habilidades e atitudes são também individuais e fortalece a divisão da sociedade em um núcleo “altamente capacitado” (ou competente) e uma periferia “desqualificada” e, portanto, excluída do processo produtivo (Spink, 1997).

Sob essa perspectiva, a gestão baseada nas competências teria uso eminentemente patronal e, mais do que um instrumento para promover a gestão estratégica de recursos humanos, representaria apenas um exercício convencional de pragmatismo e oportunismo visando a intensificar o controle social sobre o trabalhador. Segundo

Legge (1995), certas práticas de recursos humanos conferem um aspecto de modernidade aos estilos administrativos, mas, na realidade, não negam os princípios fundamentais do *taylorismo* e do *fordismo* nem alteram as estruturas de poder nas empresas.

A questão é que o atual modelo de organização produtiva, aliado ao processo de globalização de mercados e impulsionado pelo avanço tecnológico, tem levado à extinção de muitos empregos e submetido o trabalhador a uma concorrência desleal. Os processos de desenvolvimento tecnológico e de racionalização técnica e organizacional trazem muitos benefícios, sobretudo os relacionados ao aumento da produtividade e competitividade das empresas, mas podem, também, impactar negativamente os níveis de emprego e agravar o problema da exclusão social (Antunes, 1996; Gonçalves & Barelli, 1996; Rifkin, 1995). Diante dessa conjuntura, Motta (1998) alerta para a possibilidade de as organizações serem submetidas à ineficiência programada, a fim de se manter o nível de emprego e garantir outros valores, como, por exemplo, a necessidade de realização do homem mediante ocupação produtiva.

Contudo, negar os benefícios advindos da tecnologia e da racionalização do trabalho, sob a justificativa de se manter o nível de emprego, parece uma atitude por demais paliativa para contornar o problema. Melhor seria a adoção de medidas compensatórias por parte do Estado, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, o desenvolvimento de uma nova estrutura ocupacional que absorva o excedente de mão-de-obra das indústrias, ou ainda o investimento maciço em educação, que permita a formação de cidadãos qualificados e conceda a todos a igualdade de oportunidades de desenvolvimento e emprego.

Além disso, no que se refere à crítica de que a utilização do conceito de competência na gestão de pessoas levaria, invariavelmente, à individualização do trabalho, essa consequência não parece ser uma regra. Isso porque as organizações podem valer-se de outras práticas de gestão, como, por exemplo, a gestão participativa, a aprendizagem organizacional e o desenvolvimento de equipes, que estimulem o coletivismo e a cooperação no trabalho, a exemplo das estratégias adotadas pela British Petroleum em seu modelo de gestão de competências (Prokesch, 1997).

## **Uma síntese**

As novas tecnologias gerenciais como a gestão de competências, se utilizadas com a finalidade principal de objetivação e individualização, apenas aprofundam o controle social da organização sobre o trabalho, o que pode até ser legítimo do ponto de vista patronal, mas, de fato, não representaria uma inovação nas práticas de gestão. Segundo os autores, o desafio das organizações parece estar

relacionado à utilização desses novos modelos de gestão, baseados em conceitos de competência e desempenho, associados a práticas de aprendizagem coletiva, desenvolvimento de equipes e gestão do conhecimento<sup>18</sup>, entre outras, que ofereçam múltiplas oportunidades de crescimento pessoal e profissional aos membros da organização e estimulem as pessoas não apenas a desenvolver coletivamente competências, mas também a compartilhá-las (Brandão & Guimarães, 1999).

Para configurar uma prática gerencial inovadora, é possível inferir que a gestão baseada nas competências deve possuir como objetivo maior não somente a melhoria das *performances* profissional e organizacional, mas, principalmente, o desenvolvimento das pessoas em um sentido mais amplo.

Só assim a competência representaria, ao mesmo tempo, um valor econômico para a organização e um valor social para o indivíduo, afirmam Fleury & Fleury (2000). Segundo Zarifian (1999), o desafio é tornar a organização não apenas qualificada, do ponto de vista da competitividade, mas também “qualificante”, no sentido de oferecer diversas oportunidades de crescimento a seus membros.

## Notas

<sup>1</sup> Talentos humanos – termo utilizado atualmente no mundo corporativo, em substituição a “recursos humanos”, para descrever as pessoas e os seus papéis dentro de uma organização.

<sup>2</sup> Competências – conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes de uma pessoa, equipe e/ou organização. O conceito será aprofundado no decorrer do texto.

<sup>3</sup> Gestão baseada nas competências – a discussão do conceito perpassa todo o texto proposto.

<sup>4</sup> ISAMBERT-JAMATI, Viviane – Obra: O apelo à noção de competência, publicado na revista francesa – *L'orientation scolaire et professionnelle*.

<sup>5</sup> Administração Científica – período em que a administração emerge como ciência, caracterizada pelos trabalhos de racionalização do trabalho, destacando como precursor o engenheiro Frederick W. Taylor.

<sup>6</sup> Especificação do cargo – terminologia utilizada para descrever o conjunto de qualificações requeridas para a ocupação de um determinado posto de trabalho.

<sup>7</sup> Reflexividade – Zarifian define o termo como “a capacidade de o indivíduo de repensar e reelaborar seus conhecimentos de acordo com as mais diversas situações de trabalho”; questionar, readaptar conforme novas realidades.

<sup>8</sup> Henri Pestalozzi (1746-1827), pedagogo suíço, idealizou a educação como o desenvolvimento natural, espontâneo e harmônico das capacidades humanas, que se revelam na tríplice atividade da cabeça, das mãos e do coração (*head, hand and heart*), isto é, na vida intelectual, psicomotora e moral do indivíduo.

<sup>9</sup> Orientação multimétodos – de acordo com o autor, trata-se de considerações tanto no sentido do trabalho (conjunto de atributos demandados pelo ambiente), quanto do trabalhador (conjunto de atributos necessários para desenvolver alguma tarefa).

<sup>10</sup> Ontologia dualista – considera as pessoas e o mundo como entidades distintas, o que leva a uma visão de trabalho e trabalhador de forma separada.

<sup>11</sup> Epistemologia objetivista – as competências são percebidas como independentes da interpretação do sujeito que as realiza.

<sup>12</sup> Visão holística – termo utilizado para descrever a contemplação de todas as variáveis de um processo ou sistema – visão global, o todo.

<sup>13</sup> Gestão baseada nas competências – diz respeito à forma como a organização planeja, organiza, desenvolve, acompanha e avalia as competências necessárias ao seu respectivo negócio.

<sup>14</sup> Gestão por competências – sugere que a organização divida o trabalho de suas equipes segundo as competências, configurando frentes de trabalho. Exemplo: equipe de vendedores, gestores de *marketing* etc. Também permite realizar o escalonamento de salários conforme o conjunto de competências exigidas pelo cargo.

<sup>15</sup> *Gap* – do idioma inglês, significa fenda, brecha, lacuna – utilizado, na linguagem corporativa, para designar gargalos, pontos de estrangulamento, ou seja, falhas nos processos organizacionais.

<sup>16</sup> *Focus group*, ou “pesquisa focada em grupos”, é uma técnica de investigação que utiliza entrevistas grupais, pouco estruturadas, com a participação de um moderador e um pequeno número de participantes, para obter dados sobre determinado assunto ou fenômeno.

<sup>17</sup> Empregabilidade – probabilidade que pode ter um indivíduo à procura de um emprego de encontrá-lo; probabilidade de reinserção no mercado de trabalho.

<sup>18</sup> Gestão do conhecimento – ferramenta gerencial utilizada para filtrar as informações necessárias com o objetivo de agregar valor aos processos organizacionais.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *Contra a lógica da produção destrutiva*. Folha de São Paulo, Caderno Mais! p.13, São Paulo, 3 mar. 1996.

BLOOM, Benjamim S.; KRATHWOHL, David R.; MASIA, Bertram B. *Taxonomia de objetivos educacionais*: domínio afetivo. Porto Alegre: Globo, 1973.

\_\_\_\_\_; ENGELHART, Max D.; FURST, Edward J.; HILL, Walker H. & BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. *Gestão baseada nas competências: um estudo sobre competências profissionais na indústria bancária*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Administração da UnB. Brasília, 1999.

CASALI, A.; RIOS, I.; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mário Sérgio (orgs). *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

COCKERILL, Tony. The kind of competence for rapid change. In: *Managing Learning*. Edited by Christopher Mabey & Paul Iles. London: Routledge, 1994.

DURAND, Thomas. Strategizing for innovation: competence analysis in assessing strategic change. In: *Competence-based strategic management*. Edited by Ron Sanchez and Aimé Heene. Chichester, England: John Wiley & Sons, 1997.

\_\_\_\_\_. Forms of incompetence. In: *Fourth International Conference on Competence-Based Management*. Oslo: Norwegian School of Management, 1998.

\_\_\_\_\_. *L'alchimie de la compétence*. Revue Française de Gestion (à paraître), 1999.

DUTRA, Joel Souza; HIPÓLITO, José Antônio Monteiro; SILVA, Cassiano Machado. *Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações*. In: Anais do 22º Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. *Estratégias empresariais e formação de competências*. São Paulo: Atlas, 2000.

GAGNÉ, Robert M.; BRIGGS, Leslie J.; WAGER, Walter W. *Principles of instructional design*. Orlando, Flórida: Holt, Rinehart and Winston, 1988.

GONÇALVES, Marcos Augusto; BARELLI, Suzana. *Fim do emprego encerra o século*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais! p.8, 3 mar. 1996.

HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. Organizado por Casali et alii. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

IENAGA, Celso Hiroo. *Competence based management: seminário executivo*. São Paulo: Dextron Consultoria Empresarial, 1998.

ISAMBERT-JAMATI, Viviane. O apelo à noção de competência na revista *L'orientation scolaire et professionnelle*: da sua criação aos dias de hoje. In: *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Organizado por Françoise Ropé & Lucie Tanguy. Campinas: Papirus, 1997.

LE BOTERF, Guy. *Compétence et navigation professionnelle*. Paris: Éditions Organisation, 1999.

LEGGE, Karen. *Human resource management: rhetorics and realities*. London: Macmillan Press, 1995.



MAGALHÃES, Sérgio; JACOB, Wanderley; MORIYANA, Helmut; ROCHA, Joaquim. Desenvolvimento de competências: o futuro agora! *Revista Treinamento & Desenvolvimento*, São Paulo, p. 12-14, jan. 1997.

MOTTA, Paulo Roberto. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

PAGÈS, Max; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1993.

PROKESCH, Steven E. *Unleashing the power of learning: an interview with British Petroleum's John Browne*. Harvard Business Review, Boston, p. 147-168, Sept.-Oct., 1997.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força de trabalho global*. São Paulo: Makron, 1995.

ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie. Introdução. In: *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Organizado por Françoise Ropé & Lucie Tanguy. Campinas: Papirus, 1997, p. 15-24.

SANDBERG, J. *Understanding human competence at work: na interpretative approach*. Academy of Management Journal. v. 43 n. 1, p. 9-25, 2000.

SANCHEZ, Ron. Managing articulated knowledge in competence-based competition. In: *Strategic learning and knowledge management*. Edited by Ron Sanchez and Aimé Heene. Chichester, England: John Wiley & Sons, 1997.

SPARROW, Paul R.; BOGNANNO, Mario. Competency requirement forecasting: issues for international selection and assessment. In: *Managing Learning*. Edited by Christopher Mabey & Paul Iles. London: Routledge, 1994.

SPENCER, Lyle M. & SPENCER, Signe M. *Competence at work: models for superior performance*. New York: John Wiley & Sons, 1993.

SPINK, Peter. Empregabilidade – comentários a partir do ensaio de Helena Hirata. In: *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. Organizado por Casali et alii. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

ZARIFIAN, Philippe. A gestão da e pela competência. In: *Seminário educação profissional, trabalho e competências*. Rio de Janeiro: Centro Internacional para a educação, trabalho e transferência de tecnologia, mimeo, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Eventos, autonomia e "enjeux" na organização industrial*. In: Anais do Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. Águas de Lindóia, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Objectif compétence: pour une nouvelle logique*. Paris: Liaisons, 1999.

## **Resumo**

O contexto corporativo atual apresenta uma série de mudanças. Esse ambiente marcado por incertezas exige das organizações uma *performance* cujo resultado esperado é o alto desempenho, diferencial em relação aos concorrentes. Para alcançar esse objetivo, as instituições necessitam de modelos de gestão voltados principalmente ao aproveitamento do seu capital maior – as pessoas. Surgem modelos alternativos visando à maximização do potencial intelectual, entre os quais o da gestão baseada nas competências.

Palavras-chave: Gestão de competências; Vantagem competitiva; Recursos humanos.

## **Abstract**

The current corporative context has undergone a series of changes. This environment and its many uncertainties demand from the organizations actions whose expected result is high performance, a differential among the contestants. In order to accomplish this objective, the institutions must rely on management models facing mainly to the use of its major asset – its human resources. Alternative models break out aiming at the intellectual potential maximization, such as the “Management of Abilities”.

Key words: Management of abilities; Competitive advantages; Human resources.

## **Resumen**

El contexto corporativo actual presenta una serie de cambios. Ese ambiente marcado por incertidumbres exige de las organizaciones una *performance* cuyo resultado esperado es el alto rendimiento, diferencial en relación a los competidores. Para alcanzar ese objetivo, las instituciones necesitan de los modelos de gestión dirigidos principalmente al aprovechamiento de su capital más alto – las personas. Surgen modelos alternativos visando a la maximización del potencial intelectual, entre el cual la “Gestión fundamentada en las capacidades”.

Palabras clave: Gestión de capacidades; Ventaja competitiva; Recursos humanos.

## **Introdução**

Atuando desde a Antigüidade, o *marketing* pode ser entendido como um processo social de análise, qualificação e orientação do fluxo de mercadorias ou serviços do produtor ao consumidor, ou seja, são pessoas, grupos ou empresas que obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços entre si.

Assim, essa atividade exerce a função de expor, de uma forma atrativa, qualitativa e asseguradora, aquilo que o consumidor está procurando em todos os setores econômicos. Em sentido mais individual, *marketing* é o conjunto de operações administrativas dentro de uma empresa para assegurar a introdução e comercialização de seus produtos ou serviços no mercado, visando a aumentar o volume de vendas, aliando-se às ferramentas essenciais desse grupo, que são a pesquisa de mercado, publicidade, estratégias, comunicação e outras.

Por meio da pesquisa de mercado, a empresa analisa e calcula as possibilidades de aceitação e de venda do produto ou serviço, verificando cuidadosamente seus concorrentes, o poder aquisitivo, as preferências e os gostos do consumidor e principalmente o quadro geográfico e estatístico desses consumidores, como população, renda individual, crescimento da população e mercados na localidade e regiões próximas. Como define Philip Kotler e Gary Armstrong (2000, p. 30):

“*Marketing* é conseguir os bens e serviços certos para as pessoas certas, no lugar certo, no momento certo, com o preço certo, usando os meios certos de comunicação e produção.”

O paradoxo é que, pelo senso comum, *marketing* é entendido como tudo o que diz respeito à promoção, propaganda ou publicidade. Há, inclusive, uma hipertrofia do conceito disseminada no meio não especializado. Tudo o que é ação feita para aparecer, mesmo sem estar ancorada na realidade, é entendida como sendo ação de *marketing*. Quando se diz, por exemplo, “fulano de tal não é lá essas coisas como jogador de futebol, mas é um bom “marketeiro”, o que se está denunciando é uma fraude e, muito comumente, o *marketing* vira sinônimo de enganção.

Além dessa abordagem “abrangente” do *marketing*, outras consolidam o ponto de vista conceitual ou técnico sobre o *marketing* da empresa, bem como o puro *marketing* do produto. O mercado editorial apresenta a matéria como uma aplicação cada vez mais abrangente, a exemplo de títulos como *marketing* estratégico, segmentação de mercados, *marketing* interno, *marketing* para organizações sem fins lucrativos, *marketing* convergente, entre tantos outros que apresentam uma abordagem estratégica, empresarial, até corporativa. Há, inclusive, uma espécie de incompatibilidade conceitual quando se trata a questão no âmbito da estratégia empresarial. As abordagens do planejamento estratégico e de *marketing* caminham paralelas, sem se “tocarem”. Algumas considerações podem ser feitas sobre o tema. A primeira delas é a de que, quando tem como alvo a empresa, o “produto” do *marketing* é ela própria. Para os profissionais de *marketing*, “o verdadeiro produto de uma empresa é a própria empresa”.

É o que os especialistas em propaganda chamam de abordagem “institucional”, quando se está tratando da divulgação da marca da empresa ou reforçando sua imagem, e não a do produto. Esse entendimento abre todo um campo de possibilidades de aplicação do *marketing* ao produto-empresa, indo além do *marketing* do produto-produto. Pode parecer uma sutileza, mas não é. Na prática, por conta dessa lacuna, que não permite distinguir os dois, perde-se um enorme potencial de aplicação.

O *marketing* tradicional (do produto) possui um vasto instrumental prático e conceitual que deixa de ser usado porque não está adaptado ao *marketing* da empresa. Aplicado à empresa, em sua dimensão institucional, portanto, o objeto do *marketing* é a imagem. Daí, a importância de incorporar essa variável essencial à estratégia empresarial em forma de posicionamento, como alerta Michael Porter, guru da estratégia empresarial: “Posicionar-se na mente do consumidor significa criar uma imagem para a companhia”.

Assim pode-se definir *marketing* como o processo de planejar e implementar uma estratégia para a promoção, venda e distribuição de bens e serviços, acrescentando que *marketing* nada mais é do que os procedimentos de que se deve lançar mão para manter o cliente informado de QUEM é a empresa, ONDE ela está, O QUE ela faz e COMO o faz.

### **Importância do *marketing***

A história do *marketing* pode ser resumida de forma objetiva. Até os anos 60, o *marketing* era voltado para produto, e era utilizado o *marketing* de massa. Nos anos 70/80, era voltado para o mercado, ou seja, *marketing* segmentado. Nos anos 90, era orientado para o consumidor, utilizando o *marketing* individualizado, o que indivíduo

comprará? E atualmente, no século XXI, é orientado para atender aos sonhos dos consumidores, ou seja, criar desejos e antecipar as necessidades do consumidor.

Curiosamente, ao dedicar-se ao estudo das origens do *marketing* e do impacto das estratégias japonesas na abordagem dos mercados ocidentais, Kotler se deparou com a descoberta de que o *marketing*, na cultura oriental, teve o pensamento desenvolvido por mercadores japoneses a partir de 1650 (Drucker, 1997).

Foi a época conhecida como período Tokugawa, no qual pode ser destacada como exemplo a ação do primeiro membro da família Mitsui, um conhecido mercador da cidade de Osaka, ao abrir a famosa casa comercial de Edo (hoje Tóquio), provavelmente a primeira loja de departamentos da história.

Mitsui antecipou-se em nada menos do que 250 anos às políticas básicas da Sears, Roebuck: ser o comprador para os seus fregueses, projetar os produtos certos para eles e criar fontes para a sua produção; adotar o princípio da sua satisfação garantida, ou o dinheiro de volta sem perguntas; ter a idéia de oferecer uma grande variedade de produtos a seus fregueses, em vez de se concentrar em um ofício, categoria de produto ou processo.

No *marketing* da empresa, o “produto” é a própria empresa. Tradicionalmente voltados para o produto, o *marketing* e seu arsenal de recursos têm ajudado bastante a estratégia empresarial, por possuírem uma teoria que permita aplicá-los ao “todo”.

Atualmente, a literatura e tudo o que se fala tecnicamente sobre *marketing* dizem respeito à empresa como um todo. Tudo se baseia naquela história dos 4Ps: Produto, Preço, Praça e Promoção, conforme percebe-se no conceito aplicado por Philip Kotler e originalmente definido por Jerome McCarthy, 1960.

Nos dias atuais, o *marketing* está sendo realizado também via Internet. De acordo com pesquisa divulgada pela Direct News, foi comprovado que o *e-mail* tornou-se a forma mais lucrativa para o relacionamento com o cliente USA – o *e-mail* está mesmo se tornando mais lucrativo. A receita média gerada por compras *on-line* cresceu de US\$168,00 em 2001 para US\$208,00 em 2002, enquanto o custo de aquisição de um consumidor *on-line* caiu entre US\$8,00 e US\$30,00 no mesmo período, de acordo com um estudo da Association for Interactive Marketing (AIM) e da Return Path Inc (2003).

### **Marketing na era digital**

Foi realizada em Nova York, pela DMA, a conferência *Net.marketing*, na qual foi apresentado o relatório da pesquisa que entrevistou 110 profissionais de *marketing* de diversos setores que se utilizam o *e-mail* como ferramenta de trabalho. Apresentaram-se, no relatório, as seguintes colocações:

– cerca de 64% dos respondentes afirmaram que a maior parte de sua receita vem das transações *on-line*. Outros 40% afirmaram que as suas maiores receitas vêm de anúncios, *banners* e patrocínios;

– dos entrevistados, 24% possuem bancos e dados de *e-mails* entre 50 mil e 500 mil registros, comparados com 14% no ano anterior, embora a captura de dados não seja tão eficiente quanto poderia, já que 61% possuem os endereços eletrônicos de apenas metade de seus clientes;

– os profissionais de *marketing* são bastante conservadores na frequência do uso do *e-mail*. Quase 60% contactam seus clientes apenas uma vez por mês. Outros tantos permitem a seus clientes determinar a frequência desejada de contatos. Mais de 75% utilizam o *e-mail* para promoções, anúncios de produtos e *e-newsletters*. Somente 17% o utilizam para cobranças;

– embora o sistema de *opt-in* ainda seja o padrão, muitos dos entrevistados voltaram-se para o sistema de *opt-out*. Dentre os entrevistados, 57% utilizam-se do *opt-in* simples ou dobrado para obter permissão para contato, comparados com 71% em 2001. A pesquisa ainda demonstrou que 64% das empresas cuidam do *e-mail* em casa, e o custo por mensagem estabilizou-se entre US\$0,03 e US\$0,05;

– uma contradição surgiu quando os profissionais responderam que o custo médio por aquisição de um endereço de *e-mail* é US\$30,00, e 50% afirmaram aceitar pagar mais de US\$1,00 para obter o novo endereço de alguém que tenha mudado o *e-mail*. Para 67%, o custo anual de manutenção dos bancos de dados gira em torno dos US\$25.000,00.

Também é de responsabilidade da empresa promover seus produtos, serviços e benefícios, comunicar-se com os clientes, fornecedores, enfim todos os *stakeholders* do processo mercadológico, realizar propaganda e publicidade, criar campanhas de divulgação, estabelecer normas de atendimento – ou seja, no mundo atual a competição é uma premissa, e as empresas perceberam que precisam possuir um diferencial competitivo para permanecer no mercado.

E esse diferencial, cada vez mais, está sendo encontrado nos departamentos de *marketing* das companhias. É importante ressaltar que, hoje, o *marketing* é mais do que uma ferramenta ou uma atividade específica de um departamento: é uma filosofia de atuação empresarial que deve permear todas as áreas, decisões e ações da organização que se definam como orientadas para o cliente.

## **O que é *marketing* de serviços?**

O mercado, por sua vez, é composto de indivíduos ou grupos com intenção, necessidade e renda para comprar ou usar bens e serviços. Acrescenta-se, ainda,

que esses clientes não reúnem, em determinada situação, todas as condições necessárias à realização de uma troca: falta identificar-lhes a necessidade, falta despertar-lhes o desejo e/ou falta-lhes o poder aquisitivo (renda) para efetivar a troca.

Técnicas e métodos de *marketing* similares podem ser aplicados em promoção e vendas de produtos e serviços para as transações entre os participantes do mercado, desde que sejam conduzidas com eficiência e com nível de satisfação entre quem vende e quem compra um produto ou serviço. Pode-se, assim, afirmar que o *marketing* como um método gerencial é um processo que compatibiliza e facilita as relações de mercado.

Há algumas diferenças entre o *marketing* de produtos e o *marketing* de serviços que devem ser levadas em consideração ao se examinarem as possibilidades da adoção do *marketing* em serviços profissionais de qualquer natureza, como, por exemplo, manutenção de aparelhos eletrônicos, assistência médica, jardinagem, educação etc.

Na venda e uso de serviços, notam-se alguns aspectos diferentes que precisam ser reconhecidos para efeito da aplicação de técnicas de *marketing* nessa área. Os serviços são intangíveis, isto é, não é possível ver suas características antes de os mesmos serem comprados e usados pelos usuários.

Ao contrário dos produtos, os serviços não podem ser colocados em “estoque”, ou seja, devem ser produzidos e usados no momento da transação. Por exemplo: quando um cliente perde um horário marcado no médico, o profissional não pode colocar em estoque a hora ociosa; da mesma forma, se não houver horas marcadas, o horário vazio do profissional será inevitavelmente perdido em termos de renda.

Há até bem pouco tempo, a terceira diferença entre serviços e produtos estava no fato de que quem presta o serviço deveria necessariamente estar em contato com quem recebe, por exemplo, em uma boa aula de faculdade, sempre haverá um aluno. Mas, com o desenvolvimento da tecnologia, foram criadas soluções virtuais, como o ensino a distância, @ *leaning* e as lojas virtuais de compra por meio da utilização da Internet.

Assim, pode-se afirmar que os serviços, ao contrário dos produtos, variam muito mais em termos de qualidade e eficiência. Por essas razões, afirmam os mercadólogos que os serviços são de natureza “inconsistente”.

## **Objetivos e componentes de excelência em serviços**

Investigar a oportunidade de mercado para planejar, organizar e oferecer assistência de serviços de qualidade a preços razoáveis que possibilitem satisfação

dos clientes e remuneração adequada aos profissionais. Toda a oferta de serviços deve sempre partir do exame da demanda e sua compatibilização com os recursos do profissional envolvido. O *marketing*, sem influir nos aspectos técnicos e científicos da área, indica como atingir o mercado e esquematizar a oferta de serviços.

De acordo com estudo realizado por Leonard Berry (Discovering the soul of service. New York: The Free Press, 1999), existem oito direcionadores definidos para alcançar a excelência em serviços. Com a colaboração dos alunos do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos e Qualidade da Fundação da Universidade de Brasília, foi desenvolvido um modelo de análise de empresas intensivas em serviços para determinar o grau de excelência. Assim, o modelo define os seguintes aspectos: (a) foco estratégico; (b) excelência na execução; (c) controle do destino; (d) relacionamentos baseados em confiança; (e) investimento no sucesso dos empregados; (f) atuando de forma pequena; (g) cultivo da marca; (h) generosidade.

Esses conceitos precisam ser mais bem estudados e compreendidos. O *foco estratégico* compreende: negócio bem definido e mantido ao longo do tempo; missão clara e significativa para colaboradores e clientes; preocupação constante com a satisfação dos clientes; melhoria dos serviços a partir de investimentos em criatividade, pesquisa e desenvolvimento; ações orientadas por valores; acompanhamento da evolução das necessidades dos mercados; autonomia dos colaboradores ou associados; preocupação de todos na empresa com a qualidade dos serviços oferecidos; disposição constante em ouvir e acatar sugestões dos colaboradores e dos clientes.

Já a *excelência na execução* envolve outras questões. Para que haja excelência na execução, é preciso ver se: (a) os processos da empresa são coerentes com a estratégia e facilitam sua implementação; (b) a organização promove a padronização dos processos de serviços, e todos procuram se orientar por ela na execução do trabalho; (c) os processos são definidos ou melhorados com base nas informações e requisitos dos clientes, nos recursos disponíveis e nos referenciais comparativos; (d) o relacionamento com os fornecedores é gerenciado pela organização de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados; (e) os processos são gerenciados por meio de indicadores, fazendo-se a análise crítica do desempenho e introduzindo ações corretivas, melhoria contínua e inovação.

O *controle do destino*, por sua vez, só ocorrerá se: (a) a gestão da empresa está voltada à criação de valor nas relações com colaboradores e clientes; (b) a empresa preocupa-se com a sociedade procurando gerar, além do lucro financeiro, o lucro social; (c) são estabelecidos indicadores de desempenho para avaliar a



eficácia dos esforços relacionados à estratégia; (d) a empresa reforça sempre sua postura de organização privada; (e) ao definir suas estratégias, a empresa procura sempre saber o que é bom para o cliente e para o colaborador interno.

Convém salientar que os *relacionamentos baseados em confiança* não acontecem por acaso. Demandam uma série de condições, das quais se destacam: (a) empresa utiliza-se de princípios e valores adequados para relacionar-se com seus colaboradores; (b) o relacionamento com os clientes baseia-se em princípios de transparência e respeito; (c) os serviços oferecidos pela empresa gozam de credibilidade junto aos clientes e à sociedade; (c) a empresa oferece segurança na gestão do capital confiado pelo acionista; (d) a empresa adota princípios de parceria no relacionamento com os fornecedores; (e) a empresa procura manter postura de lealdade em relação aos concorrentes; (f) a empresa trata com respeito e consideração todos os segmentos sociais, tais como sindicatos, governo, imprensa e outros.

O quinto componente do Modelo de Análise de Empresas Intensivas em Serviços é o *investimento no sucesso dos empregados*. De acordo com esse componente, (a) os empregados são encorajados a desenvolver os melhores esforços em prol das relações com os clientes; (b) existem programas permanentes para desenvolvimento da capacitação profissional; (c) os colaboradores são estimulados a avaliar e criticar as rotinas, procedimentos e sistemas de trabalho da empresa; (d) os empregados participam efetivamente da definição de metas e políticas da empresa; (e) existe sistema de avaliação e gestão do desempenho profissional; (f) existe sistema para reconhecimento de mérito, recompensa e premiação dos melhores colaboradores; (g) existe sistema para mensuração da satisfação dos empregados.

O modelo de análise para mensurar o grau de excelência de empresas intensivas em serviços compreende também o seguinte princípio: *atuando de forma pequena*. Para verificar se a empresa está de fato atuando de forma pequena, é preciso considerar se: (a) a estrutura é flexível o suficiente para permitir mudanças rápidas; (b) o processo decisório é rápido, com poucos níveis hierárquicos e ampla descentralização; (c) os gerentes e supervisores dedicam mais de 50% do tempo em atendimento às necessidades dos clientes; (d) a empresa incentiva novas idéias, estimulando o livre debate, sem preconceitos; (e) a empresa incentiva e estimula o envolvimento de todos os níveis no processo decisório; (f) todos os integrantes da empresa conhecem suas metas e resultados.

O *cultivo da marca* é o penúltimo componente do Modelo de Análise de Empresas Intensivas em Serviços. Para comprovar a sua excelência, é preciso verificar se: (a) a empresa investe no desenvolvimento de identidade institucional compatível com o posicionamento mercadológico desejado; (b) a marca é exibida sempre da

mesma forma, e a empresa procura explorá-la adequadamente; (c) a empresa desenvolve ações para criar conexão entre a identidade e a marca; (d) a marca transmite claramente o conceito ligado à missão, aos valores e à filosofia da empresa; (e) a empresa realiza pesquisas regulares de *recall* de marca e outras pesquisas ligadas à avaliação da identidade junto ao mercado e à sociedade.

A *generosidade* é o último princípio considerado na avaliação do grau de excelência, considerando o Modelo de Análise de Empresas Intensivas em Serviços, anteriormente apresentado. A *generosidade* pode ser confirmada se: (a) a empresa desenvolve ou participa regularmente de programas de caráter social; (b) em todas as suas atividades a empresa procura preservar o ambiente e desenvolver cultura favorável junto aos clientes, fornecedores e demais segmentos; (c) a empresa investe em programa de bolsas de estudo em prol da educação dos colaboradores; (d) a empresa promove atividades com os colaboradores e seus familiares, buscando a melhoria da qualidade de vida; (e) a empresa preocupa-se em desenvolver serviços que não poluam e investe na educação dos consumidores; (f) a empresa destina parte de seus lucros para investimento em projeto de caráter social, divulgando, inclusive, o balanço social anual.

### **O que é o *marketing* de relacionamento?**

As percepções dos clientes constroem o posicionamento de uma empresa no mercado. Uma vez que o mercado coloca o rótulo de “vencedor” em um produto, este terá sensivelmente uma facilidade comercial com sua reputação favorável. Da mesma forma, a empresa pode ter dificuldades em superar uma reputação que seja desfavorável. A credibilidade é a chave para o processo de posicionamento no mercado, por isso surgiu o *marketing* de relacionamento com a finalidade de contrabalançar medo com conforto, incerteza com estabilidade e dúvida com confiança, criando imagens de credibilidade, liderança e qualidade.

Mas o que é o *marketing* de relacionamento? A cada dia os consumidores detêm maior quantidade de informações e se dirigem a uma posição mais privilegiada na relação com as empresas. É o consumidor quem já está ditando as regras em diversos segmentos de mercado, devido ao fato de estar mais bem informado sobre os produtos e também à grande concorrência entre as empresas. Hoje as empresas têm de estudar muito bem o mercado e principalmente seu público alvo, para poder atender da melhor forma a suas necessidades. O *marketing* de relacionamento apresenta o conceito de intangibilidade de um produto ou serviço e trabalha bastante com a área subjetiva da mente do consumidor, lutando para que ele realmente se torne leal à sua marca.

O *marketing* de relacionamento está para as empresas em mercados altamente competitivos, como as estrelas e instrumentos são para um navegador. Muitas empresas atuais bem-sucedidas, de alguma forma consciente ou inconscientemente, formal ou não, adotam uma postura de *marketing* de relacionamento e, mais importante, posicionam o *marketing* como elemento primordial, em busca das reais necessidades humanas para alcançar melhor gestão empresarial de seus recursos.

Uma regra primordial para desenvolver esse trabalho de forma eficaz é saber ouvir. Os latinos são ótimos para falar, falar, falar e falar. É preciso contrariar um pouco a latinidade e passar a ouvir, ouvir, ouvir e ouvir. Aí, sim, será possível atender. Porque o grande segredo do atendimento é este: ouvir.

Quem não se lembra do “Zé da Merceria”, o “Tiãozinho da Padaria”, “Seu Noé do Armazinho”, ou do “Seu Chico da Sapataria”? As pessoas gostam de ser reconhecidas pelos lojistas, de serem chamadas pelo nome, ganhar um feliz aniversário inesperado e ao mesmo tempo retribuir tudo isso, inconscientemente, dedicando atenção à loja, fidelizando-se.

Jorge Simeira Jacob, idealizador do Grupo Fenícia, um dos melhores empresários do país, já em 1981, quando ainda não se falava em Código de Defesa do Consumidor, em uma palestra em público, colocava no alto da pirâmide o seguinte: “cl, cl, cl, cl”. Era o “cl” de cliente. Isso é importante porque houve a inversão da pirâmide, que, começou a ser destacada a partir dos anos 90, mas que Simeira começou a praticar uma década antes.

Podemos citar as organizações que lidam diretamente com o consumidor, como uma loja de eletrodomésticos, um banco ou um supermercado. Até pouco tempo, colocavam-se, na pirâmide da estrutura de organizações desse tipo, do topo para a base, o presidente, os diretores, os gerentes, os subgerentes, os chefes, os trabalhadores e, por fim, os consumidores. Hoje se tem a inversão da pirâmide, de tal sorte que os consumidores fiquem no alto, seguidos dos funcionários que fazem a interface com os consumidores. Vêm então os que ajudam os funcionários a fazer bem feita essa interface com os consumidores, mediante um trabalho de primeira. Mais abaixo aparecem os gerentes e os diretores. Bem na base está o presidente, cuja missão é carregar a casa nas costas, e não permanecer sentado em cima dela.

Por que essa preocupação com o consumidor? Se o pessoal da diretoria financeira do Grupo Pão de Açúcar não tiver uma mentalidade focada no consumidor, não irá atender direito àquele cliente que levou um tombo no supermercado e cujas despesas de hospital precisam ser pagas. E pagar hoje, agora, já, e não daqui a oito dias, depois de 14 assinaturas. Por que essa preocupação com o funcionário, que faz interface com o cliente externo? Por que essa preocupação com o atendimento?

Nos Estados Unidos, onde dizem que as coisas andam melhor, uma pesquisa feita pela US News and World Reports indicou que, dos clientes perdidos no varejo, 1% se perde por morte; 3% são perdidos porque mudam de casa; 5%, porque adotam novos hábitos de vida; 9%, porque acham altos os preços; 14%, porque se decepcionaram com uma eventual baixa qualidade dos produtos; 68%, porque estão descontentes com o atendimento pessoal. Esse estudo mostra claramente a importância do relacionamento.

Ele envolve tanto o consumidor (o cliente externo) quanto o funcionário (o cliente interno). Já disse alguém que atrair um cliente pelo *marketing* tradicional custa cinco vezes mais caro do que conservar um cliente por meio do *marketing* de relacionamento. Além de custar cinco vezes mais barato, o *marketing* de relacionamento tem uma vantagem adicional: o cliente fidelizado, que se relaciona bem conosco, normalmente acaba trazendo novos clientes.

*Marketing* de relacionamento é o que procura fazer o Pão de Açúcar. Não se trata senão de outra expressão travestida de modernidade para relações públicas. O objetivo é este: estabelecer, manter e aprimorar as relações entre a empresa e o cliente, de sorte que todos tenham lucro e os negócios perdurem. Ou seja, para que os objetivos de todos sejam atingidos. Isso se dá pelo cumprimento de promessas feitas entre as partes, também de forma implícita. Quando se jura amizade a alguém, qual a promessa implícita? Lealdade. Quando se passa a trabalhar em um lugar, qual a promessa implícita? O cliente vai ser fiel e, em contrapartida, quer ser tratado com dignidade. Será que todos cumprem isso?

As pessoas são o recurso-chave em uma organização. Todos são responsáveis por ela. Os diretamente envolvidos com o cliente externo, que são todos aqueles da grande área de vendas e atendimento, comunicação, relações-públicas, profissionais de *marketing*, pessoal de promoção etc. E todos os indiretamente envolvidos, os que prestam serviços “ocultos” ao cliente externo. Uma boa contabilidade está prestando serviço “oculto” ao cliente externo. O pessoal de logística de um supermercado, quando faz um trabalho inteligente de separação de produtos e abastece a loja a tempo e a hora, está sendo um grande fator de satisfação do cliente, embora seja um profissional de *marketing* oculto.

Como consequência, destaca-se aqui esta parte da abordagem organizacional total que é a busca da qualidade e da satisfação do cliente. Para que uma empresa se volte realmente para a qualidade do atendimento, com vistas à satisfação e à fidelização de seu cliente, precisa se reorganizar. Em uma loja organizada, o vendedor acessa um terminal de computador, coloca nele os dados do cliente e imediatamente tem a informação de que o nome dele não está na lista negra do Serviço de Proteção ao Crédito, acerta com o cliente em quantas vezes quer pagar,

calcula automaticamente o valor dos juros e das prestações, aperta um botão e emite o carnê. Isso tudo não leva mais do que três minutos, quando no balcão de lojas tradicionais se deve enfrentar filas de até uma hora para abrir um crediário. Lojas versáteis conseguiram uma agilidade fantástica. Para isso, tiveram de partir bem do começo, com um novo conceito de treinamento e até mesmo de recrutamento, sobretudo com o aperfeiçoamento da comunicação bidirecional.

Como é que o cliente mensura a qualidade da empresa? De um banco, por exemplo. Se o cliente vai ao Banco do Brasil pedir um empréstimo, a qualidade técnica do que procura significa juros a determinado valor, com facilidades de pagamento etc. O que o cliente diz é o serviço que está necessitando objetivamente. E, paralelamente, há a qualidade funcional inerente a esse empréstimo: da telefonista, de quem recebeu o cliente na entrada, da secretária etc.; o olhar de quem atendeu, que pode ter sido frio, ou então acompanhado de um sorriso e de uma saudação cordial.

### **Casos de sucesso**

O Pão de Açúcar, por exemplo, esteve à beira da falência. Em 1989, o Pão de Açúcar tinha 549 lojas e quase 60 mil funcionários; vendia 4 mil dólares por funcionário e 314 dólares por metro quadrado. Em 1995, eram 218 lojas e bem menos funcionários. Mas, tendo implementado um trabalho de motivação e de valorização do cliente interno e externo, estava vendendo 10.560 dólares por funcionário e 830 dólares por metro quadrado. É importante mostrar esses dados, para ilustrar como as teorias podem ter validade diante da realidade da empresa<sup>1</sup>.

Portanto, há algum tempo, nota-se o aumento do número de revistas especializadas, cursos, eventos e palestras sobre *marketing* de relacionamento, e o que se percebe é habitual soberba dos palestrantes, escritores e especialistas em explicar o simples, o fácil de forma complicada, às vezes confundindo bem mais do que esclarecendo.

Implantar a cultura do *marketing* de relacionamento em nossas empresas é saber negociar como o “Seu Zé da Merceria” ou “Seu Tiãozinho da Padaria”. Aqueles que sabem de todas as preferências do cliente, da última vez daquele feijão de corda que o cliente comprou, ou do último botijão de gás e avisa antes que ele acabe, que pergunta pelo marido quando está gripado, que conhece as preferências de todos os membros da família do cliente. Essa é a cultura do *marketing* de relacionamento, uma cultura que identifica e diferencia seus clientes para manter e desenvolvê-los. Diferentemente do “Seu Zé”, que faz seus relatórios na velha e eficiente caderneta, as empresas de hoje terão de ter um suporte de maior capacidade para anotar todas as informações. Quem dará esse suporte?

Tecnologia! Não há possibilidade de haver integração de todos os setores de uma empresa ou de registrar todas as informações sobre a história transacional de um cliente sem o suporte tecnológico. O conceito de *marketing* de relacionamento tem, entre outras coisas, uma importantíssima missão: manter todos os colaboradores cientes do histórico do cliente com a empresa. Todos dentro da empresa terão de atender o cliente como o Seu Zé, agilizando assim processos, a comunicação, e principalmente facilitando a vida do cliente. O departamento que atendê-lo, independentemente de ser comercial ou financeiro, terá acesso à “caderneta” da mesma forma que na mercearia do Seu Zé. Então é preciso pensar o que é importante para nossos clientes? Pensar em que eles estão realmente interessados?

Nesse sentido, o Customer Relationship Management (CRM) pode ser o pontapé inicial das empresas que querem investir no *marketing* de relacionamento. O CRM pode gerar clientes satisfeitos, felizes e fiéis. No momento atual, as empresas precisam utilizar ativamente as informações que possuem sobre os seus clientes, com a finalidade de oferecer os produtos/serviços que estejam de acordo com as características existentes em cada perfil.

Assim, se o cliente tem filhos crianças, escuta *rock in roll* e gosta de comer macarrão, o que fazer? O processo de CRM proporciona o gerenciamento da relação com o cliente, ou seja, para esse cliente deverão ser oferecidos brinquedos, CDs de *rock* e cardápios de massas, produtos que atendam a suas necessidades, utilizando os desejos do atendimento e com facilidade de aquisição.

Mas, mesmo com toda a evolução tecnológica e a facilidade de acesso às informações, as empresas ainda encontram certa dificuldade em estabelecer relações sólidas e produtivas com os seus clientes. De um modo geral, as empresas acreditam que ter acesso às pesquisas de mercado e a um bom conjunto de informações do cliente é suficiente para se estabelecer um relacionamento produtivo com ele.

Qual a probabilidade de sucesso de uma decisão matrimonial baseada em informações, com os pretendentes respondendo a um questionário e o computador cruzando as respostas e indicando a melhor alternativa? Possivelmente, a probabilidade de acerto é baixa. A prática tem mostrado que a tentativa de se estabelecerem relações baseadas somente em informações gera relacionamentos teóricos e fracos. Relacionamentos são construídos com os contatos efetivos que geram experiências, que fazem histórias correndo de boca em boca, que criam marcas e mitos no mercado. Funcionários e clientes precisam ter histórias para contar das empresas com a qual se relacionam, para nutrir suas conversas. Estudos indicam que uma

mensagem inserida em uma história marca mais do que uma propaganda com efeitos especiais e tem um potencial de propagação muito superior.

A história inusitada do carro GM Pontiac, que não funciona com sorvete de baunilha, foi lida e passada para o mundo todo<sup>2</sup>. As Lojas Renner vêm investindo na idéia de catalogar e divulgar histórias marcantes dos relacionamentos com os clientes com um concurso, com o qual os funcionários são incentivados, por meio da distribuição de prêmios, a relatar histórias marcantes com o cliente. Histórias, como a de uma vendedora das Lojas Renner de Porto Alegre<sup>3</sup> que atendeu ao telefonema de uma senhora de São Paulo para saber se a loja tinha serviço de entrega, pois o sobrinho dela estava completando dois anos naquele dia e ela gostaria de presenteá-lo. A vendedora informou que a loja não tinha o serviço de entrega, mas se ofereceu para levar o presente pessoalmente. A vendedora, utilizando o cartão de crédito para efetuar a compra, encheu alguns balões, convidou uma colega, fantasiou-se de “Minnie” e no caminho comprou um cartão de aniversário. Quando as funcionárias das Lojas Renner chegaram à casa, a mãe do aniversariante, emocionada, não acreditou no que estava acontecendo e tirou uma foto. Hoje as duas funcionárias das lojas Renner fazem parte do álbum de fotos daquela família, um privilégio que nenhum outro concorrente tem. Alguns dias depois, ela foi ressarcida da compra e presenteadas com uma pulseira pelo cliente, além de ganhar um prêmio em dinheiro das Lojas Renner como a melhor história do mês.

O Comandante Rolim foi um craque em catalogar e divulgar suas histórias com os seus clientes. Esse talento rendeu a ele e à TAM muitas matérias em jornais e revistas e um livro onde são relatadas algumas das suas melhores histórias.

As experiências mais marcantes com os clientes derivam do que Jan Carlzon chamou de “momentos da verdade”. Cada empresa possui um conjunto de momentos da verdade, mas, normalmente, eles acontecem na hora de uma reclamação, quando o cliente vai conferir uma promoção anunciada ou quando há uma solicitação. As empresas querem os benefícios do *marketing* de relacionamento e sonham com as oportunidades que ele pode proporcionar, mas, enquanto não se aproximarem de forma efetiva de seus clientes e não tiverem coragem suficiente para enfrentar os momentos da verdade, continuará sendo difícil executar um *marketing* de relacionamento produtivo.

Uma máxima para os profissionais de *marketing* nos dias atuais é “dê ao relacionamento o valor que ele merece”. Se diretores e gerentes de topo acreditam que o relacionamento é algo destinado somente à gerência intermediária e aos executivos da empresa, visto apenas como uma maneira de aumentar o NetWork, o

programa de relacionamento sofrerá desde o início. É melhor não fazê-lo. A filosofia do gerenciamento do cliente precisa ser incorporada e defendida por todos os funcionários da empresa, desde o assistente de limpeza até o presidente da companhia. Mas há algumas formas de a gerência de topo contribuir para assegurar que os gastos em relacionamento resultem em melhoria da lucratividade e das equipes e da empresa como um todo:

– Colocar energia e crença nas relações com os clientes – Incentive os funcionários a confrontar situações passíveis de melhoria; incentive-os para atingir novos padrões de desempenho.

– Estar atento ao fator tempo – Acredite nos resultados esperados: para tal, os funcionários precisam de tempo para praticar, discutir, refinar a aplicação de conceitos e decidir quando e como usar cada abordagem no dia-a-dia de trabalho.

– Estabelecer um clima de confiança entre os funcionários e os clientes – Desenvolva a responsabilidade 100% em cada funcionário – e cobre isso.

– Conseguir os melhores profissionais – Eles devem conhecer tão bem as teorias sobre atendimento e sobre os produtos/serviços que estão sendo tratados.

– Realizar treinamento com situações práticas – Garanta a imediata transposição do treinamento para o contexto do trabalho.

– Definir indicadores para medir os resultados do treinamento – Crie critérios de sucesso, considerando os resultados baseados em indicadores, percepções sobre benefícios esperados e melhorias a serem alcançadas. Não deixe de considerar o conhecimento em agregação no ritmo de uma curva de aprendizado.

– Fazer das atitudes gerenciais o melhor dos treinamentos – Seja coerente com o que valoriza. Um bom exemplo vale mais do que o melhor dos treinamentos. Sinalize o que é esperado. Discuta resultados esperados. Divulgue sua equipe para fora de sua área de atuação.

As respostas a essas questões possivelmente indicarão algumas mudanças que precisam ser feitas, não somente nos aspectos de negócios da empresa, mas na forma de pensar e orquestrar processos que permitirão estabelecer pessoas como o patrimônio de maior valor dentro das organizações. Esse pode ser o caminho para que se tenha o aprendizado como parte das declarações de missão e da visão institucionais.

## **Considerações finais**

Um cliente satisfeito gera bem-estar social e conseqüentemente maiores lucros para a empresa. Portanto, cada oportunidade de *marketing* de relacionamento de uma empresa é uma área importante para a ação mercadológica. É preciso



criar um diferencial na prestação do serviço, do produto, ou melhor, sua vantagem competitiva com o mercado.

Vive-se uma nova era, na qual a tecnologia e o relacionamento são usados como diferencial por boa parte das empresas. Mas como garantir que os investimentos em relacionamento sejam transformados em efetivos retornos? É tarefa difícil contabilizar ganhos advindos do relacionamento realizado com as pessoas, clientes. É necessário descobrir fórmulas que transcendam o simples contato com o cliente, que geralmente não são aplicadas pelas empresas: reação, aprendizado, comportamento e resultados.

Na verdade, o que existe é uma avaliação do relacionamento com o cliente. Tal fato não cria condições para que os ganhos não se percam, ou, dito de outra forma, para que o potencial dos seus benefícios seja aproveitado. É preciso abortar a crença de que o relacionamento, por si só, basta. As energias da empresa têm de estar voltadas para criar estímulos suficientes para gerar motivação, gerenciar o relacionamento com o cliente, ou melhor: (a) contribuir para o crescimento das pessoas; (b) atender a seus desejos; (c) oferecer produtos/serviços que encantem os consumidores.

## Notas

<sup>1</sup> Vera Giangrande, ex-ombudsman do Grupo Pão de Açúcar, em palestra proferida em 28.11.1996.

<sup>2/3</sup> Internet. [www.dialdata.net.br/artigos/artigos.asp?m=556](http://www.dialdata.net.br/artigos/artigos.asp?m=556) – 09 de setembro de 2002.

## Referências

BRETZKE, Miriam. *Marketing de relacionamento e competição em tempo real*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOTLER, Philip; ARMOSTRONG, Gary. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MCKENNA, Regis. *Marketing de relacionamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PORTER, Michael. *Vantagem competitiva: técnica para análise de indústria e da concorrência*. 2. ed. São Paulo: Campus, 1989.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PERSONA, Mário. *Receitas de grandes negócios*. 1. ed. São Paulo: Futura, 2002.

COBRA, Marcos. *Administração de marketing*. São Paulo: Atlas, 2002.

RIES, Al. *As 22 consagradas leis do marketing*. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

MCKENNA, Regis. *Marketing de relacionamento*. 1. ed. São Paulo: Campus, 1998.

STONE, Merlin: *CRM Marketing de relacionamento com os clientes*. 1. ed. São Paulo: Futura, 2001.

### **Resumo**

O presente texto analisa a importância estratégica e administrativa do *marketing* para a empresa moderna, em um contexto de crescente competitividade global.

Palavras-chave: Marketing; Consumidor; Globalização.

### **Abstract**

The present text analyses the strategic and administrative importance of marketing for the modern companies, in a context of higher global the competitiveness.

Key words: Marketing; Consumer; Globalization.

### **Resumen**

El actual texto describe la importancia estratégica y administrativa de la comercialización, en la compañía moderna, cuando la competitividad aumenta del mundo de la globalización.

Palabras clave: Comercialización; Consumidor; Globalización.

**Dinair Andrade da Silva**

*Doutor em história das relações internacionais pela Universidade de Brasília. Professor da UPIS e pesquisador associado do Departamento de História da UnB.*

## *O arquivo do Itamaraty e os estudos de história da América*

### **Introdução**

Desnecessário é enfatizar a importância do patrimônio documental do Arquivo Histórico do Itamaraty para a produção do conhecimento na área das relações internacionais do Brasil. No entanto, tem passado despercebido o valor dessa massa documental para a pesquisa de história da América, bem como de outras áreas da história geral contemporânea.

A rotina do serviço diplomático serve-se de rico e detalhado sistema de troca de minuciosas e circunstanciadas informações entre a Secretaria de Estado, os postos brasileiros no exterior, as missões estrangeiras creditadas no Brasil, organismos internacionais etc.

O exame do sistema de classificação da correspondência, entre outros instrumentos de trabalho produzidos ou reunidos por força da rotina do serviço, permite ao investigador a descoberta de caminhos e possibilidades temáticas pertinentes à sua área de interesse.

A experiência de quase três anos de investigação no Arquivo do Itamaraty, no Rio de Janeiro e em Brasília, sobre as relações bilaterais contemporâneas entre o Brasil e a Espanha animou-nos a produzir um texto sobre a Instituição e a importância do seu acervo documental para os estudos de história da América.

### **Considerações em torno do Arquivo**

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil é guardião de um inestimável patrimônio cultural que inclui os acervos do Arquivo Histórico, da Biblioteca, da Mapoteca, do Museu Histórico e Diplomático, além de um conjunto significativo de obras-de-arte constituído por um rico mobiliário, telas e esculturas de grandes artistas nacionais e estrangeiros e outros objetos.

Uma parte deste valioso patrimônio encontra-se depositada no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e a outra, nas dependências do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. As razões da existência dessa duplicidade de sede se

explicam pela transferência da capital da República para o Planalto Central, em 21 de abril de 1960.

O Arquivo Histórico está, também, inserido nessa duplicidade de sede. Possui parte do seu acervo no Rio de Janeiro, no Palácio do Itamaraty, à Avenida Marechal Floriano nº 196, Centro; a outra parte em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores, Anexo 2, 1º subsolo.

A unidade do Rio de Janeiro – Arquivo Histórico do Itamaraty – está subordinada ao Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores da antiga capital da República (ERERIO), desvinculada, portanto, da estrutura da unidade de Brasília. Abriga a documentação anterior a 1950, que inclui material do período colonial do Brasil, bem como de todo o século XIX, e coleções de arquivos particulares de homens de Estado, como o do Barão do Rio Branco, adquiridos por doação ou compra. Esses fundos estão disponíveis ao pesquisador conforme legislação pertinente em vigor. Tecnicamente, trata-se de um acervo de fundo fechado, ou seja, não há nem entrada, nem saída de material no mencionado acervo.

A unidade de Brasília – Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – está subordinada, organizacional e administrativamente, à Divisão de Comunicações e Arquivo do Departamento de Comunicações e Documentação, que, por sua vez, é subordinada à Subsecretaria Geral do Serviço Exterior, ligada à Secretaria Geral. Possui a guarda da documentação mais recente.

Sabemos que a transferência efetiva do Ministério das Relações Exteriores para Brasília ocorreu em 1972. No entanto, o ano de 1960 representa, de modo geral, o marco cronológico que identifica a documentação transferida do Rio de Janeiro para a nova capital, cuja justificativa foi a “necessidade do serviço”. Observamos, ainda, que boa parte da documentação secreta e confidencial não só retrocede a esse marco cronológico geral como até volta ao início do que a historiografia denomina “primeira Guerra Fria”, ou seja, 1947, não sendo de todo inusitado encontrarmos maços e pastas de documentos da Era Vargas, sobretudo dos tempos do chanceler Osvaldo Aranha.

O Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1987, reúne minuciosas disposições pertinentes às duas unidades de arquivo<sup>1</sup>.

Quanto à natureza e ao grau de sigilo, a documentação está assim classificada, com o respectivo interstício restritivo legal máximo para a consulta do investigador<sup>2</sup>:

1. secreto-exclusivo (atualmente denominado ultra-secreto), 30 anos;
2. secreto, 20 anos;
3. confidencial, 10 anos;
4. reservado, 5 anos;
5. ostensivo, sem nenhuma restrição legal; no entanto com restrição prática, por se tratar de documentação de uso corrente ao tempo de sua produção.

O Decreto nº 2.134/97 estabelece a prerrogativa de prorrogar, por igual período e uma única vez, a restrição ao acesso de documentos sigilosos, tendo em vista “o interesse da segurança da sociedade e do Estado”. Restringem-se, também, os que comprometem “a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”, esses só serão liberados após 100 anos a partir da data de sua produção<sup>3</sup>.

Com o objetivo de orientar o pesquisador interessado, vale estabelecer a diferença entre as duas primeiras categorias apresentadas. Não é o grau de sigilo do assunto que distingue uma categoria da outra, e sim a exclusividade ou não do destinatário. Ambas estão vinculadas a um alto grau de sigilo. No entanto, no documento ultra-secreto, o seu conteúdo é de conhecimento exclusivo do destinatário. É remetido pelo ministro de Estado ou secretário geral das Relações Exteriores para o embaixador no seu posto no exterior. Trata-se de documentação de uso restritíssimo e, por essa razão, de volume bastante reduzido. O documento confidencial, quanto ao grau de sigilo, tem o seu conteúdo resguardado por um período conjuntural. As duas últimas categorias, na verdade, são coincidentes quanto ao período de restrição, ainda que, do ponto de vista legal, o documento reservado possua restrição de cinco anos<sup>4</sup>.

A documentação diplomática pode também ser classificada quanto à tipologia do documento. Nesse caso, chamamos a atenção para os seguintes tipos de documento que possuem maior interesse para o historiador:

1. *Ofícios recebidos* pela chancelaria, remetidos por qualquer repartição brasileira no exterior: embaixada, consulado, representação em organismos internacionais;
2. *Ofícios expedidos* (conhecidos também como *despachos*) pela chancelaria, endereçados às missões diplomáticas do Brasil no exterior;
3. *Telegramas e cartas-telegramas* são expedidos e recebidos por repartições diplomáticas brasileiras. No Brasil, pela chancelaria; no exterior, pelas embaixadas e missões junto aos organismos internacionais, como a ONU, OEA e outros;

4. *Notas verbais* são comunicações versando sobre assuntos diversos, inclusive administrativos, trocadas entre o governo local e repartições diplomáticas no país e no exterior. No Brasil, entre a chancelaria e as missões estrangeiras aqui sediadas; no exterior, entre as missões diplomáticas brasileiras e a chancelaria local;
5. *Instruções* são diretrizes expedidas pela chancelaria brasileira destinadas aos chefes de missão diplomática no exterior e às delegações do Brasil junto aos organismos internacionais;
6. *Memorandos, pareceres e requerimentos* são documentos de circulação interna do Ministério. Contemplam questões políticas, econômicas, sociais, culturais e pareceres jurídicos sobre os mais variados assuntos.
7. *Avisos* são correspondências trocadas entre o ministro de Estado e os titulares de órgãos subordinados à Presidência da República.

Com os elementos de classificação apresentados até então, podemos encontrar a documentação organizada pelo nome da capital do país e pelo tipo de documento: México, Ofícios expedidos, 1949-1959, Confidencial, Caixa 65, por exemplo.

Há outra possibilidade de localização do material. Existe um volume enorme de papéis reunidos em pastas classificadas por assunto, obedecendo a um sistema decimal de classificação, que distribui os assuntos em dez classes: 960.3 Pan-Americanismo – Operação Pan-Americana, 1958, por exemplo.

Classe	Assunto
0	Assistência Judiciária Internacional
1	Congressos e Conferências Internacionais
2	Limites
3	Ministério das Relações Exteriores
4	Miscelânea
5	Negócios Internos do Brasil
6	Negócios Internos dos Estados Estrangeiros
7	Proteção de Interesses e Reclamações
8	Relações Econômicas e Comerciais
9	Relações Políticas dos Estados

Fonte: BRASIL. MRE. *Índice decimal para a classificação da correspondência*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. 5.

Em novembro de 1985, a substituição da Classificação Decimal<sup>5</sup> pelo Sistema Thesaurus não alterou o *status* classificatório da enorme massa documental até então sistematizada conforme a Classificação Decimal. Nessa, os assuntos haviam sido sistematizados sempre do geral para o particular. As matérias agrupadas levavam em conta as suas afinidades, possibilitando associações de temas análogos. Assuntos e países foram utilizados como variáveis na organização das pastas, que contêm, ainda, o número da classificação decimal e o caráter do documento.

O Sistema Thesaurus, mais eficiente, utiliza um bloco de quatro letras representando o assunto e o código do país, países ou organismos internacionais pertinente. A primeira letra identifica o assunto principal, e as demais, o assunto secundário<sup>6</sup>.

Os assuntos, na nova sistemática, foram divididos em quinze categorias, e cada qual engloba temas específicos correlatos. Cada categoria é identificada por uma letra, e cada tema específico, por três, facilitando, assim, a utilização do acervo pelo usuário.

Código	Assuntos básicos da classificação thesaurus
A	Assuntos de administração do MRE
C	Assuntos consulares
D	Assuntos de cerimonial e corpo diplomático
E	Assuntos econômicos
G	Gestões, reuniões, visitas governamentais
I	Imprensa e outros meios de comunicação
J	Assuntos jurídicos
K	Assuntos culturais
M	Assuntos do mar, Antártida e espaço exterior
P	Assuntos políticos
Q	Controle interno
S	Assuntos sociais
W	Meio ambiente
X	Comércio internacional
MBAS	Maço básico de país ou de assunto

Fonte: BRASIL. MRE. *Manual de classificação, indexação, distribuição e arquivo*. Brasília: Departamento de Comunicações e Documentação, 1994, p. 1.

Finalmente, vale enfatizar que, pelo fato de o Sistema Thesaurus ter sido adotado em meado dos anos 80, a maior parte do acervo do Arquivo Histórico está

classificada segundo as normas do Sistema Decimal. Além disso, deve-se atentar para o fato de que a documentação ostensiva, geralmente reunida em pastas ou maços, é classificada por país e por ano, não integrando, por conseguinte, a nova classificação.

### **Acesso do investigador ao Arquivo**

O acesso do investigador ao Arquivo Histórico do Itamaraty está condicionado por uma legislação específica, moderna e avançada, que tem como fundamento alguns dispositivos da Constituição Federal em vigor<sup>7</sup>, a Lei nº 8.159/91<sup>8</sup> e o Decreto nº 2.134/97<sup>9</sup>.

Mas nem sempre foi assim. Façamos um breve retrospecto das condições de acesso disponíveis em um passado de certo modo recente.

Durante o governo militar, as restrições ao acesso de pesquisadores brasileiros ao Arquivo foram enormes – sempre justificadas em nome da segurança nacional –, motivando denúncias de historiadores brasileiros, como Hélio Silva, José Honório Rodrigues, entre outros.

Com a redemocratização do país, intensificaram-se as pressões e as duras críticas do mundo acadêmico, compartilhadas pelos grandes veículos brasileiros de comunicação que levaram a questão ao conhecimento da opinião pública. O Itamaraty, finalmente, teve a sensibilidade de ajustar os interesses e as especificidades da Instituição e da documentação diplomáticas aos novos tempos.

Nesse sentido, foram sendo, progressivamente, produzidas e aperfeiçoadas as normas de acesso ao acervo. Em 1991, a Lei 8.159 trouxe as coordenadas de uma nova política nacional de arquivos públicos e particulares. No ano seguinte, aprovou-se o atual regulamento da Seção de Arquivo Histórico do Itamaraty<sup>10</sup>.

Também em 1992, foi criada a Comissão de Estudos de História Diplomática, com sede no Rio de Janeiro, que tem o encargo de efetuar a desclassificação ou a reclassificação de documentos (no primeiro caso, trata-se da liberação do documento para a consulta pública; no segundo, da redução ou elevação do grau de sigilo) e também a análise, de acordo com as disposições legais, das solicitações de autorização para a utilização do acervo das duas unidades. A Comissão tem ainda encargos, como propor publicação e divulgação de documentos, promover realização de cursos e conferências, propor atualização das normas de acesso ao acervo e recomendar a restauração de documentos<sup>11</sup>.



Com o Decreto nº 2.134, de 24.01.97, que regulamentou o Art. 23 da Lei nº 8.159/91, consolidou-se, até então, a legislação em vigor sobre a classificação, reprodução e acesso aos documentos públicos de caráter sigiloso.

Quanto à documentação de caráter sigiloso, ficou ainda estabelecido, pelo Decreto acima citado, que não se poderia impedir o acesso a documentos que, em alguma oportunidade, já houvessem sido objeto de consulta pública. Quanto aos documentos que contenham informações pessoais, a sua disponibilidade para a pesquisa, proibida por um período de cem anos, poderá ser liberada por meio de autorização prévia do titular ou de seus herdeiros legais.

Por fim, o Decreto nº 2.134/97 determina que a negativa de qualquer pedido de acesso deve ser registrada por escrito pelo órgão responsável pela guarda, explicitando, evidentemente, os motivos.

### **História da América no Arquivo do Itamaraty**

No Arquivo do Itamaraty, a documentação pertinente à história da América é abundante e diversificada. Essa documentação foi produzida e reunida em decorrência da rotina do serviço diplomático ao longo do tempo.

O maior ou menor volume da documentação está diretamente vinculado à maior ou menor intensidade das repercussões provocadas pelo assunto no quadro interno do país considerado.

A documentação evidencia, também, múltiplas conexões entre a história da América Latina e a história da América Anglo-Saxônica. Além disso, ressalta as relações dos Estados americanos entre si e com o Brasil.

Nesse quadro, não podemos olvidar a condição de constante alinhamento do Brasil e da maioria dos países do continente aos Estados Unidos desde o século XIX. Em contrapartida, recordamos não somente a existência contínua de cordiais relações diplomáticas do Brasil com as repúblicas americanas em geral, mas também o interesse do Brasil em fazer-se protagonista no âmbito latino-americano.

Para demonstrar esse ponto de vista, apresentamos, a seguir, um quadro da criação das representações do Brasil no continente:

<b>País</b>	<b>Criação da legação</b>	<b>Ascensão a embaixada</b>
Argentina	1852	1922
Bolívia	1852	1941
Canadá	1940	1943
Chile	1852	1922
Colômbia	1895	1938
Costa Rica	1906	1953
Cuba	1906	1943
República Dominicana	1940	1943
El Salvador	1937	1953
Equador	1852	1942
Estados Unidos da América	1852	1908
Guatemala	1906	1953
Haiti	1950	1953
Honduras	1937	1953
Jamaica	—————	1963
México	1891	1922
Nicarágua	1906	1953
Panamá	1906	1953
Paraguai	1852	1942
Peru	1852	1934
Trinidad e Tobago	—————	1965
Uruguai	1852	1933
Venezuela	1852	1938

Fonte de dados: BRASIL, MRE. *Missões diplomáticas e repartições consulares*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações, 1968, p. 7-35.

O acordo de criação de uma legação representa a fase inicial das relações diplomáticas entre dois países. O amadurecimento dessas relações enseja a ascensão da legação à categoria de embaixada.

As datas que aparecem nesse quadro revelam, quase sempre, momentos significativos da história da política internacional do Brasil e da América.

A data mais antiga – 1852 – sinaliza para a realidade de uma nova fase da política exterior do Brasil. Em 1844, com o fim do sistema de tratados, inaugura-se um novo projeto de política externa “caracterizado pela ruptura com relação à fase anterior e pelo robustecimento da vontade nacional”<sup>12</sup>.

Nessa perspectiva, o Brasil, ao redefinir suas metas externas, ampliou as suas relações internacionais no continente e criou, em 1852, representações em nove dos vinte e três Estados do Novo Mundo.

Ainda no século XIX, mas já sob a égide da República – 1891 e 1895 – foram criadas as legações no México e na Colômbia, respectivamente. A despeito das crises políticas internas e da ausência de uma diretriz de política exterior no período da inauguração do novo regime, vislumbrou-se “a tendência de aproximação do Brasil com países situados no espaço americano, notadamente os Estados Unidos, e de retraimento das relações com a Europa”<sup>13</sup>.

A restauração do prestígio internacional do Brasil era uma das grandes linhas da política externa brasileira, então sob a direção de Rio Branco (1902-1912). Nesse sentido, em 1906, o Rio de Janeiro sediou a III Conferência Internacional Americana. No mesmo ano, o Brasil aproximava-se de uma área estratégica muito importante, a América Central, e são criadas na região cinco legações.

Durante a primeira década do século XX, Brasil e Estados Unidos dinamizam suas relações diplomáticas, e a criação das respectivas embaixadas ocorre em 1908. O Brasil se aproxima então, com densidade, do subsistema norte-americano de poder.

No *Relatório* do Ministério das Relações Exteriores referente a 1920-1921, o ministro de Estado “evidencia que o governo renovou a sua preocupação com a expansão comercial do país”<sup>14</sup>. Nessa perspectiva, no ano seguinte, quando se comemorava o Centenário da Independência do Brasil, as legações na Argentina, no Chile e no México ascenderam à condição de embaixadas.

A política internacional do Brasil, no período compreendido entre 1930 e 1950, vive duas fases distintas e complementares: a primeira, que se estende até o final da II Guerra Mundial e coincide com uma nova percepção do interesse nacional; a segunda, que avança até os anos que se seguiram ao final da guerra e estreita uma aproximação com os Estados Unidos. À época, foram criadas cinco legações, e sete, das então existentes, ascenderam à categoria de embaixadas.

O ano de 1953, marcado pelos embates da primeira Guerra Fria, foi também profícuo nas relações do Brasil com Estados da América. Sete representações diplomáticas foram elevadas à categoria de embaixadas.

Na primeira metade dos anos sessenta, foram criadas duas embaixadas – Jamaica e Trinidad e Tobago – em Estados que haviam sido constituídos em decorrência do processo da descolonização.

A rotina do serviço diplomático, especialmente a partir do fim do paradigma liberal-conservador das relações internacionais latino-americanas, com a crise do

capitalismo em 1929, passa por uma reformulação profunda. Os novos tempos, que ensejaram a inauguração do novo paradigma – o paradigma desenvolvimentista – exigiram, na América Latina e no Caribe, uma nova chancelaria e um novo serviço diplomático<sup>15</sup>.

Além dos atributos da diplomacia clássica, a nova diplomacia assumia outras facetas. O serviço diplomático de então deveria incluir um conhecimento muito mais amplo e aprofundado do país em cuja capital estava localizado. Na verdade, os diplomatas deveriam depreender os problemas éticos e culturais, as possibilidades econômico-financeiras, as questões político-institucionais, as tensões sociais e religiosas, as relações entre o capital e o trabalho, a política externa em toda a sua complexidade.

No caso do serviço exterior brasileiro, as informações, colhidas por meio da observação, das notícias de revistas e periódicos, além de outros meios de comunicação, da troca de informações com representantes de outros países, eram repassadas à Secretaria de Estado e constituem a massa documental ora à disposição dos pesquisadores.

Vale ressaltar que as conjunturas nacional e internacional interferem diretamente na produção da documentação. Vamos documentar esse ponto de vista com o exemplo da vigência do regime militar no Brasil entre 1964 e 1985. Durante esse período, a chancelaria, dentre um amplo conjunto de ações, retomou a antiga preocupação do rechaço ao comunismo, com um dinamismo sem precedentes, monitorando com muita intensidade as ações do comunismo internacional em geral e na América Latina e no Caribe, em particular<sup>16</sup>. Em decorrência dessa política, durante duas décadas, a chancelaria produziu e reuniu uma massa documental enorme e muito significativa sobre o tema, principalmente no plano externo. Em consequência, a Seção de Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores guarda talvez o mais rico acervo sobre o tema no Brasil. E o mais importante, podemos afirmar, com segurança, que esse material não foi, ainda, manuseado pelo investigador.

### **Considerações finais**

Da tipologia da documentação apresentada anteriormente, merece destacar três modalidades de grande interesse para o investigador: os ofícios recebidos, as instruções e os memorandos.

Os ofícios recebidos pela chancelaria, que representam uma massa documental enorme, informam o governo brasileiro de tudo que se passa no país estrangeiro considerado. São produzidos quase diariamente. Trazem informações minuciosas sobre temas de natureza diversa: política interna (golpes, revoluções, disputas pelo

poder, partidos políticos); política internacional (relações com o Brasil, países do continente, Europa); economia (agricultura, pecuária, mineração, indústria); finanças (comércio internacional e interno, câmbio, serviços); sociedade (crises e movimentos sociais, religião, imigração); militarismo (exército, marinha, aeronáutica); comunismo (guerra fria, pressão norte-americana, penetração soviética). Chamamos a atenção para a importância dos relatórios encaminhados pelos escritórios. Não somente para os relatórios mensais, mas, principalmente, para os anuais, que dão uma visão geral do período, e para os especiais, que descrevem questões específicas, às vezes, relevantes. Esses escritórios são acompanhados, quase sempre, de farta documentação comprobatória do assunto nele comentado pela autoridade diplomática: recortes de jornais, revistas, panfletos, publicações oficiais diversas (constituição do país, estatuto de partido político, estatísticas de ministérios, entre outras).

As instruções orientam os seus destinatários quanto às decisões que deverão tomar e como votar nos fóruns em que atuam. A autoridade diplomática no exterior assume posições coerentes com as recomendações recebidas da Secretaria de Estado. As instruções são documentos circunstanciados que explicitam a posição do Brasil quanto ao tema em questão, determinando como a autoridade brasileira deve proceder. Apresenta ou não alternativas de ação, dependendo de cada circunstância.

Os memorandos são documentos de grande interesse. Mostram a discussão de um determinado assunto (como um ponto da agenda internacional, a análise política da conjuntura internacional, a avaliação da situação interna de um país, o exame de alguma questão de relacionamento bilateral, um tema meramente administrativo ou da burocracia etc.), nas instâncias pertinentes do Ministério das Relações Exteriores até a decisão final, que poderá ser a formulação de uma decisão de política exterior ou o mero arquivamento do processo. Traduzem, na verdade, o caminho percorrido pelo processo decisório do ministério: do encaminhamento à decisão do ministro de Estado, quando for o caso.

O pesquisador da história da América terá, pois, no Arquivo Histórico do Itamaraty, nas unidades do Rio de Janeiro e de Brasília, um acervo de grande interesse para a investigação em razão da riqueza do seu conteúdo, disponibilizando um conjunto considerável de informação útil para o desenvolvimento dos mais distintos recortes da pesquisa histórica em nossa área de interesse.

Esse acervo documental tem sido pouco utilizado pelo investigador brasileiro em geral, que sempre o considerou como de difícil acesso, e, muito menos ainda, pelo investigador brasileiro da história da América, que, tradicionalmente, tem minimizado o seu valor ou tem deixado passar despercebida a sua pertinência para a sua área de atuação.

Distintamente do pesquisador nacional, o pesquisador estrangeiro utiliza com frequência o Arquivo Histórico do Itamaraty, usufruindo, assim, de uma enorme base empírica que lhe faculta, sem dúvidas, as mais variadas possibilidades de interpretação da realidade histórica continental dos últimos cento e cinqüenta anos.

As grandes dificuldades de acesso, no entanto, foram sendo removidas, gradualmente, por meio de um processo iniciado com a redemocratização do Brasil, que avançou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e se consolidou por meio do Decreto nº 2.134/97.

Ainda hoje, as unidades do Arquivo Histórico não estão sendo utilizadas, de maneira freqüente e sistemática, pelo investigador, talvez por desinformação quanto às possibilidades de acesso.

Dada a escassez de fontes primárias da história da América no Brasil, a utilização dos fundos do Arquivo Histórico do Itamaraty se coloca como uma alternativa alvissareira para a pesquisa nessa área, ensejando ampliação da produção historiográfica de qualidade, alicerçada em fontes inéditas na sua quase totalidade.

## Notas

<sup>1</sup> BRASIL. MRE. *Serviço exterior e organização básica*. Brasília: SEMOR, 1987.

<sup>2</sup> Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997, publicado no D. O. U. de 27.01.97, Art. 20.

<sup>3</sup> Ibid. Art. 28 e 29.

<sup>4</sup> Decreto nº 2.134/97.

<sup>5</sup> BRASIL. MRE. *Índice Decimal para a classificação da correspondência*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

<sup>6</sup> BRASIL. MRE. *Manual de classificação, indexação, distribuição e arquivo*. Brasília: Departamento de Comunicações e Documentação, 1994, p. 103.

<sup>7</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002, Art. 5º, XIV e XXXIII.

<sup>8</sup> Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

<sup>9</sup> Decreto nº 2.134/97, que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.159/91.

<sup>10</sup> Portaria s/n, de 27.08.92 do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicada no D. O. U. em 28.08.92. Traz, em anexo, o texto do “Regulamento da Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores”.

<sup>11</sup> Portaria s/n, de 30.09.92, do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicada no D. O. U. de 01.10.92.

<sup>12</sup> CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed., Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 65.

<sup>13</sup> Ibid. p. 163.

<sup>14</sup> Ibid, p. 219.

<sup>15</sup> CERVO, A. L. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001, p. 63.

<sup>16</sup> VIZENTINI, P. G. F. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

## Resumo

Desnecessário é enfatizar a importância do patrimônio documental do Arquivo Histórico do Itamaraty para a produção do conhecimento na área das relações internacionais do Brasil. No entanto, tem passado despercebido o valor dessa massa documental para a pesquisa de história da América. A rotina do serviço diplomático serve-se de um rico e detalhado sistema de troca de informações, minuciosas e circunstanciadas, entre a Secretaria de Estado, os postos brasileiros no exterior, as missões estrangeiras creditadas no Brasil. O exame do sistema de classificação da correspondência, entre outros instrumentos de trabalho produzidos ou reunidos por força da rotina do serviço, permite ao investigador a descoberta de caminhos e possibilidades temáticas pertinentes à sua área de interesse.

Palavras-chave: Arquivo Histórico do Itamaraty; História da América; Relações internacionais.

## Abstract

Emphasizing the importance of Itamaraty's Historical Archive of documental patrimony for the making of knowledge in the area of Brazil's International Relations is unnecessary. Nevertheless, the value of this source of investigation for research on the Americas' History has been passed unnoticed. The routine of the diplomatic service is served by a rich and detailed system of information exchange, thorough and circumstantiated, between the Chancery, the Brazilian Embassies and Consulates overseas, Foreign Missions credited in

Brazil, etc. The examination of the system of correspondence classification, among other working instruments produced or gathered by the force of the service's routine, allows the investigator the discovery of ways and thematic possibilities concerning your area of interest.

Key words: Itamaraty's Historical Archive; History of the Americas; International relations.

### **Resumen**

No es necesario destacar la importancia del patrimonio documental que existe en el Archivo Histórico de Itamaraty para el conocimiento en el área de las Relaciones Internacionales de Brasil. Sin embargo, no se la ha tenido en cuenta, el gran valor que tienen esos documentos para la investigación de la Historia de América.

La rutina del servicio diplomático se sirve de un profuso y detallado sistema de cambio de informaciones entre la Secretaría de Estado, los Puestos brasileños en el exterior, las Misiones extranjeras acreditadas en Brasil, etc.

El análisis del sistema de clasificación de la correspondencia entre otros instrumentos de trabajo, producidos o reunidos por fuerza de la rutina laboral, permite al investigador el descubrimiento de pistas y de posibilidades de estudio concernientes a su área de interés.

Palabras clave: Archivo Histórico de Itamaraty; Historia de América; Relaciones internacionales.



**\* Procópio, Argemiro.**

São Paulo: Alfa-Omega, 2003, 157 p.

A ordem mundial pós-derrocada do sistema soviético de poder enseja variadas análises e múltiplas hipóteses dos estudiosos de diversos campos de conhecimento que tentam explicar, interpelar, interpretar; enfim, possibilitar um certo grau de compreensão dos dias atuais. Argemiro Procópio, em sua obra *No olho da águia*, já no subtítulo, enuncia sua tese – “unilateralismo nas relações internacionais”.

Procópio trilha o caminho do ensaio para traçar um painel da realidade presente, a qual ele teoriza como a “ordem internacional na unilateralidade”. Constrói imagens com uma metodologia fragmentária. Justapõe acontecimentos e referências bibliográficas de contextos e tempos distintos, alargando assim o escopo focado. Resulta daí um estilo que esboça singular estética e, em algumas passagens, soa poético. Vivaz, instigante, por vezes eloqüente, salta de uma imagem para outra, no afã de dar conta do multifacetado objeto de estudo. Expressa reinteiramente juízo de valor. Antes de mais nada, faz denúncias, opina, aponta caminhos. Posiciona-se, mais do que crítico, contra o unilateralismo. Ao lado da objetividade que perpassa a narrativa, traz, também para a exposição dos assuntos internacionais, a dimensão humana da subjetividade. Transcreve-se, da página 17, ilustrativa passagem:

*Continuamente, a política internacional comprova o júbilo das vitórias injustas insuflando cobiça para com as coisas alheias. Causando espiral de desejos ilícitos, os juros para o pagamento de dívidas e petróleo barato para o consumismo hedonista são exemplos entre tantos outros. Desejos ilícitos acobertam-se do cinismo da lassitude democrática. Tal cinismo, a corrupção e males outros gerados dentro do sistema criado para combatê-los transformaram-se em força efetivamente capaz de causar danos expressivos à resistência aos desmandos da unilateralidade.*

Não complacente com os seus pares, constata, na página 32:

*A análise política das relações internacionais nas universidades de países como Togo, Nigéria, Polônia, Argentina, Uruguai, San Salvador encontra-se, ainda que em menor grau, quase tão colorida com as cores da Union Jackson quanto no Brasil, onde, com exceções, o conteúdo do que se estuda em relações internacionais costuma ser réplica ou cópia defasada do ensino nas universidades dos Estados Unidos da América. Isto nega a consistência científica necessária às especificidades teóricas e práticas próprias da academia.*

A obra, além da introdução e da conclusão, está estruturada em três partes: I. A ordem internacional na unilateralidade (39 páginas); II. A China e o poder unipolar (a maior, com 60 páginas); III. Unilateralismo, desequilíbrio do terror e segurança coletiva (com 30 páginas).

Na primeira parte, o autor delinea um painel do tempo presente de uma ordem que é analisada sob o prisma da unilateralidade. Sua linha de argumentação é floreada por citações de autores das mais diversas epistemes: cristã, marxista, realista, idealista, positivista, humanista.

Na secção mais extensa da obra, Procópio leva o leitor a uma viagem à China. Clara fica a simpatia e amizade pelo Império do Centro. Meta enunciada é “observar como se implementam, nos novos tempos do unilateralismo defrontados pela China, as medidas contra a miséria e as desigualdades”. O leitor é brindado com interessantes informações sobre a atual realidade chinesa e como a China vê o(s) *ocidente(s)*.

Na última parte do livro, fica consubstanciada a linha de abordagem de influência marxista na interpretação sobre os eventos do terror e da violência. À tese do choque de civilizações, contrapõe a da luta de classes para explicar os antagonismos violentos da ordem internacional.

Não obstante a subdivisão temática do livro em três partes, a narrativa não-linear dos acontecimentos entrelaça exemplos e citações de distintas experiências nacionais. Embasadas são as interpretações com referências a uma gama variada de autores. Assim, nas páginas dedicadas à “China e o poder unipolar”, exemplos de países cultural e geograficamente distantes são trazidos para a trama. Desse modo, um mosaico colorido sobre a realidade contemporânea vai sendo montado de forma envolvente.

Como classificar a contribuição da obra de Argemiro Procópio na literatura internacionalista é um desafio. O estilo pródigo, o método fragmentário, a análise impiedosa não se deixam encaixar facilmente em nenhuma escola de pensamento. Quiçá o epíteto humanista possa ser empregado.

Nesse ensaio, mais do que fazer apenas uma análise do atual momento da ordem internacional, Procópio se posiciona contra os privilégios de qualquer natureza (de qualquer tempo). Otimista, prega o imperativo da diversidade, da tolerância, e a aceitação mútua de pólos opostos. Descortina a realidade chinesa e incentiva o leitor a desbravar questões que por vezes são aventadas ilustrativamente.

Sim, o autor mira no *olho da águia* e – dessa visão e de sua experiência de vida como professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e visitante de diversos lugares e culturas – constrói um painel do tempo presente que, sem embargo, propõe ao leitor repensar as premissas da ordem internacional colocadas pelos “donos do poder”.



**Maria Filomena Coelho Nascimento**  
Doutora em história medieval pela Universidade Complutense de Madri.  
Pós-doutora pela Universidade Nova de Lisboa. Professora do Departamento de História da UPIS.

***Uma história da justiça:  
do pluralismo dos  
tribunais ao moderno  
dualismo entre a  
consciência e o direito\****

**\* PRODI, Paolo.**

Lisboa: Estampa, 2002, 494 p.

Paolo Prodi é atualmente catedrático de História Moderna da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Bolonha, Itália. Sua trajetória dentro do panorama da historiografia ultrapassa as fronteiras italianas, e é impossível pensar na evolução e transformação das instituições e do direito sem recorrer a seus trabalhos fundacionais, sobretudo *Il sacramento del potere. Il giuramento politico nella storia costituzionale dell'Occidente* (1992) e *Il sovrano pontefice* (1998).

A obra que nos propomos resenhar aqui é uma continuação desses estudos anteriores publicada na Itália pela editora Mulino, em 2000, e traduzida para português, em 2002. Prodi passeia o conceito de justiça pela linha do tempo, revelando uma análise dialética entre as normas jurídicas e as normas morais, mas profundamente vinculada à história da cultura do Ocidente. Sua pretensão, anunciada logo nas primeiras linhas da introdução, é “fazer uma reflexão histórica sobre o modo como a justiça foi vivida e pensada no nosso mundo ocidental, sobre uma tradição que faz parte do nosso patrimônio civilizacional e que agora estará, talvez, a extinguir-se” (p. 13). Mais do que tecer uma teoria da justiça, Prodi se propõe a colocar problemas que nos permitam compreender como chegamos até aqui, ou seja, a crise atual do direito.

Recuando à Grécia antiga, lembra que a consciência do cidadão coincidia substancialmente com a ordem objetiva do cosmos, pois a *polis* era, ao mesmo tempo, Estado e Igreja. Já no mundo hebraico, a justiça será subtraída ao poder civil e colocada na esfera do sagrado. Em Israel, o pecado, como culpa aos olhos de Deus, desvincula-se do delito, este apenas compreendido como violação das leis dos homens.

A partir da Idade Média, Prodi reconstrói o embate entre o foro interno e o externo, por um lado, e o foro penitencial e o foro judicial, por outro. Uma configuração criada pelo direito canônico medieval que “... produziu uma confusão-fusão entre penitência, excomunhão e direito penitencial eclesástico, com consequênci-

as até hoje na vida da Igreja e da sociedade civil” (p. 108). O objetivo, por parte da Igreja, era fornecer à sociedade um sistema integrado de justiça. O fracasso da proposta afastou o perigo do monopólio eclesiástico nessa área, e inaugurou “...o caminho para o pluralismo dos ordenamentos jurídicos concorrentes, para o *utrumque ius* e para a distinção entre o foro eclesiástico e o civil, mas também para uma nova relação entre a lei humana (civil e eclesiástica) e a consciência” (p. 109). Assim, o direito canônico encarna cada vez mais o lado humano e perde sua essência divina, passando a disputar os mesmos espaços dos outros direitos seculares.

Portanto, é fundamental recuar à Idade Média, para ver como se chega à idéia do dualismo entre o poder temporal e o espiritual e como essa percepção é matricial para se alcançar posteriormente “um equilíbrio dinâmico entre a união sagrada do juramento e a secularização do pacto político” (p. 14). Nesse caso, valeria mesmo a pena recuar aos primórdios do Cristianismo para compreender como Igreja e Estado se separam, formando aquilo que Rosenzweig chamou de “grande duplo sistema” (p.109). Um dualismo que supõe a estreita convivência entre as duas esferas, e não uma separação propriamente dita. Hoje, em plena vigência do poder secular, esquecemos amiúde que ele próprio encerra essa dualidade e que o Estado era tão cristão quanto a Igreja.

Além da dualidade entre o plano celestial e o terreno, surge um outro, o da Igreja, que não pode pretender arrogar-se a justiça divina, mas que tampouco está ao nível da justiça dos homens. Na realidade, ela vai estabelecer as pontes entre a justiça dos homens e a de Deus, desenhando o próprio espaço jurisdicional e emergindo da simbiose excessiva entre o poder temporal e o espiritual dos primórdios do feudalismo. Aqui nasce a *Respublica Christiana*.

Esse é o momento institucional mais emblemático da civilização ocidental, chegando-se mesmo a pensar em uma “revolução papal”. A grande questão é que, mesmo a Igreja se convertendo em uma instituição autônoma, jamais conseguiu o monopólio sagrado do poder. A competição e a cooperação se estabelecem com as cidades, as monarquias, as universidades, em uma dialética que é o alimento da política da *Respublica* (p.64). Aqui está a chave para compreender toda a conflitividade jurisdicional que arranca na Idade Média e atravessará todo o Antigo Regime. É essa concorrência que livrará o Ocidente da teocracia ou do cesaropapismo e que lhe permitirá viver no futuro as experiências liberais e democráticas.

Os embates em torno à jurisdição, ou ao foro, são o resultado dessa maneira tão judaico-cristã de construir a justiça. A assembleia dos fiéis (*ecclesiae*) converte-se em um foro alternativo ao poder político, posto que ela tem autoridade para mediar o perdão da divindade. Essa assembleia institucionalizada na Igreja é her-

deira desse foro – agora “foro eclesiástico” – que compete, complementa e legitima a justiça humana. Uma estrutura jurídica análoga à secular, sem a qual esta não se sustenta. Todas as instâncias do poder reconhecem-se como agentes ativos de uma *respublica sub Deo*, e, no exercício de suas funções, são orientados por uma ética inspirada na autoridade divina, o que explica que sempre se busque a convergência entre o foro externo e o interno.

Prodi mostra, ao longo de nove capítulos, que a construção do direito no mundo ocidental está assentada na dialética entre ética e direito, consciência e lei, pecado e delito, dando-lhe um perfil dinâmico e sempre atual. Entretanto, quando o direito positivo tende a normatizar e regular toda a vida social e se ilude de que é capaz de resolver todos os problemas e conflitos, tornando-se absoluto, é a crise. Cada vez mais, surgem problemas em torno das regras positivas – que nunca são suficientes – e exige-se a especialização da autoridade. Um espesso tecido legal é invocado para cobrir todos os aspectos da vida cotidiana, e as leis transformam-se em camisa de força, engessando a dinâmica da sociedade. Prodi se interroga como será possível garantir a sobrevivência da civilização jurídica ocidental sem contar com as distintas normas morais, que, desvinculadas do direito positivo, garantiram ao Ocidente, no passado, o oxigênio necessário à sua revitalização. O pluralismo dos ordenamentos medievais deu lugar a um confronto entre um direito inexoravelmente amarrado ao poder e uma norma moral que agora já não consegue encontrar um espaço que vá além da consciência.

Esta *História da Justiça*, de Paolo Prodi, é uma obra indispensável, um instrumento fundamental para compreender como chegamos a essa encruzilhada: uma justiça que se deixou engolir pelo reducionismo da norma e do nominalismo. Uma justiça inoperante, cujo artífice está tão inebriado com a própria criatura, que não consegue mais percorrer o caminho filosófico que lhe dava sentido: do ser aos conceitos, dos conceitos aos termos. A justiça está agora amarrada unicamente aos termos, e os “operadores de Direito” já não conseguem estabelecer a conexão entre esse nominalismo, a realidade e o objetivo que o gerou. Em contrapartida, perdida a dimensão plural das normas e das sedes de juízo, compromete-se o futuro liberal e democrático da sociedade.





## **Normas para os colaboradores**

- 1.** Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
- 2.** Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
- 3.** Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
- 4.** Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
- 5.** Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
- 6.** Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.



diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*  
***inconfidência***

**fores: (61) 552.4024 552.2510 fax: (61) 386.2350**  
**brasilã distrito federal**

Site: [www.graficainconfidencia.com.br](http://www.graficainconfidencia.com.br)  
E-mail: [graficainconfidencia@zaz.com.br](mailto:graficainconfidencia@zaz.com.br)

